

Reforma Agrária na Constituição

a terra a quem a trabalha



5.ª Conferência da Reforma Agrária

Évora-30-31, Maio/81

Os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo em defesa do pão e da economia nacional

Pág. 5

O PCP e a revisão constitucional



Pág. 12

PARA UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA NA POLÍTICA PORTUGUESA

Reunido em sessão plenária nas passadas segunda e terça-feira, o Comité Central do PCP examinou a actual situação política, económica e social e aprovou um importante documento, que publicamos nesta edição, e cujos principais tópicos a seguir se enumeram.



1. Os problemas nacionais não se resolvem destruindo mas consolidando as conquistas democráticas.
2. Agravamento da situação económica e das condições de vida do povo.
3. Urgente rectificação da política relativa ao Mercado Comum.
4. Por uma economia e uma política verdadeiramente portuguesas.
5. Por uma política de independência nacional.
6. A «AD» mantém o plano de liquidação da democracia.
7. Estão-se criando condições para uma viragem.
8. Viragem da política e não só mudanças de homens e de forças.
9. Portugal de Abril tem forças para vencer.

final nacional

movimento dos festivais da canção juvenil

assim
canta
a
Juventude



coliseu dos recreios-Lisboa
30 de maio-15H.

1ª Parte
DESFILE DOS CONCORRENTES

VOTAÇÃO

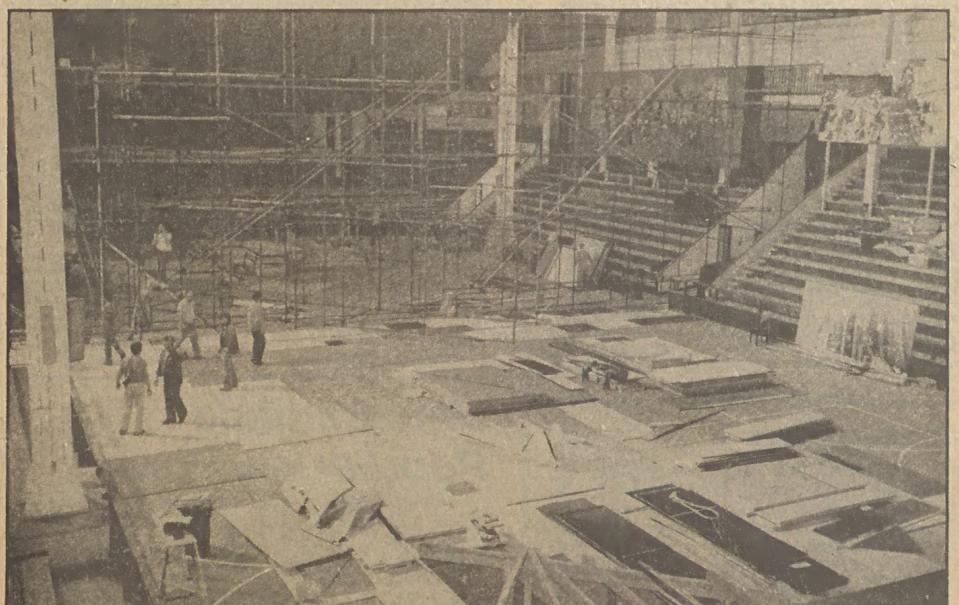
2ª Parte

PAULO DE CARVALHO
UHF

A Exposição terminou mas não ficará esquecida...

Em poucos dias, conforme a foto ao lado documenta, o Pavilhão dos Desportos volta à sua fisionomia habitual, cumprindo-se assim os compromissos assumidos. A Exposição já lá não está — mas não cairá no esquecimento...

Pág. 7



Documento do Comité Central

Para uma viragem democrática na política portuguesa

O Comité Central do Partido Comunista Português examinou a situação nacional resultante da política de restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários levada a cabo pelo Governo «AD» e pela maioria «AD» na Assembleia da República, no seguimento da política de governos anteriores, e dos planos, que se mantêm, de liquidação do regime democrático.

O CC concluiu que tal política se mostra completamente incapaz de resolver os problemas que o país defronta. A crise económica aprofundou-se. A dependência do estrangeiro torna-se inerente à orientação do Estado. Aumentam-se os novos perigos para o regime democrático e para a integridade de Portugal.

Opondo-se à nefasta política da «AD», desenvolvem-se poderosas lutas da classe operária, de todos os trabalhadores, do campesinato, de amplos sectores de outras classes e camadas não monopólicas, num novo e impetuoso fluxo da luta popular.

A «AD» vê reduzir-se a sua base de apoio. A luta popular e democrática amplia-se e intensifica-se. Estão-se criando condições para uma viragem democrática na política portuguesa.

No interesse do povo e do País, para impedir que se degrade ainda mais a situação, para derrotar os novos planos de liquidação da democracia, impõe-se pôr termo à actual política antipovo, antidemocrática e antinacional. Impõe-se a demissão do Governo «AD»/Balsemão e a formação de um governo democrático, que, conforme com o regime consagrado na Constituição, dê solução aos graves problemas nacionais, e retomando o caminho de Abril impulse a economia nacional, melhore as condições de vida do povo, e assegure as liberdades e os direitos dos cidadãos, as conquistas democráticas, a independência, a integridade e a segurança nacionais.

Liberdades e direitos e participação dos trabalhadores

A participação e empenhamento dos trabalhadores e das massas populares na solução dos problemas nacionais é essencial para o êxito de uma política de desenvolvimento e progresso do País. Isso exige, por um lado, que seja dada resposta aos seus problemas vitais e exige, por outro lado, que seja assegurada uma vida nacional democrática, de que é parte essencial o respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos.

Levando a cabo uma acção inconstitucional e ilegal, violando as mais elementares normas da vida democrática, restringindo por meios directos e indirectos as liberdades democráticas, praticando uma política centralizadora contra a autonomia e democratização do Poder Local, reclamando a urgência da revisão das Leis das Comissões de Trabalhadores, Sindical e de Greve, fazendo da repressão e da brutalidade de forças policiais uma prática corrente, o Governo «AD»/Balsemão não só procura instaurar uma ordem antidemocrática como priva o País do empenhamento popular na solução dos problemas, provoca novas tensões e conflitos, e reduz a capacidade nacional para sair das dificuldades e da crise e caminhar na via do desenvolvimento e do progresso social.

Os problemas nacionais não se resolvem com uma política contra-revolucionária, mas consolidando e prosseguindo as grandes transformações democráticas alcançadas com a Revolução e consagradas na Constituição da República.

2

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO

O Governo «AD»/Balsemão, tal como os governos anteriores, mostra-se incapaz de vencer a crise económica, de melhorar as condições de vida do povo e relançar a economia portuguesa no caminho do desenvolvimento.

A crise económica aprofunda-se

Mantém-se o marasmo da actividade produtiva. Em 1980, o crescimento do PIB foi inferior ao de 1979. A produção industrial e agrícola está estagnada, em grande parte como resultado da calculada criação de todas as dificuldades às empresas nacionalizadas e pela criminoso e destruidora ofensiva contra a Reforma Agrária e contra os pequenos e médios agricultores. O agravamento dos preços do gasóleo (+38%), dos adubos (+33%), das rações (+40%), dos pesticidas (+10 a 35%), das sementes (+20 a 200%), etc., provocam novas dificuldades com reflexos inevitáveis na produção agrícola e pecuária, na degradação rápida das condições de vida do campesinato. Nas pescas prossegue a destruição do sector nacionalizado (enquanto os grandes intermediários vão assumindo progressivamente o seu controlo). O envelhecimento da nossa frota, o aumento dos preços dos combustíveis, os impostos, os acordos desvantajosos com a Espanha acentuam dificuldades do sector e comprometem seriamente o seu desenvolvimento.

A estagnação da produção nacional toma cada vez menos possível cobrir, com exportações, o custo das importações. A balança comercial, influenciada negativamente pela política externa do submissivo ao imperialismo, acusou em 1980 um défice superior a 200 milhões de contos (+36% em 1979) e a balança de transacções correntes aponta para um défice de cerca de 84 milhões de contos. A política de entrega ao Mercado Comum estreitou perigosamente as nossas relações económicas externas. As exportações para o Mercado Comum passaram de 43,1% em 1970/71, para 55,2 em 1978/79, prejudicando o desenvolvimento das relações comerciais com os países socialistas, os novos países africanos e os países do chamado Terceiro Mundo. A dívida externa passou de 91,2 milhões de contos em 1976 para cerca de 480 milhões actualmente (e novos endividamentos e negociações se anunciam: 30 milhões em Julho, FMI, etc).

Agravamento das condições de vida do povo

O agravamento da situação económica, acompanhando uma política de protecção ao grande capital e de exploração das classes laboriosas, provoca o rápido agravamento das condições de vida do povo.

Diminuem os salários reais. Congela-se a contratação colectiva. Impõem-se tocos salariais. Generalizam-se os contratos a prazo. Acentua-se o aumento brutal de preços de produtos alimentares (feijão, +33%; pão, +30%; arroz, +40%) e de outros bens essenciais. O custo de vida torna-se incomportável para os magros orçamentos familiares de milhões de portugueses. Multiplicam-se os despedimentos colectivos e selectivos e os casos de repressão patronal. Aumenta o desemprego, nomeadamente dos jovens (65,5% do total em 1980) e das mulheres (68,1%). Agravam-se as taxas dos Serviços Médico-Sociais. Piora a situação dos reformados, dos idosos, dos deficientes. Deteriora-se o nível de vida das populações, passando a massa salarial no Rendimento Nacional de 63,5 em 1975 para 52% em 1980.

Não só os trabalhadores, mas os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais e os quadros técnicos, os jovens e as mulheres, sofrem pesadamente as consequências da política do Governo «AD»/Balsemão.

Impõe-se com urgência pôr termo a esta política ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo e a adopção de uma política que sirva o povo e o País.

3

URGENTE RECTIFICAÇÃO DA POLÍTICA RELATIVA AO MERCADO COMUM

Os acontecimentos mostram como tem sido e é justa a posição do PCP, enunciada designadamente na Conferência Nacional sobre o Mercado Comum, chamando a atenção para as consequências desastrosas da eventual integração na CEE, prevendo e apontando a necessidade premente de uma política económica de aproveitamento e rápida mobilização dos recursos nacionais e da diversificação das relações externas para a saída da crise.

A situação económica nacional continua a agravar-se porque o objectivo central da política económica de sucessivos governos não tem sido a recuperação e o desenvolvimento económico, mas a recuperação capitalista (e a restauração do poder dos monopólios, associados ao imperialismo e dos latifundiários) para a qual a integração no Mercado Comum aparece e aparece como um elemento essencial.

Os fracassos da integração de Portugal

Entretanto, a operação da integração no Mercado Comum tem-se saldado em sucessivos fracassos e em ruinosas cedências aos monopólios da CEE.

Fracassou com o Governo do PS sozinho a operação «Europa conosco». Fracassou a integração a curto prazo, definida como «a prioridade das prioridades» pelo Governo «AD»/Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Fracassou a integração como «primeira prioridade» do Governo «AD»/Balsemão.

Em Janeiro, o próprio Secretariado para a Integração Europeia confirmou que as negociações «ainda não foram verdadeiramente iniciadas». Depois, os próprios meios do Mercado Comum, confirmando as teses do PCP, afirmaram que, com a entrada no Mercado Comum, só na agricultura Portugal teria encargos adicionais da ordem dos 20 milhões de contos. Agora, o Governo «AD» sofre mais um revés ao não conseguir sequer (para depois da integração) que a exportação dos têxteis seja livre de limites quantitativos.

A política de integração no Mercado Comum (como o PCP tem sublinhado) constitui uma operação política de envergadura para servir de pretexto à destruição das grandes conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária e direitos dos trabalhadores) e da democracia portuguesa criada pela Revolução, sacrificando a independência nacional.

E de salientar que a «AD» pretende subordinar a Constituição da República Portuguesa às exigências do capitalismo internacional do Mercado Comum, quando os principais países do Mercado Comum se recusam a aceitar as regras comunitárias, quando estas contradizem os interesses e as suas próprias decisões nacionais.

Urgente o abandono do plano de integração

Tendo em conta:

- a) a crise profunda que abala o Mercado Comum (insuperáveis conflitos de interesses, estagnação económica, desemprego, inflação);
- b) a experiência ruína para países-membros, que provoca nesses países grandes movimentos para a saída do Mercado Comum (Grã-Bretanha, Irlanda e outros);
- c) a exportação da crise do Mercado Comum para países que se venham a integrar (caso recente da Grécia);
- d) as consequências ruinosas que teria para Portugal a integração;
- e) o historial de fracassos da política de integração de Portugal;
- f) a necessidade urgente de resolver os graves problemas da economia nacional;

O CC lança o solene aviso dos perigos em que Portugal incorre persistindo no plano de integração e faz um apelo para que todos os democratas e patriotas exijam que seja posta definitivamente de lado essa política, que criminosamente destrói a nossa economia e independência nacional, e seja adoptada uma política económica verdadeiramente nacional que ataque com decisão e no imediato os grandes problemas existentes fundamentalmente na base dos recursos e energias nacionais.

4

POR UMA ECONOMIA E UMA POLÍTICA VERDADEIRAMENTE PORTUGUESAS

A evolução da situação económica e social tem comprovado, em praticamente todos os aspectos, as análises e as previsões do PCP. Tem comprovado que a política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista, e, no seu previsível desenvolvimento, a restauração do poder dos monopólios e latifundiários não resolve, antes agravam todos os problemas nacionais.

Medidas para sair da crise

O PCP apontou, a tempo, as medidas a tomar para a saída da crise. A Conferência Nacional do PCP, realizada em 4 e 5 de Junho de 1977, indicou as grandes linhas duma política de emergência.

- Para a saída da crise, o PCP propõe:
- o aumento da produção com a máxima utilização dos recursos nacionais;
 - a redução de importações, nomeadamente em artigos de luxo e supérfluos;
 - o aumento das exportações; nomeadamente através da diversificação dos mercados externos;
 - a poupança de recursos
 - a produção nacional de artigos importados;
 - o alargamento do mercado interno, através da defesa e do melhoramento progressivo dos salários e condições de vida das massas;
 - o estímulo aos ingressos externos.

Se estas grandes linhas de orientação tivessem sido adoptadas, ter-se-iam superado muitas das dificuldades existentes e não estaríamos assistindo à contínua degradação da situação económica e da vida do povo.

Uma política económica nacional

A vida confirmou inteiramente a tese do PCP segundo a qual a recuperação capitalista não só contraria como impede a recuperação económica, cria perigosas tensões sociais e políticas e põe em perigo o regime democrático.

A vida confirmou que as ofensivas contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e os direitos dos trabalhadores são factores de primeiro plano da falência e incapacidade do Governo para fazer o país sair da crise e resolver os grandes problemas da economia nacional.

A situação exige que seja posto fim à política de recuperação capitalista e de restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

A situação exige uma política económica que, assente nas transformações democráticas realizadas depois do 25 de Abril, impulse o aproveitamento dos recursos e das energias nacionais, diversifique as relações económicas externas, e defina como objectivos fundamentais o melhoramento do bem-estar dos portugueses, o desenvolvimento económico, a consolidação da democracia e das suas conquistas, a garantia da independência nacional.

As conquistas da Revolução base da democracia política

A conquista e institucionalização das liberdades e a criação de um regime democrático estiveram em Portugal, com o 25 de Abril, indissociáveis e inevitavelmente ligadas à liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários e às transformações revolucionárias nas estruturas socioeconómicas: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

Inversamente, as ofensivas reacţionárias contra as nacionalizações e a Reforma Agrária e a política de restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários caminham a par e passo com o desrespeito por parte dos governos reacţionários pelas normas democráticas, a violação das liberdades e direitos dos cidadãos, os atropelos à legalidade democrática, a manipulação dos processos eleitorais, a monopolização reacţionária dos meios de comunicação social - transformados em instrumentos de desinformação e perversão da opinião pública -, o recurso a medidas de carácter intimidatório e repressivo que, em alguns casos, atingem níveis de extrema brutalidade e violência, muito semelhantes aos utilizados no tempo do fascismo.

As transformações económicas e sociais realizadas pela Revolução constituem uma base essencial da democracia política. O PCP continua considerando que, nas condições existentes em Portugal, a luta pela democracia política é inseparável da luta pela democracia económica e social; que a defesa das liberdades democráticas é inseparável da defesa dos direitos dos trabalhadores, das nacionalizações, da Reforma Agrária, em resumo, do regime democrático e da Constituição que o consagra e institui.

5

POR UMA POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A evolução da situação política desde o 25 de Abril demonstra a estreita ligação entre a defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático e a defesa, consolidação e prosseguimento da independência nacional.

O desenvolvimento da ofensiva contra as conquistas democráticas

do Povo português e contra o regime democrático, caminha a par do agravamento crescente da dependência em relação ao imperialismo.

A política «AD»: capitulação nacional

No seguimento da actuação dos governos anteriores, e particularmente do Governo Sá Carneiro com Freitas do Amaral como ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo «AD»/Pinto Balsemão leva a um extremo de capitulação nacional a sua política externa de submissão e subversão em relação ao imperialismo.

Pela política da «AD», Portugal está a tornar-se um país dócil da política e dos objectivos estratégicos agressivos do imperialismo, designadamente do imperialismo norte-americano.

Instrumento do imperialismo, sem qualquer brio nacional, o Governo «AD» coloca a política externa portuguesa e os recursos portugueses ao serviço do lançamento do clima de guerra fria, de sabotagem do desarmamento, do impedimento da coexistência pacífica e da amizade e cooperação entre os povos, do apoio à perigosa corrida aos armamentos e à criação de novos focos de tensão e agressão e de conflitos internacionais.

As forças reacţionárias estão traindo os interesses de Portugal aos interesses da restauração do capitalismo monopolista. A troca de apoio e ajuda para a sua política contra-revolucionária, o Governo «AD»/Balsemão sacrifica a economia portuguesa, a independência, a integridade territorial, a segurança e a tranquilidade do País.

Não pode deixar de sublinhar-se que a política externa da «AD» é defendida, em muitos aspectos essenciais, por dirigentes do PS que facilita o prosseguimento de uma política que compromete em alguns aspectos com muito difícil rectificação, o futuro de Portugal como nação livre, soberana e independente.

Submissão económica, diplomática, militar, cultural

No plano económico, o Governo «AD» submete a economia nacional aos interesses dos grandes monopólios internacionais e dos interesses de Estados estrangeiros, de forma que, a consumir-se a sua política, Portugal será condenado a não poder decidir do seu próprio desenvolvimento, nem do aproveitamento dos seus recursos em benefício dos portugueses, sujeito a uma divisão internacional do trabalho que fará dos portugueses uma fonte de mão-de-obra a baixo preço e uma economia inteiramente subsidiária e ao serviço dos países capitalistas mais desenvolvidos e dos interesses dos seus monopólios.

No plano diplomático e político, o Governo «AD» toma uma posição atentatória da independência e da dignidade nacionais, seguindo servil e vergonhosamente as indicações do governo norte-americano de Reagan em todas as suas operações e manobras provocatórias contra a URSS e a comunidade socialista, contra países progressistas, contra Angola e Moçambique (embora procurando encobrir a sua verdadeira política com aparentes «aberturas») e tomando sistematicamente a defesa das forças de exploração e repressão capitalista, colonialista e neo-colonialista, das ditaduras fascistas e reacţionárias, dos regimes tirânicos, das guerras de agressão, do racismo e das discriminações raciais, da verdadeira violação dos direitos humanos. A permissão do tráfico de armas produzidas em Portugal para regimes fascistas e reacţionários como os do Chile e África do Sul constitui um aspecto escandaloso desta política.

No plano militar, o Governo «AD», apesar de carências de recursos nacionais, aumenta os encargos militares e financeiros de Portugal com a NATO. Alarga as cedências do território nacional para bases militares estrangeiras (novas cedências nas Lajes, projectos de cedência da Base de Beja aos EUA e de entrega da ilha de Porto Santo para um grande complexo aeronaval norte-americano).

AutORIZA a utilização das bases estrangeiras para passagem de tropas de intervenção no Médio Oriente, no Golfo e noutras regiões, transformando Portugal numa plataforma de agressão contra outros povos. Facilita a utilização gratuita do território português (quando outros países da NATO recusam a utilização do seu próprio território ou exigem pagamentos avultados) para exercícios e manobras militares, como as que terão lugar em São Margarida do 12 de Maio a 8 de Junho com cerca de 1 000 soldados estrangeiros e com fogos reais. Dá prioridade à NATO para missões de aviões e navios portugueses.

Promove-se também a permitir o estacionamento em águas territoriais portuguesas de navios transportando armas nucleares e a instalação de misséis nucleares norte-americanos em Portugal o que representa riscos muitíssimo sérios e graves para a segurança, a tranquilidade e a vida dos portugueses e para a própria existência da nação portuguesa no caso duma guerra nuclear.

No plano cultural, o Governo «AD» ao mesmo tempo que sabota e impede praticamente o verdadeiro intercâmbio cultural (designadamente com países socialistas, países africanos e correntes culturais progressistas dos países capitalistas) abre Portugal à influência degradante dos baixos valores de perversão cultural típica da decomposição da sociedade capitalista, no cinema, na televisão, na literatura, na música, no jornalismo.

A política externa necessária

Urge rectificar esta política antinacional do Governo «AD»/Balsemão.

Os interesses de Portugal exigem uma política externa que desenvolva relações (diplomáticas, políticas, económicas, comerciais, de cooperação científica e tecnológica, de intercâmbio cultural) de amizade e cooperação com todos os Estados na base da igualdade, do não ingerência nas questões internas, do respeito pela soberania nacional e pelos interesses mútuos; que desenvolva tanto as relações com os países capitalistas como com os países socialistas, com os novos países africanos de língua portuguesa, com os países do chamado Terceiro Mundo; que negocie com o Mercado Comum relações mutuamente vantajosas e efectue com a NATO um reexame de obrigações e compromissos, na perspectiva da coexistência pacífica, da dissolução dos blocos militares e do desaparecimento das bases militares estrangeiras em território português; que desenvolva, na arena internacional, uma actividade que constitua uma contribuição para o desarmamento, o desarmamento e a paz.

Estas são linhas essenciais duma política de verdadeira independência nacional.

6

A «AD» MANTÉM O PLANO DE LIQUIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

O plano subversivo e golpista de destruição do regime democrático fracassou estrondosamente com a derrota da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro. A «AD» foi obrigada a mudar temporariamente a tática, o ritmo da sua ofensiva, a fachada da sua política.

Durante algum tempo o Governo «AD»/Balsemão procurou aparecer mais aberto e dialogante. Mas a restauração do poder dos monopólios e latifundiários e liquidação do regime democrático e das suas conquistas permaneceu sempre e permanece como objectivo fundamental da «AD».

O Governo «AD»/Balsemão retoma, tanto na política imediata, como nos planos estratégicos, os objectivos essenciais do Governo «AD»/Sá Carneiro/F. do Amaral.

O plano de restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários é em si mesmo um plano subversivo da liquidação da democracia portuguesa.

Antecipação «AD» à revisão da Constituição

O plano subversivo desenvolve-se, na situação actual, na acção imediata e no plano de revisão inconstitucional da Constituição.

Na acção imediata e no seguimento da política do Governo «AD»/Sá Carneiro/F. do Amaral o Governo «AD» e a maioria «AD» na Assembleia da República, antecipando-se à própria revisão inconstitucional da Constituição, retoma a ofensiva subversiva contra a Reforma Agrária e pela restauração dos latifundiários, retoma com a lei da delimitação dos sectores a tentativa de destruir as nacionalizações, procura restaurar a situação de exploração das classes trabalhadoras, viola, ofende, limita e restringe as liberdades e direitos do-pretende proceder à revisão contra-revolucionária associação e actividade sindicais, da greve, d

1 OS PROBLEMAS NACIONAIS NÃO SE RESOLVEM DESTRUINDO, MAS, CONSOLIDANDO AS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

Sucessivos governos, desde o Governo PS sozinho até ao Governo «AD»/P. Balsemão, têm-se mostrado completamente incapazes para resolverem os grandes problemas nacionais. Contrariamente ao que anunciavam e propagandeavam, agravaram-nos a todos.

Essa incapacidade verifica-se não só porque afrontam os interesses da maioria esmagadora do Povo português e encontram a sua luta decidida, como também porque contrariam frontalmente a nova realidade económica, social e política criada pela Revolução de Abril e consagrada na Constituição.

Solução dos problemas com Portugal de Abril

Uma política capaz de resolver os problemas nacionais não pode ser uma política contra-revolucionária, necessariamente desestabilizadora e destruidora, voltada para a restauração da situação anterior ao 25 de Abril, mas uma política estabilizadora e progressista, assente nas profundas transformações de carácter democrático realizadas pela Revolução nas estruturas socioeconómicas, na vida social e política, no bem-estar do povo, na cultura, nas relações internacionais.

Os graves problemas nacionais só podem ser resolvidos, no quadro da democracia, com o trabalho, a energia criadora, o impulso dinamizador dos trabalhadores e o aproveitamento dos recursos nacionais. A recuperação económica e o desenvolvimento (ao contrário do que afirma a reacção) são plenamente compatíveis com o melhoramento das condições de vida das classes e camadas laboriosas e são dele inseparáveis.

Levando a cabo uma política de restauração das condições de exploração do tempo do fascismo, diminuindo os salários reais, diminuindo radicalmente a capacidade de compra das massas, provocando despedimentos e agravando o desemprego, o Governo «AD»/Balsemão, na continuidade dos governos anteriores, enterra o processo produtivo e o lançamento de uma política de desenvolvimento.

Transformações democráticas: base duma política nacional

Pela nova estrutura da economia portuguesa, o aumento da produção e o arranque para o desenvolvimento têm necessidade de basear-se nos sectores e empresas nacionalizadas, sem prejuízo da regular actividade do sector privado.

Criando toda a espécie de dificuldades às nacionalizações a fim de preparar a reprivatização dos sectores e das empresas mais rentáveis ou estratégicas e a restauração do poder dos monopólios, o Governo «AD»/Balsemão, na continuidade dos governos anteriores, fere no coração a economia nacional e reforça a sua estagnação e endividamento.

O aumento da produção agrícola e o arranque para uma agricultura moderna deverá ter como bases indispensáveis a Reforma Agrária, a protecção dos direitos dos rendeiros, o apoio aos pequenos e médios agricultores.

Levando a cabo uma ofensiva brutal e subversiva de destruição da Reforma Agrária (que já roubou às UCPs/Cooperativas cerca de metade das terras expropriadas, centenas de milhares de cabeças de gado, milhares de máquinas e outros valiosos bens), colocando de novo os rendeiros à mercê dos senhorios ricos, conduzindo à ruína os pequenos e médios agricultores com a política de preços, de mercado e de impostos, aumentando os custos de produção, baixando os preços ao produtor e aumentando-os ao consumidor, roubando os baldios aos povos, fazendo intervir contra os interesses da produção nacional os organismos de coordenação económica e pondo-os ao serviço dos grandes industriais e intermediários, o Governo «AD»/Balsemão destrói grandes riquezas agrícolas, lança no abandono vastas terras roubadas de trabalhadores, condena de novo ao abandono dezenas de milhares de trabalhadores Agrários, impede o desenvolvimento da produção, conduz a agricultura ao descalabro e faz aumentar rapidamente as importações de produtos agrícolas, designadamente os alimentares.

Nas condições actuais, tanto o andamento harmonioso do processo produtivo, como de comercialização e distribuição dos produtos, como a manutenção de numerosos postos de trabalho, requerem o apoio às pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

Submetendo toda a sua política ao objectivo da restauração dos monopólios e do apressamento do processo de centralização e concentração, o Governo «AD»/Balsemão conduz à ruína milhares de pequenos comerciantes e industriais e provoca fortes perturbações na produção, no escoamento e no abastecimento de produtos industriais e agrícolas essenciais.

Atacando e procurando destruir tudo quanto de progressista o Povo português alcançou no domínio da saúde e da habitação, desencadeando uma desastrosa política ao serviço de uma minoria que faz da doação um negócio e subvertendo os princípios constitucionais de um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito; agravando os problemas da habitação através da protecção dos especuladores e da asfixia e liquidação de uma política social de habitação.

Atacando e procurando destruir tudo quanto de progressista o Povo português alcançou no domínio dos direitos sociais das camadas mais desprotegidas da população como as crianças, os reformados, os desempregados e os deficientes.

Atacando e procurando destruir tudo quanto de progressista o Povo português alcançou no domínio da educação e da cultura, conduzindo uma política elitista, obscurantista, de manipulação ideológica, acentuando a selectividade de classe do sistema de ensino e dificultando o acesso dos trabalhadores e dos seus filhos à educação e à cultura.

Democracia e independência nacional

A independência da nossa economia e o desenvolvimento ao serviço do povo e do País exigem o termo da dependência de Portugal do imperialismo, a diversificação das relações externas alcançadas com o 25 de Abril, uma política de relações de amizade, paz e cooperação com todos os povos conforme com os princípios consagrados na Constituição.

Regressando à dependência e submissão ao imperialismo norte-americano, o Governo «AD» prejudica gravemente o desenvolvimento económico nacional e expõe Portugal a sérias ameaças para a segurança e a vida do Povo português.

Documento do Comité Central

Trabalhadores e outras, prossegue e agrava o controlo antidemocrático dos meios de comunicação social estatizados (TV e Rádio, especialmente) e através deles a propaganda intoxicadora da opinião pública.

Atentados às liberdades, repressão e violência

A transformação da repressão e da violência em método de «solução» de problemas económicos e políticos e em instrumento de destruição das normas democráticas da vida portuguesa, a utilização da violência mais brutal contra a Reforma Agrária, contra os trabalhadores, contra os agricultores, contra as mais variadas expressões de insatisfação e descontentamento populares, o recurso sistemático a medidas arbitrárias, caracterizam o «plano» do Governo «AD»/Balsemão às liberdades e à Democracia e revelam a perspectiva que o plano «AD» oferece ao nosso País.

O lançamento da polícia de choque, com cães, viseiras e matracas contra os adeptos do Benfica que festejavam a vitória do seu clube, no seguimento da recente invasão policial de um igreja de Lisboa e da prisão arbitrária e injustificada de dirigentes sindicais da Função Pública, são índices alarmantes do estilo de procedimento fascizante para com o Povo português que o Governo «AD» e responsáveis da sua escolha imprimem a forças cuja missão deveria ser assegurar o exercício das liberdades e a ordem democrática.

O incitamento do Governo à violência das forças militarizadas contra o povo e projectos de criação de Serviços de Informações e de «forças de operações especiais», de «reestruturação e coordenação das forças policiais», e de luta «antiterrorista» que visa manifestamente a repressão do movimento operário e proteger o terrorismo da extrema-direita e o terrorismo provocatório esquerdista que com este se confunde, anunciam o projecto de reinstauração de um Estado policial.

A subversão na revisão inconstitucional da Constituição

A revisão inconstitucional da Constituição constitui no momento presente uma das linhas fundamentais do plano de liquidação do regime democrático.

Com a revisão inconstitucional da Constituição, a «AD» projecta a destruição da organização económica do Portugal democrático, a estruturação de um sistema do poder e de um aparelho do Estado ao serviço directo da restauração do capitalismo monopolista, a subversão e destruição das liberdades e direitos dos cidadãos.

De particular significado é o plano da «AD» de radical modificação da situação nas Forças Armadas, através da sua governamentalização e partidáriação, seja para futuro, através da revisão da Constituição, seja para desestabilizar a situação a curto prazo.

O projecto da FRS: convergências com a «AD»

Lamentavelmente, o projecto de revisão da Constituição da FRS coincide em numerosos pontos com os objectivos de desestabilização do regime democrático e da criação de condições favoráveis à reacção para a realização do seu plano de liquidação do regime.

As propostas da FRS para a redução das competências do Presidente da República (esvaziado do poder militar e limitado no que respeita à nomeação e exoneração do primeiro-ministro, à dissolução da Assembleia da República, ao exercício dos poderes de promulgação) e a atribuição ao governo da competência (entre outras) para propor a nomeação e exoneração do CEMGFA e tomar a iniciativa da declaração do estado de sítio, constituem uma «convergência» com a «AD» e podem traduzir-se em perigos a curto prazo de desestabilização das instituições e uma contribuição dada à «AD» para que possa concretizar os seus planos e, com o apoio de Mário Soares e do PS e de Lopes Cardoso e da UEDS, proceder à revisão inconstitucional da Constituição.

O projecto do PCP

Apresentando na Assembleia da República o seu próprio projecto de revisão constitucional, o PCP tem em vista por um lado corrigir soluções que a experiência mostrou serem inadequadas, corrigir lacunas que a vida pôs a descoberto, eliminar disposições já exequatadas ou caducas; por outro lado, preservando tudo o que é essencial no texto constitucional, especialmente a consagração das principais conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo da gestão) não só contrariar os planos de revisão inconstitucional como também defender, aperfeiçoar e dar mais força à Constituição da República.

Em relação a projectos de revisão constitucional apresentados por outros partidos procurando destruir a organização económica da democracia portuguesa, o sistema do Poder e dos órgãos de soberania, as liberdades e direitos dos cidadãos e outros princípios fundamentais, o PCP apresentará na altura devida contrapropostas visando salvaguardar as características essenciais do regime democrático consagrado na Constituição.

O PCP trabalha para a unidade dos trabalhadores e dos democratas. Ligado às massas populares, empenhará todas as suas forças e energias para impedir que seja realizado o plano subversivo de liquidação do regime democrático, para defender a Constituição e o regime, para que a luta do nosso povo conduza a uma viragem democrática com a demissão tão pronta quanto possível do Governo «AD»/Balsemão e a formação de um governo democrático.

7 ESTÃO-SE CRIANDO CONDIÇÕES PARA UMA VIRAGEM

A observação da evolução da situação nacional conduz à conclusão de que, embora num processo contraditório e irregular, se verifica um enfraquecimento progressivo das forças reaccionárias e a multiplicação e reforço de factores favoráveis a uma viragem democrática.

Redução da base de apoio da «AD»

A incapacidade da «AD» para resolver os problemas nacionais, o agravamento da situação económica e social, o brutal agravamento das condições de vida do povo, uma política de classe determinada pelos objectivos de servir um pequeno número de privilegiados ferindo e sacrificando interesses vitais da esmagadora maioria do Povo português, provocam um descontentamento crescente e uma vaga de protesto e de resistência com um impetuoso fluxo da luta de massas, e reduzem e debilitam a base de apoio social, político e eleitoral dos partidos reaccionários que constituem o Governo «AD» e que dispõem ainda de uma maioria na Assembleia da República.

As dificuldades e fracassos da reacção, o seu enfraquecimento, o seu isolamento crescente em relação às grandes massas populares, provocam contradições internas, divergências, rivalidades e conflitos no interior da própria «AD».

Não se deve fazer uma valorização excessiva dessas dificuldades internas. Mas não pouco se devem menosprezar.

A «AD» não cairá de podre. Mas as suas contradições e conflitos internos — susceptíveis de se desenvolverem no sentido de dissidências e divisões — enfraquecem globalmente a coligação governamental, reduzem o seu campo de manobra e tornam-na mais frágil contra a crescente e cada vez mais ampla luta do povo e dos democratas portugueses.

Factores favoráveis para uma mudança política

No plano social, dado que a política da «AD» sacrifica a restauração monopolista e ao apressamento do processo de acumulação e centralização capitalistas as classes trabalhadoras, o campesinato e as classes médias, observa-se uma aproximação dos interesses e uma convergência em grandes objectivos imediatos de todas essas classes e camadas que se traduz no impetuoso fluxo da luta de massas.

No plano político, ao mesmo tempo que se verificam dificuldades internas na coligação reaccionária e que muitos que votaram na «AD» se opõem agora ao seu Governo, no campo democrático alargam-se e reforçam-se as correntes constitucionalistas e progride a consciência da necessidade de acção comum com o PCP o que se traduz na multiplicação de iniciativas de carácter unitário além do carácter político crescente da luta social.

No plano militar, derrotado em 7 de Dezembro o plano subversivo da «AD» que deveria culminar com a eleição do general fascista Soares Carneiro e com a consequente restauração de uma hierarquia militar reaccionária, que desse apoio armado ao golpe contra a democracia — quebrou-se a dinâmica subversiva dos conspiradores e reforçam-se as posições e tendências legalistas, democráticas e constitucionalistas nas Forças Armadas, de que foram brilhante testemunho as comemorações e confraternizações militares no 25 de Abril.

No plano institucional, falhada a tentativa golpista de se apossar de todo o Poder político, a «AD» mantém certo o Governo e a maioria na Assembleia da República, mas têm falhado até agora as suas acções — renovando as de 1980 — para provocar um impasse das instituições,

com a imediata dissolução ou neutralização do Conselho da Revolução e a desestabilização e eventual demissão do Presidente da República, pelo que a evolução nos últimos meses se pode considerar favorável à consolidação e normal funcionamento das instituições.

Acontecimentos Internacionais

Somando-se aos factores internos, uma série de acontecimentos no plano internacional mostra que a evolução não se dá, ao contrário do que proclamavam os propagandistas da «AD», no sentido dum avanço irresistível da direita, designadamente na Europa, mas no sentido dum inversão de tendência a favor da esquerda.

A derrota de Giscard d'Estaing e a vitória da Mitterrand nas eleições presidenciais francesas, a viragem à esquerda do Partido Trabalhista Britânico e a sua vitória contra os conservadores nas recentes eleições municipais, e a votação em Itália de 66% contra a democracia-cristã e o partido fascista no referendo sobre a lei do aborto, e as próprias derrotas das tentativas de golpes terroristas fascistas em Espanha, parecem indicar uma inversão, no sentido da democracia, da tendência da evolução da situação política na Europa capitalista.

Nesta mesma tendência se integram as grandes lutas dos trabalhadores e dos democratas de vários países em defesa da paz e contra a instalação dos novos mísseis americanos na Europa.

Todas estas situações e acontecimentos permitem concluir que se estão desenvolvendo factores favoráveis para a criação duma situação em que se tome possível e até inevitável uma viragem democrática na política portuguesa.

8

VIRAGEM DA POLÍTICA ENÃO SÓ MUDANÇA DE HOMENS E DE FORÇAS

Existe uma grave situação política, económica, social resultante da política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD»/Balsemão, que não só não resolve como agrava todos os grandes problemas nacionais.

Existe um problema político de regime resultante da existência de um Governo e de uma maioria na Assembleia da República que têm como objectivo a liquidação do regime democrático.

Esta situação exige uma viragem democrática tão rápida quanto possível na política nacional.

«Bloco central» não seria viragem democrática

A grave situação e o problema do regime não podem ser superados com uma mudança de homens ou uma remodelação da coligação das forças políticas no Governo, desde que um novo governo mantenha as linhas essenciais da política actual.

O chamado «bloco central», pelo qual, segundo alguns, ao Governo PPD/CDS sucederia um governo PPD/PS, não significaria uma alternativa democrática válida, nem uma viragem democrática, mas apenas a recomposição da coligação e da equipa governamental, com a mesma política de direita mas com a participação e a cobertura dum partido democrático.

O que a situação exige não é apenas uma mudança das forças políticas e dos homens que executam a política reaccionária, mas a substituição dessa política por uma política democrática.

Objectivos duma política democrática

Na sua reunião de 14 de Fevereiro do ano corrente, o Comité Central do PCP definiu os principais objectivos duma política democrática na fase presente da vida nacional.

- 1.º A saída da crise económica na base das transformações democráticas da Revolução de Abril, do aproveitamento e mobilização dos recursos nacionais, da participação activa e criativa dos trabalhadores.
- 2.º A defesa e melhoramento da situação económica e social dos trabalhadores e das classes e camadas médias, em que avultam os problemas dos salários, do custo de vida, do desemprego, da habitação, da saúde e do ensino.
- 3.º A defesa e consolidação das grandes conquistas da Revolução de Abril, designadamente das nacionalizações e da Reforma Agrária, assim como dos direitos alcançados pelos trabalhadores, pelos pequenos agricultores (proprietários e rendeiros) e por outras camadas da população.
- 4.º A garantia das normas democráticas e o termo do monopólio da reacção na comunicação social estatizada, a defesa das

liberdades contra tentativas da sua regulamentação inconstitucional.

5.º A anulação das decisões e acções inconstitucionais dos últimos governos, a reposição da legalidade democrática, designadamente com a restituição às UCPs/Cooperativas, das terras, gados, máquinas, instalações e outros bens que lhes foram ilegalmente arrancados, assim como a restituição à gestão dos trabalhadores de fábricas e empresas diversas de que foram ilegalmente esbulhados.

6.º A garantia de que as Forças Armadas, resistindo à governamentalização, à partidáriação e às tentativas de desestabilização, se mantêm ao serviço da democracia e da independência nacional.

7.º A defesa da independência nacional, da integridade territorial e da segurança dos portugueses, sem enfraquecimento e interesses estrangeiros, através duma política externa nacional de amizade e cooperação com todos os povos e da recusa a que Portugal se torne um domínio das multinacionais e uma base de armas nucleares e de agressões imperialistas.

8.º A defesa das instituições, das competências e funcionamento democrático dos órgãos de soberania e de autonomia do Poder Local.

9.º A defesa da Constituição e a firme oposição a quaisquer tentativas de revisão inconstitucional ou de, através da revisão, provocar alterações da correlação de forças e da situação política no imediato.

Estes objectivos que continuam a ser plenamente válidos, são elementos essenciais de qualquer política nacional no quadro de uma alternativa e de uma viragem democráticas.

O PCP está sempre pronto a examinar com todas as outras forças democráticas as soluções possíveis. Está pronto a examinar em comum a elaboração de uma plataforma política que possa ter o apoio do PCP e dos trabalhadores.

Mas advirte que uma viragem democrática não é possível com forças que querem destruir a democracia. Uma viragem democrática só é possível com as forças democráticas apoiadas pelos trabalhadores e isto significa também que só é possível com o PCP e não contra o PCP.

9

PORTUGAL DE ABRIL TEM FORÇAS PARA VENCER

É a luta dos povos que decide da sua História. A amplitude e os objectivos das lutas de massas constituem o mais significativo factor para apreciação da evolução da situação política e das suas perspectivas.

O novo impetuoso fluxo da luta popular nos últimos meses indica a generalização do descontentamento e da revolta contra a política da «AD», a determinação popular em conseguir alterações concretas a essa política, uma forte determinação, um elevado grau de organização e unidade de amplas massas e movimento.

A própria amplitude dos movimentos e lutas indicam que, ao mesmo tempo que se reduz a base de apoio da «AD», se alarga e reforça a base de apoio da democracia e as suas forças organizadas e actantes.

O fluxo da luta popular mostra com evidência o imenso potencial do Portugal de Abril. Mostra que Portugal de Abril tem forças para vencer.

Impetuoso fluxo da luta dos trabalhadores

A luta da classe operária e dos trabalhadores em geral foi assinalada nos primeiros meses deste ano, por um dos mais poderosos movimentos verificados desde sempre contra a degradação das condições de vida, o desemprego e a repressão patronal, a inoperância dos tribunais de trabalho, em defesa das nacionalizações e pela satisfação das aspirações mais sentidas das massas populares.

A política antipopular, antipopular, ilegal e subversiva do Governo responderam centenas de milhares de trabalhadores da Função Pública, da Rodoviária Nacional, dos Transportes Colectivos do Porto, da Petroquímica, da EDP, da Portucel, da EPAC, da FOC, da Covina, do «Correio do Minho», da Seta, da Lisnave, da Sociedade de Reparações Navais, da CFP, das minas de Valongo e da Panasqueira, da Sociedade Industrial de Gouveia, da ITT-Standart e de centenas de outras empresas, com a luta firme, combativa e amplamente unitária. Só ao nível das empresas, tiveram lugar, nos últimos quatro meses, mais de 800 lutas, das quais 215 assumiram a forma de greves, algumas de longa duração.

Os trabalhadores obtiveram importantes vitórias, rompendo o tecto salarial (Petroquímica, Rodoviária Nacional, Marconi, Covina, Transportes Colectivos do Porto), impedindo o despedimento de representantes de trabalhadores (Padaria Jardim, Anibal Abrantes, Grundig, Hotel Florida, Malim, Tentativa, Cinema Europa); impondo medidas de reestruturação das empresas e defesa de postos de trabalho (Corfams, Casal, Vidreira da Fontela); não permitindo a retirada de

direitos (Efacac, EDP, Bis, Previdente, Barbosa e Almeida, Pizer); combatendo os despedimentos colectivos (Flexus, Novobra, Audio Magnetic); obrigando a passar a efectivos trabalhadores com contratos a prazo (Entrepote, Interaço, Electrocerâmica, Cavan). Em mais de uma centena de empresas os trabalhadores estão ainda em luta pela satisfação dos cadernos reivindicativos. Importantes sectores (metalúrgicos, químicos, têxteis) vão entrar em luta pela contratação colectiva.

O movimento operário, força essencial na defesa da democracia e das liberdades, apoiado na sua sólida base organizada está em condições de desenvolver e ampliar a sua luta e assestar novas derrotas ao patronato e, pela sua acção combativa e unida, influenciar e animar outros sectores a lutarem contra a política da «AD», abrindo perspectivas de uma alternativa democrática.

Em defesa da Reforma Agrária

As lutas em defesa da Reforma Agrária, continuam constituindo uma frente de luta heróica dos trabalhadores contra a ofensiva ilegal, subversiva e criminoso do Governo «AD»/Balsemão e um elevado exemplo de consciência política, de firmeza e de confiança no futuro.

As crescentes e poderosas manifestações e concentrações dos assalariados agrícolas do Alentejo contra o desemprego representam uma importante forma de luta, pelo direito do trabalho e contra a reconstrução do latifúndio.

Conferência da Reforma Agrária que se vai realizar em Évora nos dias 30 e 31 do corrente, com a participação de mais de 2 000 delegados das UCPs/Cooperativas e milhares de convidados, é uma poderosa afirmação de grandeza, possibilidades e necessidade imperiosa do prosseguimento dessa grande e bela conquista da Revolução portuguesa.

Nova força do movimento camponês

As lutas dos pequenos e médios agricultores adquirem uma extensão de massas, um vigor, uma unidade e uma determinação de luta que representam um grande passo em frente do campesinato.

As lutas desenvolvem-se em torno de reivindicações concretas e imediatas: reclamação contra o aumento dos preços dos «factores de produção»; reclamação de preços compensadores e garantia de escoamento, defesa dos produtores de leite e carne, defesa dos produtores de batata, defesa da lei do arrendamento rural, respo integral pela lei dos baldios, indemnizações pelas geadas e seca, previdência rural, etc. Intermem na luta camadas muito diversas do campesinato: proprietários, rendeiros, seareiros, produtores de carne e de leite, compartes dos baldios, resinheiros, proprietários florestais, pastores, etc.

As lutas têm um amplo carácter de massas, unitário, sem quaisquer separações ou discriminações por motivo de filiação ou voto partidário.

A grande concentração no dia 16 de Março em Lisboa, promovida pela CNA, com cerca de 4000 agricultores, representando mais de 500 organizações da Lavoura, de todos os distritos — da Região Autónoma da Madeira constituiu uma das maiores acções de massas camponesas até hoje realizadas. No mês de Maio registaram-se numerosas e poderosas manifestações e lutas envolvendo muitos milhares de camponeses dos distritos de Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa, adquirindo formas muito diversas de acção desde abaixo-assinados, a grandes concentrações e cortes de estradas. As novas acções já anunciadas mostram que esta movimentação camponesa irá prosseguir, crescendo e alargando-se a novas regiões. Os camponeses alcançaram já algumas vitórias nomeadamente, no desongramento de numerosas contas bancárias dos baldios, no escoamento da batata do interior, no pagamento de dívidas.

Embora sem avançarem reivindicações políticas, as lutas camponesas, pela sua natureza e objectivos, têm um significado político indelével.

Enquanto a CAP perde a sua base de apoio, a CNA e as organizações e movimentos de pequenos e médios agricultores aumentam a sua influência e capacidade mobilizadora, mesmo em regiões políticas e eleitoralmente dominadas pela reacção.

As lutas camponesas, pelo nível alcançado, representam um elemento novo na situação nacional susceptível de ter novos desenvolvimentos, a favor da democracia, na arrumação e correlação política das forças sociais.

Amplitude da luta popular

As lutas dos trabalhadores da Função Pública, dos professores e a participação de quadros técnicos e intelectuais no fluxo da luta dos trabalhadores e das massas populares, revela não só os graves problemas criados às camadas médias pela política do Governo «AD», como o profundo descontentamento, a determinação da luta e a elevação rápida do nível da sua combatividade.

A juventude (com grande destaque para a acção da JCP) e as mulheres participam activamente nas lutas sociais e políticas e as acções da juventude e das mulheres constituem amplos sectores da movimentação popular, embora haja atrasos no desenvolvimento da luta pelos interesses específicos respectivos.

O CC resolveu abrir um debate no Partido acerca dos problemas, organização e acção das mulheres a culminar com a realização no primeiro semestre de 1982, de uma Conferência Nacional do Partido.

A luta social e política desenvolve-se noutras classes e camadas sociais, como os pequenos e médios comerciantes e industriais, os reformados, os deficientes.

O movimento pela paz, o movimento contra a instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal, as acções contra a bomba de neutrões, alargam-se por todo o País, exprimindo-se na recolha de muitos milhares de assinaturas, na realização de numerosas sessões, na aprovação de moções e noutras acções com muito larga expressão unitária.

Novos elementos para a unidade democrática

A extraordinária amplitude, e a pujança da luta de massas são uma poderosa demonstração da unidade popular, com a participação comum com objectivos comuns de portuguesas e portuguesas que votaram praticamente em todos os partidos políticos.

A crescente unidade popular na luta social correspondem novos e favoráveis elementos da unidade democrática na luta política aberta.

Apesar de situações contraditórias e do conflito de tendências no PS, aparecem nos últimos 6 meses factores novos de aproximação, entendimento, acção comum ou convergente de democratas das mais variadas tendências.

As eleições presidenciais de 7 de Dezembro e a vitória do general Eanes, com os votos dos socialistas, dos comunistas, de vastos sectores independentes (e de parte do eleitorado da direita e dos esquerdistas) revelaram, como o PCP tem sublinhado, a existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político de apoio a uma alternativa democrática.

As comemorações do 25 de Abril confirmaram a aproximação numa acção comum, depois de muitos anos de separação, dos mais vastos sectores políticos democráticos e das Forças Armadas imbuídos do espírito do 25 de Abril.

A jornada do 1.º de Maio, excedendo todas as expectativas, mostrou a grandiosidade da unidade democrática na classe operária e nas massas populares.

O Congresso do PS não optou pela unidade democrática. Mas o sentimento da necessidade da unidade democrática ganha amplas massas, incluindo dirigentes, militantes e eleitores do PS, assim como de outros partidos.

Os divisionistas (oportunistas ou esquerdistas) dos sindicatos, dos movimentos sociais, da luta democrática, têm sofrido estrondosas derrotas e fracassos, vendo-se reduzidos à impotência, ao isolamento e por vezes ao ridículo.

Fiel à sua política de unidade, o PCP continuará empregando os seus esforços para a unidade dos trabalhadores, para a unidade popular, para a unidade de todos os democratas e patriotas.

A extraordinária amplitude e pujança das lutas de massas reforçam a consciência da necessidade da demissão do Governo «AD»/Balsemão e de uma alternativa democrática e da possibilidade real de atingir estes objectivos.

O Partido Comunista

O Partido Comunista Português é a força motora essencial da luta das massas populares e da unidade dos democratas na defesa da democracia.

O CC examinou problemas do reforço do Partido (campanha de organização, dinamização da informação e propaganda, reforço da militância, promoção de quadros, estilo de trabalho), considerando-o do interesse, não apenas dos comunistas, mas de todos os trabalhadores e de todos os democratas.

O CC considerou o extraordinário êxito da Exposição do 60.º aniversário.

Pela magnífica realização desta grande iniciativa colectiva do Partido, o CC resolveu enviar uma saudação calorosa aos camaradas incumbidos de levar por diante a realização da Exposição e aos milhares de camaradas que pelas mais diversas formas (concepção, orientação, plano, engenharia, construção, documentação, decoração, realização técnica, segurança, recolha de fundos, trabalhos dos mais variados) contribuíram para a sua realização e o seu êxito.

O CC expressou a sua profunda e inabalável confiança no Partido, na classe operária, no Povo português, no regime democrático, no futuro livre e independente do Portugal de Abril.

26 de Maio de 1981

O Comité Central do Partido Comunista Português



Assembleia da República

A «AD» unida quanto ao fundamental: atacar o regime e a Constituição

Em poucos dias, a direita voltou a atacar na frente do parlamento. Sob a forma de propostas de lei ou de projectos — estes para dar a ideia de que os deputados «AD» também fazem alguma coisa mais que servir apenas de apoio ao Governo — somam-se as iniciativas legislativas contra o regime, numa agenda sobrecarregada. A proposta de lei sobre a chamada delimitação dos sectores que aparece pela quarta vez, soma-se o projecto do PPM, sobre a liberalização dos sectores económicos não nacionalizados. Mas ainda agora a precissão vai no adro. A vontade de provocar a guerrilha com propostas manifestamente inconstitucionais não ficará por aqui.

Foi numa atmosfera carregada ainda pelas querelas internas da «AD» que veio a lume a proposta de lei do Governo. Ainda o azedume da intervenção do deputado Ribeiro e Castro, do CDS, que mais tarde negaria ter acusado o Governo de não desenvolver diligências no apuramento de um «crime» ao concluir um inquérito sobre a morte de Sá Carneiro e acompanhantes. Ângelo Correia, do PPD por seu lado, também em aparentemente desastrado comentário, diria a quem o quisesse ouvir que a palavras de Ribeiro e Castro não empenhavam o CDS, isto sendo Ribeiro e Castro dirigente daquele partido e fazendo parte da direcção parlamentar do mesmo. Ainda estavam no ar as apreciações negativas, contraditórias com o voto, do PPM, no local ao escândalo das torres do Tejo de Abecassis. Ainda os jornalistas não tinham esquecido a intervenção de Sousa Tavares, aplaudido por um terço dos ppds, ao rebelar-se contra o discurso hipócrita de Ribeiro e Castro sobre o terrorismo na Irlanda, invocando o direito de revolta. Ainda...

Mas todas estas contradições «aparentes» escondem divisões mais profundas. A respeito da constituição do governo?, da sua remodelação?, das alianças a reformular? Quem quer e puxar quem? As contradições não impediram no entanto a direita de se unir no fundamental: atacar os fundamentos económicos do regime.

Esta proposta para quê

Para quê fazer subir ao plenário esta proposta de lei sobre a delimitação dos sectores quando previsivelmente ela não irá passar no órgão a quem compete a fiscalização da constitucionalidade? Para quê a insistência, apresentando aos deputados quase uma cópia de diplomas já chumbados? Vital Moreira daria a resposta numa entrevista televisada: a lei vem tentar fazer passar o que a revisão constitucional não poderá fazer por necessitar da maioria de dois terços.

Assim, é de novo a questão da guerrilha institucional que foi colocada na ordem do dia. Visando dar à sua proposta o peso da aprovação de um órgão de soberania — onde a direita dispõe da maioria —, a «AD» pretende demonstrar que mais uma vez, o Conselho da Revolução e o Presidente da República se opõem à «democracia» do número. Esquecendo muitas outras coisas fundamentais, entre elas a própria Constituição da República que foi aprovada por mais de noventa por cento dos constituintes; esquecendo que os deputados hoje em funções, da «AD», já não representam a maioria do eleitorado português que votou em 7 de Dezembro passado contra o projecto da direita e permitiu

fundamentos económicos do regime.

Recuperar o poder para os monopólios

Classificando a iniciativa da «AD» como o culminar de toda uma escalada de direita revanchista ao serviço da reconstrução dos grupos financeiros e politicamente dominantes do País durante cerca de 50 anos, a deputada comunista Lida Figueiredo recordou o poder que tais grupos tinham antes do 25 de Abril:

Basta recordar — disse — que em 1973 a economia nacional estava dominada por sete grandes grupos monopolistas: CUF, Espírito Santo, Champallimaud, Português do Atlântico, Borges e Irmão, Nacional Ultramarino e Fonseca & Bumay, para compreender perfeitamente quais os interesses da classe deste Governo «AD» e desta maioria governamental. Por exemplo só o grupo CUF, o maior de todos, tinha ligado a si empresas tão importantes como o Banco Totta & Acores, Seguros Império, Emlinco, CNN, Lisnave, Setenave, a Tabaqueira, a Mompur, a Companhia Portuguesa de Cobre, etc. Os Mellos eram os senhores deste império que dominava cerca de 10 por cento do Produto Nacional Bruto.

Demonstração exaustiva

O debate foi uma espécie de repetição. Do lado do Governo, nada de novo. Assinalou-se

apenas, como sempre, a preocupação de tentar isolar o PCP dos outros grupos de oposição, manobra velha que pouco resultado tem dado. De resto, o ministro especialmente vocacionado para defesa da proposta de lei, Morais Leitão, preocupou-se, como já é também hábito, em transferir a questão para outros lugares mais lucrativos, não foi por acaso que a RTP lhe deu qualidade a voz nos dias em que a questão se discutia na Assembleia da República.

A proposta de lei passou, mercê da maioria. Mas ficou exaustivamente demonstrada — a inconstitucionalidade da mesma. Ficou exaustivamente demonstrado que o resultado inevitável da aprovação e aplicação da lei proposta pela «AD», se viesse a verificar-se, seria a completa destruição de uma das mais importantes condições da existência do Estado democrático em Portugal.

Está exaustivamente demonstrado — venceu ainda Veiga de Oliveira — que a lei proposta, se convertida em lei conduziria em linha recta à restauração e reconstrução do poder do grande capital financeiro e abrir-se-ia o caminho para o regresso a uma situação totalitária semelhante à ditadura de Salazar/Caetano.

De facto ficou muito claro que, em primeiro lugar este Governo «AD»/Pinto Balsemão está consciente de que a entrega ao grande capital da possibilidade de exercício da actividade bancária, mormente com dimensões e capacidade adequadas à época e à concorrência, leva

directamente à concentração de poderes económicos, e logo, sociais e políticos contra os quais a jovem democracia portuguesa pouco ou nada poderia; em segundo lugar que a grande diferença que se pretende introduzir, no que à Banca diz respeito, val a direita ao ângulo da questão pois é justamente a possibilidade de aceitar depósitos e de sobre eles emitir multiplicadamente meios de pagamento que está em causa. Isto é criar moeda; em terceiro lugar, todos os argumentos pretensamente ligados ao aumento do investimento e do desenvolvimento económico caem por terra uma vez que tudo o que se concederia ao grande capital privado seria a possibilidade de canalizar para onde bem lhe conviesse, as potencialidades de capitais alheios tomando por acréscimo, a parte de lucro para os quais não seria obrigado a arriscar um centavo de seu.

O deputado comunista, mais adiante, sublinharia: A vossa proposta de lei liquidaria as nacionalizações e o sector público, que directamente, entregando empresas públicas à gestão do grande capital, quer indirectamente, por concorrência desleal, coadjuvada por práticas administrativas, dependentes do próprio Governo que, entregando o sector público e incentivando e acarinhando o grande capital privado, facilmente demonstrariam aos incautos que o sector público não tem viabilidade e que a única maneira de salvaguardar o nosso desenvolvimento é acabar com ele.

Em contradição com o que se passa em Portugal...

Claro. Ao mesmo tempo que este projecto de resolução era aprovado na CE, ao mesmo tempo que uma proposta feita por mim e por António Guterres, do PS, era igualmente aprovada, ao mesmo tempo que os deputados da «AD» no CE aprovavam o projecto e a proposta, aqui mesmo na Assembleia da República, a «AD» votava contra o projecto de lei do PCP sobre alargamento do subsídio de desemprego...

Foi-nos também revelado pelos dois deputados comunistas, na breve conversa que mantivemos num intervalo dos trabalhos da AR, que Sousa Marques foi eleito para

duas subcomissões do CE (a de Energia, que vai proximamente visitar algumas centrais nucleares francesas, e a da Função Pública Europeia, que lhe vai permitir um acompanhamento mais detalhado dos problemas deste numeroso grupo de trabalhadores). Os camaradas contactaram ainda emigrantes portugueses em Estrasburgo e Colmar e, de regresso a Portugal, participaram numa festa organizada por emigrantes de Montreuil, nos arredores de Paris. Realizaram ainda, com um numeroso grupo de emigrantes comunistas na zona parisiense, uma sessão em que foram debatidos os principais problemas da situação política nacional e internacional.

Aliança, na tentativa de dividir o «mal pelas aldeias», invocando desproporcionados exemplos de violências policiais de carácter, esquecendo os abundantes e recentes exemplos de um novo estilo. Veiga de Oliveira diria: Alguém pretende demonstrar que o estilo mudou e que agora voltamos à moda antiga...

dividindo as culpas. A questão em causa seria precisada nas suas responsabilidades, pelos deputados comunistas intervenientes. Depois de Jerónimo de Sousa, que manifestou o acordo na generalidade com as razões da FRS ao pedir o inquérito, anunciando o requerimento do PCP, e perguntando se a polícia fora ao estádio fazer alguma prova de força, Veiga de Oliveira sublinharia a questão das responsabilidades: o último responsável pela actuação da polícia em qualquer país do mundo é, em definitivo o Governo, disse. E, por seu lado, anunciou a entrega na AR de um voto de constenação pelos incidentes da Luz. As afirmações dos comunistas produziram algum mal-estar na direita. Depois de Luis Coimbra, que já tinha afirmado que tais acontecimentos não poderiam ser obra do acaso (...), manifestando algumas dúvidas quanto à mentalização e ao treino do CPI e lembrando as actuações deste corpo e a vergonha que elas constituíram no Algarve há poucos anos, o debate aquecera. Sousa Tavares, para embaraço da «AD» também se associaria a um voto de protesto pela actuação da polícia. Mas... afirmou que não estava certo envolver o Governo na questão. A partir daí assistiu-se a um grande esforço dos deputados da Aliança, na tentativa de dividir o «mal pelas aldeias», invocando desproporcionados exemplos de violências policiais de carácter, esquecendo os abundantes e recentes exemplos de um novo estilo. Veiga de Oliveira diria: Alguém pretende demonstrar que o estilo mudou e que agora voltamos à moda antiga...

Comunistas portugueses no Conselho da Europa

Recentemente, integrando a delegação parlamentar portuguesa à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, deslocaram-se a Estrasburgo os camaradas Sousa Marques e Carreira Marques, deputados do Partido Comunista Português. Nesta sessão plenária do Conselho da Europa, os camaradas participaram em importantes trabalhos, e, mais tarde, realizaram contactos com emigrantes portugueses. De salientar, ainda, a eleição, para a direcção do Grupo Parlamentar Comunista do Conselho da Europa, do camarada Carreira Marques, eleito para uma das duas vice-presidências. A outra vice-presidência do grupo comunista pertence a um camarada italiano e a presidência a um membro do

PCF. No grupo comunista estão representados parlamentares comunistas de Portugal, Espanha, França e Itália e formam um conjunto de 18 membros do Conselho.

Como nos disse o camarada Carreira Marques, a situação na Turquia diminuiu os trabalhos desta sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

E o camarada salientou alguns aspectos da actividade dos comunistas portugueses no que respeita à situação antidemocrática que se vive na Turquia após o golpe de 12 de Maio do ano passado:

Mais uma vez tivemos oportunidade de contactar com patriotas turcos que nos expuseram de viva voz a situação que se vive naquele país da Europa

— disse-nos Carreira Marques. — Foi importante também a nossa participação na elaboração de um texto conjunto do grupo comunista, denunciando os atropelos aos Direitos do Homem na Turquia, as prisões, torturas e fuzilamentos, exigindo do Conselho da Europa medidas eficazes que proporcionem o regresso à vida democrática na Turquia.

A situação no Salvador — disse-nos por seu lado Sousa Marques — também fez parte das nossas acupações. Havia um projecto de resolução sobre a situação naquele país que não reflectia a verdadeira situação e problemas que se colocam ao heróico e corajoso povo de Salvador.

Também foi discutido — adiantou Sousa Marques — um projecto de resolução sobre a protecção dos trabalhadores em caso de falência de empresas. Aqui, denunciou o facto de as falências das empresas não serem mais que as falências das pequenas e médias empresas, inevitáveis no processo económico capitalista. Assim como o desemprego é, no mesmo processo. Não é demais sublinhar, agora, o facto de Portugal ser um dos oito membros do CE que ainda não ratificou a convenção 95 da Organização Internacional do Trabalho que consagra, por exemplo, a protecção das dívidas salariais em caso de falência das empresas...

Em contradição com o que se passa em Portugal... Claro. Ao mesmo tempo que este projecto de resolução era aprovado na CE, ao mesmo tempo que uma proposta feita por mim e por António Guterres, do PS, era igualmente aprovada, ao mesmo tempo que os deputados da «AD» no CE aprovavam o projecto e a proposta, aqui mesmo na Assembleia da República, a «AD» votava contra o projecto de lei do PCP sobre alargamento do subsídio de desemprego... Foi-nos também revelado pelos dois deputados comunistas, na breve conversa que mantivemos num intervalo dos trabalhos da AR, que Sousa Marques foi eleito para

Terra

O grande mérito do Governo «AD»: esclarecer os agricultores contra a política da direita

Ao Governo «AD» — iniciado por Sá Carneiro e Freitas do Amaral e continuado por Pinto de Balsemão — pode-se-lhe apontar um mérito: o de ter revelado aos agricultores todas as desvantagens de um governo de direita. Nas vésperas de eleições não faltaram as promessas. Tudo era um mar de rosas. Para os pequenos e médios agricultores todas as dificuldades seriam afastadas. Enfim, os lucros seriam compensadores do trabalho árduo. Quem não sonhou com isto? Quem não votou «AD» convencido de que as promessas seriam cumpridas?

E qual é a realidade hoje? Das promessas, nem o eco. As condições de trabalho degradam-se de semana para semana. Os lucros minguam. Os intermediários estão cada vez mais vorazes. Os preços dos factores de produção aumentam sem cessar. Os próprios factores de produção quando não aumentam de preço vêm adulterados, o que é uma forma de ganhar mais

sem aumentar o preço. Tem sido este afinal o grande mérito do governo «AD» — demonstrar aos pequenos e médios agricultores que um governo de direita não serve os seus interesses. Antes permite que uma camada de parasitas explore mais facilmente os pequenos e médios agricultores. De Norte a Sul é idêntico o descontentamento entre os agricultores. Mas também entre outras camadas da população laboriosa. Só quem aposta neste governo (ou noutro idêntico ou pior) são os que através de golpes e fraudes têm ganho bom

divinheiro sem nada fazerem. E viva a aliança democrática — gritam estes com os bolsos cheios e ideias novas para futuros e chorudos «negócios».

Por todo o País alastra o protesto

Por todo o país alastra a luta dos agricultores. Descontentes, querem respostas e soluções rápidas. Até agora, o silêncio. Por vezes, uma carga policial, como sucedeu nas Caldas da Rainha. Noutras ocasiões o agravar ainda mais das condições. Um breve balanço dá-nos a vi-

são do que se passa a nível da lavoura. Cada vez mais os agricultores abandonam a terra, a que estão amarrados mesmo nos domingos e feriados, para protestarem.

No dia 25 de Maio uma delegação de mais de uma centena de agricultores do Vale de Sousa avistou-se com o presidente da Câmara de Lousada dando cumprimento à decisão de um plenário de agricultores realizado no dia 17, no mesmo concelho. Na ocasião entregue referi-a-se a grande crise que atravessam os criadores de gado e reclamavam-se novos preços ao produtor para a carne e o leite.

Apesar de o presidente da Câmara se ter comprometido a entregar o documento das reivindicações directamente ao ministro da Agricultura, mantém-se marcada para o dia 1 de Junho nova concentração a fim de se conhecer a resposta dos governantes. Os agricultores afirmam-se dispostos a lutar pela sua sobrevivência.

consideração as medidas reclamadas. Ficou marcada nova reunião plenária para esta última data.

Hospital fechado em Condeixa

Quando irá abrir o hospital deste concelho, cujas obras estão concluídas há muito? Pergunta que todos os habitantes daquela região fazem mas à qual ninguém até agora responde.

Fazendo-se eco do interesse da população por este assunto, vários delegados do MAPRU (Movimento de Agricultores para uma Melhor Previdência Rural) exigiram que uma resposta oficial seja dada.

Antes, várias diligências foram feitas, tanto a nível distrital como junto do secretário de Estado da Saúde. Mas o segredo permanece.

Trânsito interrompido em Coimbra

Milhares de agricultores interromperam o trânsito em Coimbra, no passado dia 22, na via obrigatória para quem se deslocava na estrada Lisboa-Porto, protestando contra a política agrícola seguida pelo Governo «AD»/Balsemão e a arrogância do director do MAP de Coimbra, o qual foi ao cúmulo de afirmar a

uma delegação de agricultores que recebeu que se achavam as razões muitos caras o melhor seria darem menos ao gado e nada de protestos.

O Governo Civil de Coimbra tentou por todos os meios impedir a realização da concentração. Esta atitude repressiva mereceu a condenação de todos os presentes.

Os agricultores que ali acorreram decidiram pedir a solidariedade do movimento cooperativo para a luta que travam, estando a ser estudadas formas de luta que podem ir até ao corte do fornecimento de leite a Lisboa.

Entretanto, o «Correio do Povo Diário», do distrito de Aveiro denuncia terem surgidos vários anúncios na imprensa regional, através dos quais as juntas de freguesia e a Câmara Municipal de Arouca tentam vender árvores existentes em terrenos baldios, em flagrante desrespeito pela lei dos baldios e os direitos das populações.

Também os compartes de baldios das regiões de Arganil e Lamego se deslocaram no dia 21 às respectivas administrações florestais para entregarem documentos exigindo o cumprimento integral da lei dos baldios. Concentrações idênticas verificaram-se em Viseu e Lousã, no passado dia 19.

Em Mirandela, cerca de 200 agricultores, no passado dia 14, rejeitaram o pseudocrédito

Faça-se luz sobre a repressão na Luz

O caso era sério. Por isso, muitas presenças enchendo as várias galerias dos que quiseram assistir à discussão levantada à volta dos acontecimentos do Estádio da Luz. O escândalo da violência repressiva, que mesmo alguma direita não conseguiu esconder, veio assim à Assembleia ser tratada com foros de escândalo nacional. Que era. Por isso as galerias pareciam os aneis de um estádio. Esperando que no sério jogo da política ganhassem os melhores. Na primeira volta, ganharam efectivamente os melhores — quem tinha razão.

Com efeito, na terça-feira passada, os partidos da FRS apresentaram na AR um pedido de inquérito parlamentar a fim de serem esclarecidas as responsabilidades pelos incidentes verificados no Estádio da Luz, e que pudesse determinar que orientações foram dadas à PSP e ao seu Corpo de Polícia de Intervenção. O caso é abundantemente conhecido do público. Mais de uma centena de pessoas foram feridas no seguimento de uma intervenção policial que ninguém compreende, no final do desafio que deu a vitória ao Benfica.

Por seu lado, o PCP apresentaria na mesma altura um requerimento com várias perguntas ao Governo sobre a actuação da polícia nos graves acontecimentos ocorridos.

Jogar à defesa

Os partidos da «AD» pareciam desde o início virem preparados para jogar à defesa. Lucas Pires, candidato a dirigente benfiquista, trazia mesmo alguns papelinhos que manuseava. E em verdade se diga que tal figura do CDS poucas vezes tem alinhado no hemisfério ao lado dos seus pares, reservando-se porventura para as lides da revisão constitucional.

Mas Lucas Pires não teve oportunidade de — ou escolheu assim — usar da palavra durante a questão que se levantou com a intervenção do deputado da UEDS, César Oliveira, que deu a conhecer ao parlamento o pedido de inquérito da FRS.

Usando a figura do pedido de esclarecimento, foram muitas as intervenções que se registaram no plenário a propósito do assunto, que ocupou a totalidade do período de antes da Ordem do Dia. Não sobrou tempo para mais, antes algumas questões ficaram para depois.

Desde logo o deputado da UEDS venceu que o importante era saber, no inquérito pedido, quem ordenou e comandou a actuação da PSP e particularmente do Corpo de Intervenção no Estádio. Mas não só. Também outra pergunta colocou: Que tipo de treino e orientação é ministrada ao referido corpo? Como são recrutados e seleccionados os membros do Corpo de Polícia de Intervenção e qual a sua origem concreta?

As últimas perguntas seriam as que iriam embaraçar mais a direita.

Dividir as culpas

Aliança, na tentativa de dividir o «mal pelas aldeias», invocando desproporcionados exemplos de violências policiais de carácter, esquecendo os abundantes e recentes exemplos de um novo estilo. Veiga de Oliveira diria: Alguém pretende demonstrar que o estilo mudou e que agora voltamos à moda antiga...

No fim-de-semana, em Évora Conferência da Reforma Agrária reúne 3900 delegados e convidados

Começa, no sábado de manhã, em Évora, a 5.ª Conferência da Reforma Agrária. Os trabalhos, que decorrerão em sessão plenária, prolongar-se-ão durante todo o dia de sábado e a manhã de domingo, após o que se efectuará um comício de encerramento, pelas 15 horas, durante o qual serão lidas as conclusões aprovadas na Conferência. Seguir-se-á um desfile pelas ruas da cidade de Évora.

Entretanto, estão já previstas mais de 100 camionetas de excursão e dois comboios especiais que, no domingo levarão a Évora milhares de trabalhadores de outros pontos do país e que com a sua presença manifestarão a solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária.

Os temas em debate na Conferência são os seguintes: dia 30 de Maio, das 9 às 10 e 30 — aprovação do regulamento, constituição da mesa, normas sobre o funcionamento da Conferência e apresentação do resumo do balanço; das 11 às 13 horas — «A Reforma Agrária está a ser ilegalmente destruída pelos governos de direita»; das 14 e 30 às 16 horas — «A Reforma Agrária é a alternativa para aumentar a produtividade»; das 16 às 18 e 30 — «A Reforma Agrária mudou a vida nos campos»; das 16 e 30 às 17 horas — «Os trabalhadores agrícolas em luta por

melhores condições de vida»; das 17 e 30 às 19 horas — «Reforçar a organização para defender as UCP's/Cooperativas»; das 19 às 20 horas — «Aspectos da política financeira e de comercialização de preços».

Dia 31, domingo: das 9 às 10 horas — «A Reforma Agrária também diz respeito aos agricultores»; das 10 às 11 e 30 — «Defender e prosseguir a Reforma Agrária por uma vida nova e melhor»; das 12 e 30 às 13 e 30 — Leitura e votação das conclusões e da proclamação.

Durante os dias da Conferência estão previstos dois espectáculos de solidariedade para com a Reforma Agrária em que participarão artistas conhecidos. O primeiro realiza-se na noite de sábado, pelas 21 e 30, no palco do pavilhão central do recinto da Conferência. O segundo espectáculo, a realizar no domingo, entre as 13 e 30 e as 15 horas, decorrerá no palco do ar livre. Esta Conferência virá



Vão prosseguir os protestos da lavoura

Os protestos e as reclamações da lavoura vão prosseguir. Que se saiba estão previstas para os próximos dias as seguintes iniciativas: amanhã, em Sintra; sábado, em Boiaça (Rio Maior); domingo, em Vila Nova de Coita (Santarém) e Vouzela; segunda-feira, em Paredes (Porto); em Marco de Canaveses e Torres Vedras, no dia 3 de Junho; em Portalegre, Loures e Siives, no dia 7 de Junho; e em Setúbal, no dia 8.

Todas estas iniciativas inserem-se numa campanha contra o aumento dos produtos essenciais para a lavoura, a actualização imediata dos preços dos produtos agrícolas e pecuários e dos produtos leiteiros e ainda pelo cumprimento das promessas do MAP no respeitante à seca e à geada.

PCP

1.º Encontro das Comissões do PCP nos Bairros Camarários do Porto

Com a participação de 300 camaradas, decorreu no último domingo o 1.º Encontro das Comissões do PCP nos Bairros Camarários do Estado da Cidade do Porto.

Presentes na mesa que orientou os trabalhos, os quais decorreram entre as 9 e 30 e as 18 horas, com um intervalo para o almoço de confraternização (com mais de 200 pessoas), os camaradas José Eduardo, membro do Executivo do Comité Local, que presidiu; Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC; Helena Medina, do CC e da DORP; António Lima, Figueiredo e Alexandre, membros do Executivo do Comité Local; Manuel Andrade, autarca eleito pela APU e membro do Comité Local; Oliveira Dias, vereador da Câmara; Ilda Figueiredo, deputada; e ainda representantes das Comissões dos Bairros do Cerco do Porto, S. Tomé, S. Roque e Previdência.

Registraram-se cerca de 30 intervenções, a maior parte das quais pelas Comissões do Partido dos principais bairros camarários do Estado. De forma muito viva, os oradores abordaram os problemas concretos dos moradores, não escapando às questões da juventude e mulheres e também os êxitos, as dificuldades e os planos no campo da organização do Partido. Particularmente sublinhada foi a importância da dinamização de fortes Comissões de Bairro do

PCP, que acompanhem toda a luta e todos os problemas dos moradores, das mulheres, dos jovens, das crianças, das colectividades.

Foram reveladas importantes experiências no âmbito do trabalho político dessas Comissões. Paranhos-A contou como foi possível avançar com a organização do Partido; os bairros das Campiñas e Regado referiram o papel dos boletins informativos; o Cerco do Porto sublinhou a importância do trabalho das mulheres e destacou a venda militante do "Avante!" (300 vendidos no especial de aniversário).

A política do Governo Balsemão e da Câmara "AD" foi intensamente analisada e discutida, tendo os presentes manifestado a firme disposição de lutar por um novo governo e uma nova câmara, ao serviço da democracia e dos interesses das populações.

A acção dos deputados do Partido, o balanço das visitas que realizaram aos bairros e os seus projectos de acção na Assembleia da República em defesa dos moradores, além de uma retrospectiva dos resultados do inquérito integrado nas actividades preparatórias do

Encontro foram igualmente pontos salientes no decurso dos trabalhos.

O camarada Carlos Costa evidenciou a importância desta realização do Partido, tendo destacado a necessidade de se prosseguir os esforços com vista ao fortalecimento dos organismos do PCP nos bairros camarários do Porto e à sua capacidade de dinamização e apoio às diversas frentes da justa luta dos moradores. Alguns temas da actualidade política nacional e internacional foram também abordados na intervenção de Carlos Costa.

Encerrou o Encontro a camarada Helena Medina. A dado passo da sua breve comunicação salientaria as excelentes condições de trabalho proporcionadas aos camaradas presentes pela Comissão de Bairro do Cerco do Porto.

O Encontro aprovou os seguintes textos: **Conclusões, saudação às camaradas e amigas que prepararam o almoço e saudação à Comissão de Bairro do Cerco do Porto.**

O documento das conclusões salienta a dada altura:

«A realização do Encontro, do levantamento feito, das intervenções verificadas, do debate que se processou, resultou um conjunto de

reivindicações e de exigências que se impõe satisfazer:

● Realizar obras de grande conservação exterior e interior de modo a tornar as casas minimamente habitáveis;

● Proceder à melhoria dos arruamentos, que na maior parte dos bairros estão intrançáveis;

● Melhorar o sistema de limpeza, nomeadamente através da colocação de contentores, da reparação das caixas, da melhoria da recolha do lixo, da colocação de contentores responsáveis pela limpeza e ajardinamento;

● Construir equipamentos sociais e colectivos de apoio à infância e 3.ª idade;

● Melhorar os transportes que servem os bairros, tanto em número de carreiras e paragens, como alterando os actuais horários, particularmente os nocturnos;

● Exigir a participação dos moradores e das suas Comissões em todo o processo de atribuição de casas que fiquem vagas;

● Recusar a política de aumentos generalizados das rendas que a Câmara "AD" pretende levar a cabo;

● Exigir que a elaboração de qualquer regulamento seja feito com a participação dos moradores, das suas comissões e com eles discutidos;

Delegações do PCP em Congressos de partidos-irmãos

José Viloriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, representou o nosso Partido no 19.º Congresso do Partido Comunista da Finlândia, realizado em Helsínquia nos passados dias 22 a 24. José Viloriano estará igualmente presente, em representação do PCP, no 6.º

Congresso do Partido Comunista Alemão (DKP) que se inicia na República Federal da Alemanha amanhã, terminando no domingo. Por seu turno, Dinis Miranda, também membro da Comissão Política do CC do PCP, encontra-se em Ulan Bator a fim de representar

o PCP no 18.º Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol, cujos trabalhos se iniciaram anteontem.

Refira-se ainda que, na semana passada, Edgar Correia, membro do CC, representará o PCP no 6.º Congresso do Partido Comunista de Berlim-Oeste.

Delegações na Bulgária e Hungria

De 18 a 25 de Maio visitou a República Popular da Bulgária uma delegação de estudo do Partido Comunista Português composta por Vítor Dias, membro suplente do Comité Central, João Labescat, da DORL, Dália Ferreira da DORS, Viriato Pina Moura da SIP DORP e Graça Filipe, da Secção Internacional do PCP.

Durante a estadia na Bulgária, a delegação do PCP foi recebida por Dimitar Stanichev, Secretário do CC do PCB e teve um encontro de trabalho com responsáveis do Departamento de Propaganda e Agitação do CC do PCB. Também em Sófia, a delegação encontrou-se com responsáveis do Comité de Freguesia "Lenin".

A delegação visitou os distritos de Pleven e Lovech, onde foi recebida pelos Primeiros Secretários dos respectivos Comités Distritais do Partido e membros do CC, assim como pelos responsáveis do trabalho ideológico e de propagação.

Agostinho Lopes, membro suplente do CC do PCP, regressou de Sófia no dia 25 de Maio, onde participou no 34.º Congresso da União Agrária Popular Bulgária.

Na capital da República Popular da Bulgária, o representante do PCP participou ainda, a 21 e 22 de Maio, num Encontro Internacional para a Paz e o Desarmamento.

No quadro das tradições de relações de amizade, solidariedade que existem entre o PCP e o POSH, visitou a República Popular da Hungria, a comissão PCP uma delegação de estudo do PCP no domínio da assistência social.

A delegação do PCP visitou vários sectores da organização da saúde e da assistência social e teve contactos com dirigentes responsáveis do Partido, de outras organizações e do movimento sindical.

A delegação do PCP foi composta por Ana da Nunes, membro da DORP, Ricardo Jorge, membro do CC e ainda Jorge Ladeira e Joaquim Gouveia, simpatizantes do

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Sector de Transportes da Organização de Lisboa

Com a participação de 260 delegados e cerca de 450 convidados, realizou-se no próximo sábado, no Refeitório da CTM (Rua do Conde de Obidos) e II Assembleia da Organização do Sector de Transportes da ORL, que culminará uma importante actividade preparatória, no âmbito da qual se realizaram dezenas de reuniões.

6.ª Zona do CLL

Fazer o balanço da actividade desenvolvida; perspetivar o trabalho futuro; e eleger o novo organismo de direcção - estes os objectivos, plenamente alcançados, da II Assembleia de Organização da 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa, que decorreu no último domingo, no Pavilhão do Grupo Desportivo da Charneca.

Presentes 120 delegados e 180 convidados, além de representantes de outras forças

políticas, organizações populares e civicas. O Relatório aprovado mereceu a contribuição directa e o consequente enriquecimento dum significativo número de militantes.

O camarada José Casanova, da direcção do Partido, falou sobre a situação política nacional e internacional.

A finalizar, actuaram Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo.

Freguesia de Aigualva-Cacém

No âmbito da campanha de organização aponhada pelo nosso Partido, no ano em que se comemora o 60.º aniversário da sua fundação, realizou-se no passado dia 17, em Mira Sintra, a 2.ª Assembleia de Organização da Freguesia de Aigualva-Cacém.

Subordinada ao lema "Reforçar o Partido continuar Abril", a Assembleia analisou e discutiu o Relatório de Actividades, bem como as perspectivas de trabalho futuro apresentadas pela Comissão de Freguesia.

No decurso dos trabalhos, os delegados intervieram sobre as propostas de organização apresentadas e elaboraram propostas de agenda e alteração, que vieram a ser contempladas nas perspectivas de trabalho aprovadas pela Assembleia.

Nas intervenções dos delegados foi ainda feito um balanço do trabalho realizado pelos respectivos organismos do Partido, tanto a nível das células de bairro como nas de empresas.

Das perspectivas de trabalho aprovadas destacam-se: ● Garantir o contacto de todos os militantes com o Partido, através do seu progressivo enquadramento numa das suas organizações;

● Discutir o recrutamento de novos membros para o Partido, orientando a sua concretização nestas direcções fundamentais: operários, jovens, mulheres, quadros técnicos e intelectuais. «Esta orientação não é limitativa para todos aqueles que queiram vir a integrar o nosso grande colectivo partidário», salientou a Assembleia.

● Fixar como meta de recrutamento, no decurso do corrente ano, 75 novos militantes para o Partido;

● Incentivar o aparecimento de novos quadros, através das várias frentes de trabalho, promovendo camaradas que, nas mesmas, se destacarem pelo seu esforço e espírito de militância.

● Que a organização local se mobilize desde já na preparação da futura lista a apresentar às eleições autárquicas de 1982, estabelecendo contactos com outros democratas, de modo a assegurar a continuidade dum dinâmica APU existente na Freguesia.

● Melhorar o nosso trabalho na frente unitária, dinamizando as Comissões de Moradores, as colectividades e as associações, através da acção cultural, do trabalho voluntário e da promoção da prática desportiva;

● Desenvolver esforços, no imediato, para a constituição de um organismo de Mulheres para o trabalho unitário;

● Reforçar a Comissão de Fundos e Incentivar a sua capacidade de realização e de iniciativas próprias;

● Dinamizar a recolha de listas de Amigos do Partido, em todos os organismos;

● Desenvolver esforços, todos que durante o ano de 1981 se reduza substancialmente o número de quotas de valor igual ou inferior a 50\$00;

● Incentivar a venda militante do "Avante!" e do "Militante", quer na organização quer na rua. Desenvolver esforços para que o "Militante" e o "Avante!" sejam utilizados como material de estudo e de formação ideológica.

Encerrada a discussão dos documentos referidos, procedeu-se à eleição da nova Comissão de Freguesia, período este somente reservado aos delegados.

A finalizar os trabalhos da Assembleia, interviu a camarada Marília Cabral, da DORL e membro do CC do nosso Partido.

A camarada referiu-se na sua intervenção à grande campanha que, por todo o Partido, está a ser levada à prática no sentido de melhorar toda a organização. Acentuou a necessidade do reforço do Partido tendo em vista a resposta à ofensiva reaccionária do Governo Balsemão e a defesa do regime democrática e das conquistas de Abril.

Relativamente à conjugação de esforços das forças democráticas, referiu que se mantém como necessário a unidade entre todos os democratas, principalmente entre comunistas e socialistas, nos locais de trabalho, nas autarquias, nas colectividades, em torno de objectivos comuns e na defesa da Constituição da República.

A camarada Marília Cabral acentuou ainda a importância do movimento de opinião generalizada na repulsa pela implantação de armas nucleares em Portugal, e insistiu na necessidade da luta pela Paz, travada por todos os povos do Mundo.

No final da sua intervenção, a camarada deu salientou a necessidade de todo o Partido persistentemente, se empenhar nas tarefas de organização concluído: «Não basta só realizar Assembleias. É necessário estudar as melhores formas para continuar a reforçar a Organização do nosso Partido».

Participará nos trabalhos da Assembleia o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Casebres

No dia 6 do próximo mês de Junho reunirá a II Assembleia da Organização Local de Casebres do PCP. Local: Centro de Trabalho do PCP.

A Assembleia tem como objectivo "a análise do trabalho desenvolvido pelo Partido e as perspectivas que se colocam", assim como a eleição do novo organismo de direcção local.

Está prevista a participação da camarada Luísa Araújo, membro suplente do CC.

Casebres tem 400 eleitores, dos quais 250 são militantes do PCP.

Torres Novas

No dia 7 de Junho, os comunistas de Torres Novas promovem a sua II Assembleia Concelhia de Organização. A Comissão Organizadora da Assembleia divulgou recentemente um comunicado onde se salienta a dada passo:

«Contacto com todos os militantes; estruturação dos organismos existentes (eleição do secretariado de célula das empresas R.N., Nery, Renova, Fiação, Hospital, Câmara e CTT; eleição de comissões de Freguesia e Lugar em, Brogueira, Lapas, Zibreira, Riachos, Meia-Via e Argea e melhoramento do funcionamento da Comissão de Freguesia da Ribeira); melhorar o trabalho das comissões específicas de Fundos, Autarquias, Sindical e SIP. Assim como criar e pôr a funcionar comissões para o trabalho camponês, colectividades e cultural; pôr a funcionar as células das empresas A.I.A., Dopovo e Unital, assim como a das Mulheres; dar maior importância ao trabalho nos sectores do Ensino, da Saúde, Cooperativo e também aos empregados e jovens; aumentar as receitas do Partido, particularmente na quotização e na venda do "Avante!" e "O Militante"; recrutar até ao fim do ano de 81 mais 80 novos camaradas a fim de atingir no concelho os 500 militantes; trabalhar a rápida abertura dum novo Centro de Trabalho em Torres Novas bem como dinamizar a abertura do CT da Brogueira e procurar abrir novos CTs em Riachos, Ribeira e Argea - estes serão os objectivos principais que se pretendem atingir durante o ano de 1981 em que a realização da 2.ª Assembleia da Organização do concelho de Torres Novas poderá dar decisiva contribuição».

Aljustrel: Encontro de Militantes

A preparação do Encontro de Quadros que se realizará em Aljustrel no dia 18 de Junho é o principal objectivo das reuniões marcadas em vários pontos do concelho.

Registamos algumas:

Dia 4 de Junho (quinta-feira) - em Ervidel, no CT, às 21 horas, com todos os militantes; às 16 horas, no CT de Aljustrel, célula das Mulheres Comunistas;

Dia 5 de Junho (sexta-feira) - às 21 horas, em Messejana, reunião de militantes; às 15 horas no CT de Aljustrel, célula dos Reformados; no mesmo local, às 21 horas, reunião de militantes das pequenas e médias empresas.

A célula das Pirites Alentejanas e as organizações de Montes Velhos, Rio de Molinhos e Corte Vicente Anes têm também iniciativas marcadas.

Amareleja

Os militantes comunistas de Amareleja reúnem-se no próximo dia 3 de Junho (quarta-feira).

O encontro decorrerá nas instalações da Casa do Povo, a partir das 21 horas. Não faltes!

Serpa

No próximo dia 7 de Junho realiza-se uma importante Reunião de Quadros do PCP do concelho de Serpa.

O encontro decorrerá nas instalações do Centro de Trabalho de Vale de Vargo, a partir das 10 horas.

No dia anterior, às 20 horas, decorrerá um plenário de militantes em Montes Velhos.

Camaradas falecidos

SEBASTIÃO LOURENÇO

Granjeador larga simpatia pelo seu comportamento exemplar, o camarada pertenceu ao Sector Intelectual e à organização da Função Pública (MAP) e fazia actualmente parte dos quadros da Quimigal, prestando serviço como cooperante na República Popular de Moçambique desde 1977, primeiro como director fabril da CICOMO e depois como administrador da Companhia Têxtil do Pungue.

GEORGINA DOMINGOS

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 21 a militante comunista Geórgina Páscua Domingos. A camarada estava organizada na célula da J. J. Gonçalves - organismo de escritórios do C. L. Lisboa do PCP.

JOSÉ SALES

Faleceu no passado dia 22, em Lisboa, o camarada José Luís Monteiro Sales, de 32 anos, vítima de doença incurável.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do "Avante!" apresenta aos familiares dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

Reunião de quadros comunistas do distrito de Coimbra

Integrada na campanha organizativa em curso, decorreu no último sábado uma importante reunião de quadros do PCP do distrito de Coimbra.

Estiveram presentes 150 camaradas, representando as organizações de quase todos os concelhos. Ao analisar o trabalho desenvolvido pelo Partido nas zonas rurais, a reunião concluiu

que existe melhoria geral da sua capacidade de intervenção, realização e ligação às massas. As medidas indispensáveis para o melhoramento da actividade das organizações e as tarefas imediatas que se colocam aos membros do Partido foram também aspectos particularmente em foco no decurso da reunião.

Segundo um comunicado divulgado a propósito do encontro pela SIP da Comissão Distrital de Coimbra do PCP, ao apreciar a situação política actual e os reflexos no distrito da política seguida pelo Governo AD/Balsemão, "a reunião salientou como preocupação o aumento constante do custo de vida e as crescentes dificuldades

Ferreira do Alentejo: a meta é 1500 contos!

Os comunistas de Ferreira do Alentejo, tendo em conta «uma velha aspiração dos militantes e simpatizantes do Partido», decidiram lançar neste mês de Maio uma grande campanha de recolha de fundos, destinada à compra do novo Centro de Trabalho do PCP.

A ideia ganhou força e a iniciativa está lançada. Como nos salienta a Comissão Concelhia de Ferreira do Alentejo, «ao lançamos uma campanha de fundos numa altura em que o Governo AD/Balsemão provoca um brutal aumento do custo de vida, aumentando o preço dos bens essenciais, tentando impor um real salário de 16 por cento, atacando ferozmente as conquistas da Revolução, provocando o aumento do

desemprego, não é tarefa fácil recolher 1500 contos num ano e temos clara consciência das dificuldades que vamos encontrar».

No entanto, os comunistas daquela região alentejana têm confiança. «A organização do Partido, em conjunto com todo o Povo do nosso concelho, saberá ultrapassar as dificuldades, recolher de todos e de cada um a contribuição necessária para levantarmos o nosso Centro de Trabalho em Ferreira do Alentejo».

A campanha tem conta aberta na delegação da União de Bancos Portugueses (UBP), com o número 6722. E o apelo à ajuda de todos os camaradas e amigos, de todos os antifascistas, aqui fica.

Distrito de Setúbal

Molta

Muitas centenas de pessoas passaram pelo Pavilhão Político e pelo Bar-Restaurante que os camaradas da Molta ergueram na Feira de Maio, neste fim-de-semana.

O programa divulgado foi totalmente cumprido, nomeadamente as sessões de esclarecimento e de canto livre, Erlicia Talhadas, Alvaro Mateus e António Ângelo foram os principais animadores das sessões de esclarecimento.

cenário de entusiásticas iniciativas do Partido. Na primeira daquelas localidades foram recrutados para o Partido

mais 30 militantes (21 são mulheres). Em Casebres, houve um almoço-conívio com cerca de 150 camaradas e amigos.

Sector corticeiro

Com o objectivo de debater assuntos importantes relacionados com as empresas do sector e analisar a situação política actual, a Comissão Concelhia da Molta do PCP promove no próximo dia 6 de Junho (sábado), às 15 horas, no CT de Alhos Vedros, uma reunião destinada aos trabalhadores comunistas do sector corticeiro.

Participará o camarada Carlos Humberto, da DORS.

Visitas de deputados comunistas

Os deputados comunistas Jorge Patrício, Rogério Brito, Sousa Marques e Carlos Espadinha, elictos pelo círculo de Setúbal, participaram recentemente em visitas a diversos pontos do distrito.

Jorge Patrício esteve no concelho de Palmela. Contactou a direcção da Cooperativa de Consumo Pinalhonense, tendo visitado as suas instalações; o presidente da Junta de Freguesia, em Pinal Novo, com o qual dialogou acerca do problema da passagem de nível; pequenos e médios agricultores organizados em cooperativa; vereadores e Presidente da Câmara Municipal, na altura e de forma espontânea, cerca de 50 reformados concentrados nos jardins próximos aproveitaram

e a anexos de uma escola cuja existência fica a dever-se ao esforço abnegado das populações e ao apoio que não lhes regateiam as autarquias locais.

Uma semana depois, Rogério Brito, Sousa Marques e Carlos Espadinha deslocaram-se a Grândola.

No âmbito das autarquias locais, reuniram com o Presidente da Câmara Municipal e outros vereadores, visitaram Meilões na sua companhia e, voltando à Câmara, dialogaram ali com 70 trabalhadores. Na altura e de forma espontânea, cerca de 50 reformados concentrados nos jardins próximos aproveitaram

a presença dos deputados comunistas para manifestarem o seu desagrado pela política do Governo, prometendo estar presentes na concentração de reformados a realizar brevemente em Lisboa.

Seguiu-se uma visita à cooperativa de cortiça Milhão Ribeiro, à Fábrica Granadeiro - onde falaram com gestores, inclusivamente - à Cooperativa de Construção Civil "11 de Junho".

O almoço decorreu na Cooperativa Agrícola "Canal Vermelho", que percorreram seguidamente em tractor, durante grande parte da tarde. Os deputados comunistas voltaram a Grândola para, em data oportuna, visitarem ainda a Mina do Lousal.



«Não é com medo de ilusões que os algos verão problemas resolvidos»

Comunicado RAL

Detendo-se em particular sobre os aspectos da política do Governo "AD" no âmbito da Organização Regional, aludimos a dada

«O agravamento da situação do Verão chegará?», a intenção do patronato que se sente de facto, e o espectro do desemprego sobre os trabalhadores, designadamente os contratados a prazo e os subempregados, a degradação da medicina; o drama da habitação e a especulação a subsistirem a resolução das suas necessidades com a RDP/Sul a vender a alienar outros importantes aspectos a reafirmar o cariz do Governo e as figuras têm no Algarve honra

«Domingando e utilizando os recursos da imprensa, os deputados e excursionistas de ministros e em Alentejo, correm todo o risco de tentativa de apagar fogos a sua resolução - a sua resolução - procura sobrestimada do seu real e os problemas.

Contudo não é com medo de algos verão alguma vez os problemas resolvidos.

A terminar, os comunistas e de cooperação entre todos os sectores da alternativa coerente e prog

Começa amanhã 5.ª Festa Popular de Alverca

Tem já início amanhã, dia 29, prolongando-se até domingo, a 5.ª Festa Popular de Alverca, iniciativa do PCP.

Esta realização decorrerá no Jardim do Bairro e, tal como em anos anteriores, conta com um rico e variado programa que atrairá a presença de largos milhares de pessoas.

As festividades começarão pelas 21 e 30 de 6.ª-feira, com a atuação do Grupo Folclórico "Os Ribatejanos", a que se seguirá um baile com o conjunto "Opção".

No sábado, o programa tem início logo pelas 8 horas com a abertura do mercado da Zona Agrária e encerra com um espectáculo às 21,30 onde participam a Brigada Vítor Jara, J. Letria, Carlos Paredes, Fernando Almim e o ilusionista Ludo, terminando com a intervenção política a cargo do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP. Entretanto, ao longo do dia, haverá também uma simultânea de xadrez, um torneio de damas e um torneio de chinchinho (às 10 horas), uma prova de ciclismo (às 15) e, às 16,30, o 1.º Festival da Canção Popular de Alverca.

No domingo de manhã, será a vez dos mais habilidosos serem a prova a sua pericia nas gincanas de bicicleta e triciclo e, à tarde, toda ela dedicada às crianças, a presença dos palhaços "Zequinha, Batainha, Esparguete e Companhia", do Rancho Infantil da Casa do Povo de Arcena, dos Pioneiros de Portugal do Sobralinho, de uma classe de ginástica e de luta livre olímpica e, ainda, do José Barata Moura. O encerramento, à noite, será feito com o "Fado de Abril", Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo e o grupo coral "Os Unidos do Baixo Alentejo".

Mas há mais: para os interessados funcionará durante os três dias um auditório onde serão projectados filmes e tele-discos e onde haverá colóquios sobre a música "rock" e sobre a Paz. A par disto não faltarão os tradicionais periscos no bar, banca e a permesse, os pavilhões políticos e os divertimentos.

Festa da Amizade em Almada

Prossiguem em bom ritmo os trabalhos para a montagem da

5ª FESTA POPULAR DE ALVERCA

29, 30 e 31 de Maio
JARDIM do BAIRRO

PCP
60 anos de luta
ao serviço
do Povo e da Pátria

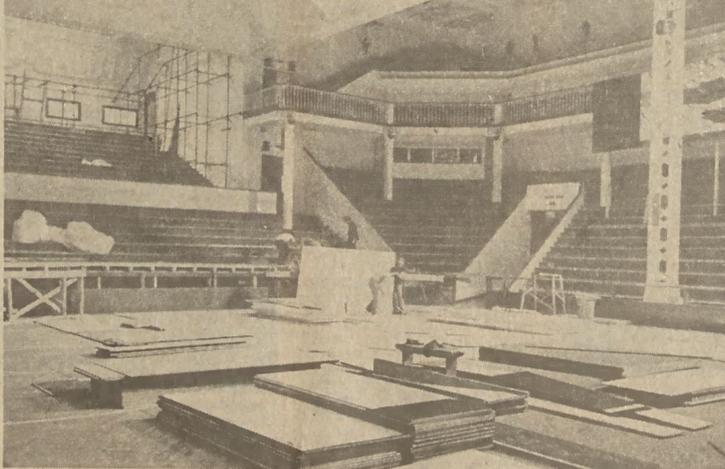


Festa da Amizade, o que não quer dizer de maneira nenhuma que não seja necessária a ajuda de todos os camaradas e amigos, para que no dia 5 de Julho a festa abra mostrando então as aspirações dos comunistas de Almada, na sua luta constante pelo progresso do seu concelho, pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores em todas as frentes de luta.

Reforma Agrária, Ano Internacional do Deficiente, Teatro na Revolução e Movimento Associativo e Cultural do Concelho de Almada. Também o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, estará perante no dia 7, no início de encerramento. Tudo se vem conjugando para que a 5.ª Festa da Amizade seja de facto mais uma grande realização do Partido Comunista Português.



A sequência destas imagens não revela apenas que a Exposição acabou. A gravura de baixo mostra o Pavilhão já com o seu aspecto mais ou menos normal. Mas a foto mais alta da direita entreabre ainda um pouco da transformação do espaço que ali se criou. Assinala com a tubagem entrecruzada o esforço repetido que custou erguer, desmontar e guardar os materiais expostos, um esforço a que os comunistas estão habituados e que permitiu que a Exposição vivesse os seus poucos dias, fosse tão visitada e admirada e não chegasse para tanta gente...



A Exposição terminou mas não ficará esquecida...

Já domingo tinha chegado ao fim quando os últimos visitantes da Exposição do PCP abandonaram o Pavilhão dos Desportos, levando consigo uma amálgama de sentimentos a que se sobrepunha a mágoa de saber que era, preciso começar a desmontar todo o magnífico trabalho realizado.

7 até domingo por ali passaram? Será que em cada uma delas — mesmo nos que foram só por curiosidade — não ficou alguma coisa dessa mostra do que foram sessenta anos de luta, de morte, de resistência, de confiança no futuro?

combaterem são o melhor testemunho de que a Exposição do PCP permanecerá viva para além da sua passagem pelo Pavilhão dos Desportos. Porque a história do PCP, dos seus sessenta anos, é muito mais que a história de um qualquer partido político.

É a história de um povo, é a história da resistência popular à opressão e a exploração, é a história de um povo que continua em luta por uma sociedade mais justa.

quadrantes políticos por ali passaram, a par de trabalhadores e jovens, homens e mulheres de todas as camadas sociais. De todos, um sentimento impossível de esconder — a admiração e respeito pelo grande colectivo que é o Partido Comunista.

à família, aos amigos, aos companheiros de trabalho. O Pavilhão dos Desportos voltará a ser só o Pavilhão dos Desportos, ainda que mais rico agora, porque na sua história figurará esta Exposição que não é possível esquecer.

Fado de Abril na «Voz do Operário»

No próximo dia 5 de Junho, Lisboa vai ter uma grande noite de fado. A célebre do Fado de Abril e a SIP da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) organizaram para essa noite, a partir das 22 horas, na Voz do Operário, um grandioso espectáculo que os apreciadores de fado não devem, na verdade, perder.

e João Martins (guitarras e violas). Amanhã, em Sines Aqueles artistas estarão

entretanto, amanhã, à noite, no Salão do Povo, em Sines, para uma Grande Noite de Fado organizada pelo Partido. A sessão inicia-se às 21 horas.



Participarão na iniciativa Maria Eufémia e Jorge Moreira (vozes em-off), Augusto Pinho e Guida (diaplos), Vidazinha (som e iluminação), Zé Castanheira, Olímpio Lopes, Manuela Tonizetti, César Pinto, Artur Loureiro, Luísa Vieira, António Coimbra, Quim Valente, Sebastião de Jesus e Ana Pinto (adidas), Luís Gonçalves, Quim Oliveira, Fernando Madeira

Lisboa Campanha de Fundos «60.º aniversário»

A Comissão de Fundos da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP publicou recentemente o 2.º boletim informativo da Campanha do 60.º aniversário. Temas como as quotizações, campanha do selo, abordagens e campanha de fundos de Verão merecem especial destaque no referido documento, onde a imaginação, o colorido e o humor enriquecem a mensagem política ali contida.

definindo metas e propondo objectivos, de modo a que todos os camaradas e amigos possam contribuir. "Todavia, para que essa campanha tenha os objectivos pretendidos, é necessário não esquecer e ter em conta alguns aspectos importantes que importa recordar, nomeadamente:

Nacional Mulheres da Beira Litoral

Sob o lema "Com Portugal de Abril, Pelo Pão e Pela Paz", realizou-se no passado dia 24, em Aveiro, o 2.º Encontro Unitário de Mulheres da Beira Litoral.

600 mulheres presentes souberam trazer a este encontro, através de várias intervenções, documentos e, sobretudo, de uma discussão viva, os seus problemas concretos e anseios, a sua luta por melhores condições de vida e trabalho.

destacam-se a realização de encontros de âmbito concelhio e local, e a dinamização das organizações já existentes como o MDM, CUM's, departamentos de mulheres de sindicatos e outras.

«Em defesa da vida, pela paz» Seminário promovido pelo MDM

Organizado pelo Movimento Democrático de Mulheres em colaboração com o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCPC), realizou-se em Lisboa, no Palácio das Galveias, no passado dia 23, um Seminário subordinado ao tema «Em Defesa da Vida, Pela Paz».

Os participantes no Seminário aprovaram ainda duas moções: uma, no sentido de que as conclusões sejam entregues, sempre que possível pessoalmente, aos órgãos de poder central e local, bem como às organizações representativas dos trabalhadores; a outra, para que os dias 5 e 6 de Junho sejam transformados em jornadas de recolha massiva de assinaturas para o apelo «Não às Armas Nucleares».

apelo visando a sua sensibilização para os perigos das armas nucleares e para a necessidade de acções contra a guerra, contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

Festa em Casaiinhos

Em Casaiinhos, perto de Fanhões (Loures), decorreu no último domingo uma festa popular com larga participação. A iniciativa, promovida pelo Partido, realizou-se na Sociedade de Recreio da localidade e do programa salientaram-se os fados e a intervenção do Presidente da Câmara de Loures, camarada Severiano Falcão.

Arraial popular no Alto da Parede

Tendo como "pano de fundo" o 60.º aniversário do Partido, a campanha de organização e a tarefa de recolha de fundos, a Comissão de Freguesia do PCP da Parede (concelho de Cascais) realiza no próximo dia 12 de Junho, às 21 horas, um grande arraial popular, aberto a todos os interessados.



edições de arte! POVO LUTA CULTURA daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais. Até amanhã camaradas Manuel Tiago. Obra completas de SOEIRO PEREIRA GOMES.

Comício de Amizade PCP-PC da Grã-Bretanha

Gordon McLennan encontrou-se com os jornalistas

Conversações com uma delegação do Comité Central do PCP, contactos na Redacção do «Avante!» e na SIP central, visita à exposição comemorativa dos 60 anos de vida e luta do PCP, visitas à Cooperativa 17 de Maio (Alcácer do Sal) e empresa Parry e Son (Cacilhas), contactos nos CT's do Partido dessas localidades e encontro com camaradas da DORS, e dirigentes locais do Partido, uma conferência de imprensa realizada no CT Vitória, em Lisboa, e, a terminar, um comício de amizade na Amadora - estes os principais pontos da visita ao nosso país de uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha, constituída pelos camaradas Gordon McLennan, secretário-geral, e Gerry Poock, responsável do Departamento Internacional do Comité Executivo.

A visita, realizada a convite do Comité Central do PCP, e inserida nos tradicionais laços de amizade e solidariedade que caracterizam as relações entre os dois partidos, decorreu entre os dias 17 e 21 deste mês, conforme referimos no último número.

Na véspera do seu regresso, os camaradas ingleses participaram num entusiástico comício promovido pelo Partido, que se efectuou nas instalações da Sociedade Filarmónica da Amadora, que encheu por completo.

Presentes na mesa os camaradas McLennan, Poock e Álvaro Cunhal, e ainda Albano Nunes, Jerónimo de Sousa e António Brito, membros do Comité Central, Orlando Almeida, presidente da Câmara Municipal da Amadora, Sérgio Ribeiro, da célula da Cel-Gat, João Valente, da célula da Cometa; e Celina, da Comissão de Freguesia da Falagueira.

oportunidade de efectuar uma conferência de imprensa onde abordou diversas questões relacionadas com o programa da visita ao nosso país e sobre a situação na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte.

«Quanto mais depressa saímos da CEE melhor», assim qualificou Gordon McLennan de forma simples e objectiva, a experiência da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia, em resposta a um jornalista. Seria, aliás, em torno da problemática da CEE e da gravíssima crise social e económica que a Inglaterra atravessa que o camarada

McLennan desenvolveria uma boa parte da sua exposição. Lembrou a propósito que «há 20 anos, nós, os comunistas, éramos os únicos que se opunham à entrada da Grã-Bretanha na CEE», mas que, hoje, esta posição política é também defendida pelo Congresso dos Sindicatos (TUC), pelo Partido Trabalhista e por 60 por cento do povo».

Para o PCGB, os graves problemas com que se debate a indústria e a estação a conduzir a uma rápida destruição, só poderão ser resolvidos com um conjunto de medidas (controles nas importações, novos investi-

mentos, diminuição de exportação de capitais, etc), medidas essas que, contudo, é impossível de aplicar, como sublinhou, nesta «pequena comunidade, muito integrada, de países capitalistas».

O desenvolvimento do movimento popular de massas na luta contra o desemprego, pelo desarmamento nuclear e pela paz, a «histórica viragem do Partido Trabalhista» e a situação dos patriotas irlandeses em greve de fome, foram outros tantos temas presentes no decorrer da conferência.

Quanto às impressões da sua

estadia em Portugal, o secretário-geral do PCGB referiu a importância da visita no quadro das fraternas relações de cooperação e amizade entre os dois partidos, manifestando particularmente a sua satisfação pelo que lhe havia dado ver.

«Podemos compreender entre outras coisas, a importância da Reforma Agrária em termos de desenvolvimento económico para as populações e de dignidade humana. Longe de estar morta, está viva, e existem condições para a defender. A continuação da Reforma Agrária é o símbolo da continuação da Revolução portuguesa», concluiu.



Os secretários-gerais dos dois partidos, camaradas Álvaro Cunhal e Gordon McLennan, no decorrer do comício onde esteve viva a presença do internacionalismo proletário.

Seguiram-se as intervenções do camarada Álvaro Cunhal, seguidas com muito interesse e frequentemente interrompidas por aplausos e palavras de ordem. Várias organizações fizeram ofertas à delegação inglesa, nomeadamente a célula da Sorefame, Comissão de Freguesia da Falagueira e Pioneiros de Portugal. Também o Presidente da Câmara da Amadora ofereceu uma recordação ao secretário-geral do PCGB.

A iniciativa terminaria com uma parte artística especialmente oferecida aos convidados estrangeiros, em que actuaram o grupo «Abril, Abril» e o Grupo Coral Alentejano da Sociedade Filarmónica da Amadora.

«Não à CEE!»

Entretanto, nesse mesmo dia, à tarde, no Centro de Trabalho Vitória, a delegação teve



Aspecto da mesa que presidiu ao comício de amizade

Discurso de Álvaro Cunhal

Camaradas:

É para nós grande alegria estarmos hoje aqui, neste comício de amizade, com a delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha de visita ao nosso País, tendo à frente o seu secretário-geral, camarada Mac Lennan.

Nós já disseramos aos nossos camaradas em nome do nosso Partido, mas estamos certos de que, expressando os sentimentos dos trabalhadores portugueses, os confirmamos as presentes a este comício:

«Benvidos sejam a Portugal, os representantes do PCGB, partido que luta corajosamente numa das maiores tradições do imperialismo mundial, partido cuja política se vincula indissociavelmente aos interesses, aspirações e gloriosas tradições de luta da classe operária da Grã-Bretanha. Recabemo-vos de braços abertos como companheiros de combate e amigos sinceros e podeis estar absolutamente certos do nosso apoio e da nossa solidariedade.»

Duas faces nas relações entre Portugal e a Grã-Bretanha

As relações entre Portugal e a Grã-Bretanha têm como que duas faces: uma negativa, outra positiva.

Por um lado a negativa: relações económicas, relações estaduais e relações governamentais, determinadas e definidas pelos interesses egoístas das classes dominantes - os capitalistas e os latifundistas dos dois países. Essas relações traduziram-se essencialmente, ao longo dos anos, pela colaboração dos capitalistas portugueses e dos seus governos com o capitalismo britânico, com a submissão de grande parte da economia e o sacrifício dos interesses nacionais portugueses aos interesses do imperialismo britânico.

Por outro lado, as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha traduzem-se numa face positiva: nos interesses comuns dos trabalhadores dos dois países no intercâmbio e influxo cultural, na solidariedade das forças progressistas, nas relações amistosas entre o TUC (central sindical da Grã-Bretanha) e numerosos sindicatos britânicos e a CGTP-Intersindical e, como expressão superior, nas relações de fraterno amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grã-Bretanha.

As relações existentes entre os dois partidos, que têm uma base de princípios, constituem elevada expressão da identidade dos interesses e objectivos da classe operária da Grã-Bretanha e de Portugal, no quadro da identidade de interesses vitais e dos objectivos emancipadores, fundamentais e históricos, dos trabalhadores de todos os países.

Estamos certos de que a vinda dos nossos camaradas britânicos será um novo passo para o reforço da amizade e cooperação entre os nossos dois partidos e entre os nossos dois povos.

A situação na Grã-Bretanha e a evolução política na Europa

A delegação do PC da Grã-Bretanha trouxe-nos uma informação muito concreta e uma apreciação esclarecedora da situação na Grã-Bretanha.

A intervenção que o camarada Mac Lennan acaba de fazer é precioso contributo para melhor compreendermos e avaliarmos a situação no seu país.

E esta compreensão e avaliação confirmam que se assiste na Europa capitalista, não à acentuação duma evolução cada vez mais à direita, conforme já em Portugal anunciavam os avaros da reacção, para se convencerem a si próprios de que a evolução para a direita era também uma fatalidade da situação portuguesa, mas a uma incapacidade total dos governos da direita resolverem os problemas nos seus próprios países (desenvolvimento a crise económica particularmente grave no Mercado Comum) e ao desenvolvimento da luta da classe operária e das massas populares.

Os acontecimentos parece anunciar-nos uma inversão da tendência da evolução da situação política na Europa capitalista com recuo e redução das bases de apoio das forças reaccionárias e avanço das forças e tendências democráticas.

Pelo que ouvimos ao camarada Mac Lennan não há uma evolução positiva da política da Grã-Bretanha como Estado, ou seja, da política do governo da senhora Thatcher, governo conservador e reaccionário. Mas pode dizer-se que há uma evolução positiva da situação política.

São de relevo alguns aspectos essenciais: o fluxo da luta reivindicativa da classe operária e das massas populares contra a política do governo conservador; a viragem à esquerda do Partido Trabalhista; a grande derrota dos conservadores nas eleições municipais parciais realizadas em 7 de Maio do ano corrente; o grande movimento pela saída da Grã-Bretanha do Mercado Comum defendido não só pelos comunistas mas também pelo Partido Trabalhista; e o grande movimento de opinião em defesa da Paz e particularmente contra a instalação de novos mísseis nucleares na Grã-Bretanha.

São acontecimentos importantes, que abrem a perspectiva da derrota do governo reaccionário da senhora Thatcher e de uma viragem democrática na política da Grã-Bretanha.

Não saudamos a classe operária da Grã-Bretanha e o PCGB aqui representado pelas camaradas Mac Lennan e Gerry Poock, que, nas condições difíceis que lhes são impostas, representa um importante papel no desenvolvimento da luta de massas e na criação de condições para uma viragem democrática na política do seu país.

Tendência igual (e confirmada a nível do Poder) verificámos nos últimos dias em França nas eleições presidenciais.

As condições de que previam e proclamavam os reaccionários, a direita foi derrotada e a eleição para Presidente da República do socialista François Mitterrand, com os votos do PCF, representa uma grande derrota da reacção francesa e uma grande vitória das forças democráticas.

«E já agora, ainda de outro plano, a notícia ontem chegada de Itália. Os 68% de «Nósti» no referendo sobre a lei do aborto patrocinado pelo Partido da Democracia Cristã e o partido fascista Movimento Social Italiano, representam uma estrondosa derrota da reacção e da direita e uma grande vitória das forças e tendências democráticas na Itália.

A propaganda reaccionária encheu os ouvidos do Povo português

com a afirmação de que «os ventos sopram na Europa a favor da direita». Mas estes e outros acontecimentos parecem anunciar que os ventos começaram a soprar na Europa a favor da esquerda.

Os socialistas na Europa e o PS

A evolução da situação política dos países capitalistas europeus é determinada tanto por factores objectivos como por factores subjectivos. Pesam decisivamente nessa evolução a atitude e a luta da classe operária e das massas populares, força determinante das transformações políticas e sociais. Pesam a política e a acção das forças democráticas designadamente dos partidos comunistas e socialistas.

O Partido Trabalhista na Grã-Bretanha e o Partido Socialista na França têm ultimamente conquistado êxitos sérios e representado um importante papel no recuo da reacção, no progresso das forças e tendências democráticas.

As causas fundamentais desses êxitos são, por um lado, o agravamento da situação económica e social, a crise profunda e o largo descontentamento provocado pela política dos governos de direita; e, por outro lado, o facto de tanto o Partido Trabalhista Britânico como o Partido Socialista Francês se oporem frontalmente aos governos de direita nos seus países. As alianças com os partidos reaccionários e, em numerosos aspectos (tanto em política interna como externa) tomarem a defesa de interesses e reclamações populares.

Tanto no caso da Grã-Bretanha como na França, embora em situações muito diferentes e com um peso político relativo dos socialistas e comunistas também muito diferente, vemos em numerosos momentos e aspectos, na luta social, na luta política, na luta eleitoral, coincidências, convergência ou cooperação de comunistas e socialistas.

E esta situação leva-nos a duas reflexões acerca da política do PS, em Portugal.

Enquanto na Grã-Bretanha, como na França, os socialistas entram na batalha contra a direita e em convergência de acção com os comunistas, em Portugal o secretário-geral do PS continua procurando arrastar o PS a compromissos e alianças com os partidos reaccionários contra as classes trabalhadoras e contra os comunistas.

Enquanto na Grã-Bretanha, pela dolorosa e directa experiência do que tem sido ruína para a economia nacional e a independência nacional a participação no Mercado Comum, não só os comunistas, mas os trabalhadores, se pronunciam pela saída da Grã-Bretanha, o secretário-geral do PS insiste na política, que é também a política dos partidos reaccionários, da entrada, que seria ruína, de Portugal no Mercado Comum.

Parece, assim, que Mário Soares está a andar em sentido contrário ao sentido dos ponteiros do relógio da História na Europa.

Perigos para a democracia

A política do PS pode vir num futuro próximo a agravar extraordinariamente os perigos que continuam a pesar sobre a democracia portuguesa.

Os perigos resultam da existência de um governo composto por partidos reaccionários cujo plano é a destruição do regime democrático português.

Da existência de uma maioria dos mesmos partidos na Assembleia da República, que começaram já a aprovar leis manifestamente inconstitucionais.

Os perigos resultam da política económica e social visando o restabelecimento rápido da exploração desenfreada dos tempos do fascismo, com cortes salariais, contratos a prazo, despedimentos, discriminações de jovens e mulheres, aumento vertiginoso dos preços, que degradam rapidamente as condições de vida dos trabalhadores e reduzem a um nível de miséria as camadas mais desfavorecidas como os reformados e deficientes.

Resultam da continuação da ofensiva contra as conquistas da Revolução, designadamente a continuação das acções ilegais e criminosas contra a Reforma Agrária e para a restauração dos latifúndios e as novas tentativas inconstitucionais e ilegais de entregar sectores e empresas nacionalizados ao grande capital.

Da política de submissão ao imperialismo norte-americano, com a cedência do território nacional para a instalação em território português de novas bases militares estrangeiras e de novos mísseis nucleares norte-americanos.

Em resumo: os perigos para a democracia portuguesa resultam de toda a política antioperária, antipovo, antidemocrática, antinacional, e contra-revolucionária da «AD», do seu governo e da sua maioria na Assembleia da República.

Entretanto, esses perigos poderiam ser ultrapassados, se da parte de todos os partidos democráticos, designadamente do PS, houvesse uma oposição firme à política dos partidos reaccionários e a determinação de estacar a ofensiva reaccionária e conduzir à demissão do Governo «AD»/Pinto Balsemão e à formação de um governo democrático.

Na presente situação, os perigos provenientes das posições da «AD» no Poder são aumentados, porque da parte de Mário Soares, que procura arrastar o PS para as suas posições, não parece haver a decisão de combatê-los, mas a preparação de uma aliança com os partidos reaccionários.

A possibilidade e o perigo de uma aliança do PS com a reacção desenvolve-se para já em relação à revisão da Constituição (para a qual a direita e Mário Soares buscam um «consenso» para que haja dois terços de deputados a aprová-la).

A possibilidade e o perigo de uma aliança do PS com a reacção desenvolve-se também em relação aos poderes do Presidente da República (ao qual tanto a direita como Mário Soares parecem querer retirar vários poderes incluindo o de nomear os chefes dos Estados-Maiores, competência que passaria efectivamente para o Governo, ou seja, para a «AD», o que significaria a reconstituição de uma hierarquia militar reaccionária pronta a apoiar, no plano militar, o plano de destruição do regime democrático).

A possibilidade e o perigo de uma aliança do PS com os partidos reaccionários desenvolve-se ainda em relação às eleições para as autarquias, para as quais a reacção lançou a ideia de uma coligação da «AD» com o PS, para afastarem o PCP da direcção e gestão das Câmaras e Freguesias.

Tudo isto são perigos reais, que devemos ter em conta, para os combatermos, vencermos e ultrapassarmos.

A força para uma viragem democrática

Informámos os nossos hóspedes destes perigos. Mas sublinhámos ao mesmo tempo que as forças da democracia, se unidas e determinadas, estão em condições de derrotar a reacção e assegurar a defesa e a continuação de Portugal de Abril.

Tal como noutros países da Europa, também a evolução da situação política portuguesa nos últimos 6 meses acentua a existência de condições potenciais para uma viragem no sentido da democracia.

Temos muitas vezes afirmado que é tão perigoso subestimar as forças do inimigo como é sobrestimá-las. Os inimigos da democracia têm força. Mas a democracia tem mais força que os seus inimigos.

A classe operária, os trabalhadores portugueses, têm consciência dos perigos, mas têm simultaneamente consciência da sua própria força e da sua possibilidade de conduzir o país a uma alternativa democrática.

As comemorações do 25 de Abril, populares e militares, e as grandiosas e impressionantes jornadas do 1.º de Maio constituíram uma afirmação da força poderosa da democracia portuguesa, do impressionante suporte de massas com que conta, da permanência dos ideais democráticos nas Forças Armadas.

Pela sua luta a classe operária afirma dia-a-dia ser a classe mais revolucionária, mais profundamente empenhada nas transformações sociais e ser o eixo essencial da aliança e da acção comum de todas as classes e forças democráticas e progressistas.

A vaga de greves mostra a alta consciência, a determinação de luta e a unidade da classe operária e dos trabalhadores, que em muitos casos estão conseguindo importantes vitórias, que demonstram por si só que, mantendo-se unidos, firmes e combativos, os trabalhadores obrigariam finalmente o Governo a recuar e a ceder às suas justas reclamações.

A luta em defesa da Reforma Agrária continua e a 5.ª Conferência da Reforma Agrária, que se realizará nos dias 30 e 31 do mês corrente, serão uma nova afirmação de que os trabalhadores da Reforma Agrária continuam firmemente a luta e se lançam ao trabalho, com confiança em que estarão finalmente a ofensiva inconstitucional, ilegal e criminosa do Governo «AD»/Pinto Balsemão, que as terras roubadas serão recuperadas, e que a Reforma Agrária retomará o seu curso e será finalmente realizada com a expropriação de todos os latifúndios e a entrega de terra a quem a trabalha.

Vastos sectores sociais intervirão na luta e engrossaram a torrente de descontentamento contra o Governo «AD»/Pinto Balsemão.

Em neste preciso momento, é necessário sublinhar o impetuoso ascenso das lutas camponesas que se está a verificar.

O campesinato (os pequenos e médios agricultores) constitui uma das bases sociais e económicas da actual sociedade.

Os interesses vitais do campesinato coincidem com os interesses da classe operária na derrota da reacção e na luta por um governo democrático. O campesinato é o aliado natural e principal da classe operária.

Entretanto, a concentração do campesinato em determinadas regiões e circunstâncias sociais e históricas muito diversas, determinaram que, em vastas zonas do País, em largas massas do campesinato, se tenham desenvolvido e mantido ideias reserves e desconfiadas em relação ao proletariado e ao seu ideal emancipador e se tenham cristalizado ideias conservadoras.

Em vastas zonas do País, os pequenos e médios agricultores, foram adormecidos e anestesiadados pelas doses brutais da pressão económica, física, moral, psicológica e religiosa levada a cabo pelas forças reaccionárias.

O campesinato, adormecido e anestesiado, tem sido uma das principais bases de suporte eleitoral dos partidos reaccionários.

Entretanto, nos últimos tempos, os movimentos, organizações e lutas camponesas têm-se desenvolvido passo a passo. E actualmente as lutas dos pequenos e médios agricultores adquiriram uma grande amplitude, intensificam-se e espalham-se por todo o País, particularmente no Norte e no Centro.

O impetuoso desenvolvimento das lutas parece indicar que finalmente o campesinato está a acordar para a luta massiva a nível nacional em defesa dos seus interesses vitais, contra os seus verdadeiros inimigos, contra os seus exploradores, contra o Governo, contra a «AD», na qual, enganados, votaram centenas de milhares de pequenos e médios agricultores.

O campesinato tem sido um gigante adormecido. Esse gigante está a acordar. E o acordar desse gigante significa que pode reduzir-se muito rapidamente a base de apoio social, político e eleitoral dos partidos reaccionários e pode alargar-se e reforçar-se rapidamente a base de apoio social, político e eleitoral das forças democráticas, de forma que a balança das forças se pode definitivamente desequilibrar em desfavor da reacção e em favor de uma viragem democrática.

Movimentos unitários e unidade democrática

As grandes lutas da classe operária e das massas populares desenvolvem-se assentes em fortes movimentos e organizações unitárias, que desempenham um papel crescente na vida nacional, na defesa dos interesses do Povo português e do regime democrático.

O Movimento Operário e Popular conta com um amplo movimento da juventude, com formas muito diversas de organização unitária, em que a JCP, a organização da nossa juventude comunista, desempenha um papel dirigente, organizador e dinamizador essencial.

Conta com movimentos unitários organizados de mulheres, que se encontram sempre nas primeiras linhas da luta.

Conta com fortes e dinâmicos movimentos organizados dos pequenos e médios agricultores.

Conta com movimentos de intelectuais e de técnicos.

Conta com movimentos com objectivos específicos como o Movimento da Paz.

Conta com essas formas de organização provadas através dos anos que são as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores.

Conta com movimentos e organizações de reformados e de deficientes.

O PCP, força essencial da democracia

Conta com movimentos e organizações de reformados e de deficientes.

E conta com poderosa força organizada, de primeiro plano na luta do Povo português, o movimento sindical unitário em torno da gloriosa CGTP-Intersindical -, contra a qual as forças reaccionárias, os oportunistas, o imperialismo, desenvolvem há anos uma constante e monstruosa campanha, contra a qual se tentam formar outros centrais sindicais que acabam por revelar-se grupos de fantoches ao serviço do grande capital e da reacção -, e que entretanto se mantêm incontestavelmente como a única verdadeira central sindical, à frente do único verdadeiro movimento sindical unitário legitimamente representativo da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

Todos estes movimentos e organizações unitárias desempenham um papel decisivo na organização da luta popular de massas, que, por força da situação existente em Portugal, mesmo quando tem à partida apenas objectivos económicos e sociais, adquire rapidamente um carácter político.

Todos estes movimentos e organizações unem portugueses e portuguesas das mais variadas tendências políticas, sendo por isso mesmo um factor de unidade dos democratas.

Entretanto, a unidade dos democratas das mais variadas tendências no campo dos movimentos e organizações unitárias, não dispensa o trabalho para a aproximação, acordo e acção comum dos partidos democráticos e para a aproximação, acordo e acção política comum dos militantes democráticos dos diversos partidos.

Queremos aqui confirmar que lutamos pela unidade de todos os democratas portugueses, designadamente pelo entendimento e a acção comum de comunistas e socialistas.

E uma vez mais sublinhámos: uma solução constitucional e democrática da situação política portuguesa necessita da participação dos socialistas.

Mas, repetindo o que há muito afirmámos e que a vida mostra ser uma realidade indesmentível, uma alternativa democrática em Portugal não é possível sem os trabalhadores e sem o PCP e muito menos contra os trabalhadores e contra o PCP.

Nós insistimos na necessidade imperiosa da unidade dos democratas portugueses para derrotar a reacção, para defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, para conduzir à queda do Governo «AD»/Pinto Balsemão e a uma alternativa democrática.

Mas, ao mesmo tempo que não temos a pretensão de sozinhos podermos levar a cabo a viragem democrática que se impõe, temos plena consciência, de que o nosso Partido é uma força essencial, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa, é a força política motora da luta popular de massas, é o único partido que está em condições de dinamizar a aproximação, o entendimento e a unidade das forças democráticas.

A força e influência do nosso Partido assenta na natureza de classe, nos critérios de classe e na política de classe que sempre o caracterizaram. Vanguarda da classe operária, é um consequente defensor dos interesses dos trabalhadores, do campesinato, de todas as classes e camadas não monopolistas, que estão interessadas em que não volte o passado do domínio despótico dos monopólios e em que viva e prossiga o Portugal democrático.

A força e influência do nosso Partido assenta na unidade inabalável e indestrutível das suas fileiras, na democracia interna que se tomou uma forma de viver e de actuar dos comunistas, no estilo de trabalho que faz do grande colectivo partidário uma grande força política com grande capacidade de solução dos mais complexos problemas, com um dinamismo, uma militância e uma capacidade mobilizadora que não tem paralelo em qualquer outra força política nacional.

A força e a influência do nosso Partido assentam no facto de se inspirar nos princípios do marxismo-leninismo, princípios directamente opostos ao dogmatismo, à imobilidade e à rotina no campo das ideias, princípios que permitem uma análise correcta das situações e dos fenómenos e a busca criativa de soluções, de caminhos e de objectivos.

A força e a influência do nosso Partido assentam também na dedicação e no espírito militante dos seus membros, provado em 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria, de que a exaltante Exposição que se encontra aberta em Lisboa é um eloquente testemunho.

A força e influência do nosso Partido assenta no facto de sermos, ao mesmo tempo, um partido patriótico, cuja actividade se funde inteiramente com os interesses do nosso Povo e da nossa Pátria, da liberdade e do bem-estar dos portugueses e da independência de Portugal, e que mantêm firmemente ao mesmo tempo firmes posições internacionalistas, não cedendo hoje ao Portugal democrático, como nunca cedemos nas duras condições do fascismo, as pressões para abandonarmos as nossas posições de princípio.

Aqui hoje estamos a afirmar a nossa solidariedade activa para com os comunistas e as forças progressistas da Grã-Bretanha, tal como somos solidários para com os outros partidos irmãos, o movimento operário e as forças progressistas dos outros países capitalistas.

Tal como somos activamente solidários com a URSS e outros países socialistas - bastiões do progresso e da paz mundial e da luta dos trabalhadores e dos povos de todos os países.

Tal como somos solidários para com o movimento nacional-libertador e para com os novos países independentes que avançam no caminho do progresso social e do socialismo.

Na nossa actividade procuramos actuar de forma a contribuirmos para a unidade do Movimento Comunista Internacional e de todas as forças anti-imperialistas, unidade que consideramos essencial para derrotar o imperialismo e a reacção à escala mundial.

A visita a Portugal da delegação do PC da Grã-Bretanha constitui um novo e importante passo no estreitamento das relações de amizade e cooperação entre os dois partidos e por isso também, uma contribuição para a unidade do Movimento Comunista Internacional.

Na pessoa dos nossos convidados, os camaradas Mac Lennan e Gerry Poock, do coração desejamos ao PC da Grã-Bretanha grandes êxitos na sua luta pela causa da democracia, da paz, da independência nacional e do socialismo.

Viva o PC da Grã-Bretanha!
Viva o PC Português!
Viva o internacionalismo proletário!



Várias organizações do Partido ofereceram prendas aos nossos convidados

-Discurso de Gordon McLennan

Queridos Camaradas,

É uma alegria imensa estar convosco esta noite. Esta visita do camarada Gerry Pocock, assim como a minha, ao vosso país, a convite do vosso partido, expressa os calorosos sentimentos de solidariedade de todos os membros do nosso Partido para com os comunistas portugueses.

O nosso Partido é unânime na apreciação das heroicas lutas e sacrifícios do Partido Comunista Português e dos seus membros durante os dias negros do regime fascista em Portugal.

Assim como o vosso partido continua essa mesma luta em circunstâncias muito diferentes e mais favoráveis, em circunstâncias em que ainda existem muitas dificuldades.

A vossa preocupação central durante os anos do fascismo permanece nos dias de hoje — a luta pelo progresso social, económico, democrático e político para o povo português contribuindo assim para a justa luta da classe operária e outras forças democráticas de todo o mundo.

Penso que a vossa visita pode também ser considerada como expressão do apoio da maioria do povo britânico, incluindo não comunistas, pela consolidação e reforço das importantes e históricas conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Esta Revolução foi uma grande vitória para o povo português, sobretudo para aqueles que firme e corajosamente lutaram contra o fascismo e a reacção, durante os longos anos que precederam Abril de 1974.

Ninguém pode pôr em dúvida que os comunistas portugueses estiveram e estão na vanguarda da luta contra o fascismo.

Mas o 25 de Abril foi também uma vitória — um bom exemplo — para todos os que na Europa e em todo o mundo partilham os nobres ideais de democracia e da libertação nacional.

A alegria do 25 de Abril de 1974 foi acompanhada pelos comunistas britânicos que há mais de meio século têm mantido relações fraternais de solidariedade activa com os comunistas portugueses.

Foi portanto com apreensão que ouvimos o camarada Cunhal quando este, na sua visita ao nosso país, nos revelou o crescimento contínuo das ameaças às vitórias de Abril assim como à própria Constituição.

Álvaro Cunhal, comunicou-nos então a determinação do Partido Comunista Português em actuar em unidade com toda a esquerda e forças democráticas para a derrota da ofensiva reaccionária em Portugal — ofensiva esta apoiada e encorajada pelo imperialismo.

Desto modo, podem os camaradas entender, como é particularmente satisfatória para nós esta vinda a Portugal após as eleições presidenciais, as quais constituíram um poderoso entrave à reacção e a maior fortalecimento para a luta pela democracia e mudanças sociais e políticas.

Foi além disso motivo de alegria para nós, termos tomado conhecimento das grandes manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o que demonstra a real dimensão da militância e unidade da luta de massas do vosso povo para assegurar essas mudanças.

A vossa experiência é também a nossa, tendo em consideração as circunstâncias diferentes do nosso país. Verifica-se actualmente na Grã-Bretanha um ressurgimento da luta de massas social, económica e política contra a política antipopular, antibritânica, nacional e internacional do governo conservador.

O capitalismo britânico deifronta-se com uma profunda e grave crise. A classe dominante e o actual governo que serve os grandes monopólios e multinacionais tenta solucionar a crise, salvaguardar os seus lucros e aumentar os seus poderes à custa da exploração dos trabalhadores e outros sectores da população.

Isto é a origem de uma situação caracterizada por: mais de 3 milhões de desempregados; uma industrialização crescente; serviços sociais e públicos desprezados enquanto se aumentam as despesas militares; do nível de vida da maioria da população é redução enquanto continuam a crescer os lucros dos monopólios e os rendimentos pessoais de alguns; os direitos democráticos se esquecerem enquanto as concessões governamentais ao racismo e ao autoritarismo encorajam as organizações e propaganda fascistas.

Longe de resolver a crise, estas medidas apenas servem para a tornar mais profunda e mais difícil de se encerrar e resolver.

É esta a razão porque as propostas políticas dos comunistas e de outras forças de esquerda, para o prosseguimento de um novo caminho social, económico e político para a Grã-Bretanha, têm caído vez mais aceitação.

Por isso é necessário: expansão da economia com maiores salários para o povo trabalhador; maior investimento e regeneração da indústria; melhoramento dos serviços públicos e sociais; saída da CEE; controlo das importações e dos investimentos de capital no estrangeiro e das operações do capital monopolista; uma política externa independente baseada na paz e no desarmamento; uma maior extensão da democracia e controlo nas questões sociais, económicas e políticas.

Estas medidas tornarão possível: uma drástica redução do desemprego e evitar o gasto de grandes somas de dinheiro; aplicar nas necessidades sociais milhões de libras despendidas no armamento; e assegurar o uso criativo para a Nação e para o povo dos enormes

benefícios e proventos do petróleo do Mar do Norte e outras riquezas que o nosso país e povo possuem.

Sintetizando esta política desenvolve-se a força de doze milhões de pessoas no movimento sindical e do partido de massas do povo trabalhador — o Partido Trabalhista.

A adopção, pelo Partido Trabalhista da política da saída da CEE, a luta militante por reivindicações económicas e sociais e a oposição aos mísseis Cruise e pelo desarmamento unilateral pela Grã-Bretanha representa uma viragem à esquerda neste partido em termos de política e formas de acção.

Ao mesmo tempo tomaram novas decisões em matéria de democracia interna o que faz com que os seus dirigentes e membros parlamentares estejam mais sujeitos ao controlo dos membros do partido e dos sindicatos filiados.

A eleição de Michael Foot como dirigente do Partido Trabalhista no ano passado, está condizente com esta política e mudança democrática.

Esta a razão pela qual, no início deste ano, pela primeira vez na História moderna do Partido Trabalhista, houve um afastamento dos dirigentes da ala direita do partido e a fundação do Partido Social-democrata.

A resposta de outras pessoas da ala direita foi a de encetar uma luta no interior do partido e sindicatos para fazer recuar a política de esquerda e as mudanças democráticas.

Ambas as tentativas dos dirigentes trabalhistas da ala direita para trazer a mudança à esquerda do nosso grande movimento trabalhista, podem ser evitadas se a unidade de esquerda for mais desenvolvida e a luta de massas aumentada nos grandes objectivos.

Já se iniciou a luta à volta de muitos desses objectivos incluindo direitos completos e iguais para as mulheres e sobretudo o emprego e a paz.

Os mineiros forçaram o governo a recuar na sua política de encerramento das minas.

O Congresso dos Sindicatos desenvolveu numerosas acções de massas em que participaram milhões de pessoas pedindo o fim do desemprego.

O Partido Trabalhista desenvolveu grandes manifestações nacionais com o mesmo objectivo.

Agora existe uma nova e inspiradora Iniciativa nesta luta.

500 pessoas, sobretudo jovens, sobre os quais o desemprego é mais severo estão neste momento marchando para a capital exigindo que o desemprego seja a primeira prioridade do governo. Nesta marcha estão a conseguir o apoio dos sindicatos, outras organizações e forças democráticas, incluindo secções significativas da Igreja, que normalmente não se envolve em acções deste tipo.

No 1.º de Maio, os manifestantes deixaram Liverpool, no Noroeste da Grã-Bretanha, e Huddersfield, no Nordeste.

Marcharão cerca de 250 milhas (400 quilómetros) ganhando apoio da população durante a marcha e chegarão a Londres no último fim-de-semana de Maio para uma grande manifestação nacional.

É verdadeiramente uma «marcha do povo pelo emprego», uma expressão do verdadeiro movimento popular.

Um tal movimento também é visto em torno da exigência «Não aos mísseis Cruise na Grã-Bretanha — desarmamento nuclear unilateral pelo nosso país».

A actividade do movimento da paz nestas questões e a resposta que está a conseguir é na verdade incentivante. Em encontros, marchas e outras formas de luta milhões de britânicos dizem alto e em bom som — «Não à guerra nuclear».

Existem um sentimento e apoio de massas semelhantes no que diz respeito à questão da retirada da CEE, participação que se tem revelado desastrosa para a Grã-Bretanha.

A acção das massas trabalhadoras nestas e noutras questões representa um novo estágio da luta de massas, que é necessário agora elevar a um nível onde eleições gerais sejam levadas a cabo, os conservadores derrotados e seja eleito um novo tipo de governo trabalhista.

É este o grande objectivo político por que se batem o Partido Comunista e o «Morning Star» e tanto o nosso partido como o jornal diário de esquerda estão profundamente empenhados nestas lutas.

Mas a vitória para o movimento das classes trabalhadoras exige uma maior unidade de esquerda, um partido comunista mais forte e posteriores transformações na política de esquerda.

Esta última é particularmente necessária em relação à Irlanda. Desde que aqui chegámos tem-nos impressionado o interesse e preocupação pela trágica situação na Irlanda do Norte.

A nossa posição é clara. Defendemos que a responsabilidade pela morte de Bobby Sands e de outros grevistas da fome cabe ao governo britânico e em particular ao primeiro-ministro, Margaret Thatcher.

A sua atitude rígida e intransigente na recusa em negociar as reivindicações humanitárias dos prisioneiros, constitui o obstáculo para a resolução deste aspecto da crise da Irlanda do Norte.

O apoio total de Michael Foot a esta posição significa que ao Partido Trabalhista também cabe parte da responsabilidade.

Felizmente levantamos-se cada vez mais vozes no movimento sindical e trabalhista exigindo o fim do apoio concedido pelo Partido Trabalhista à política governamental no que diz respeito à Irlanda do Norte

e apelando para novas medidas que ponham fim à greve da fome e abram novas perspectivas para a solução democrática e política da crise da Irlanda do Norte.

O nosso Partido trabalha em conjunto com outras forças no sentido de ganhar apoio para esta iniciativa visando a garantia das 5 reivindicações humanitárias dos prisioneiros através de uma «Declaração dos Direitos» no Parlamento Britânico para a Irlanda do Norte e o estabelecimento de uma Assembleia da Irlanda do Norte com poderes para abordar os seus sérios problemas sociais, económicos e democráticos.

Nestas condições, e com a renúncia por parte da Grã-Bretanha de todos os poderes sobre o território irlandês, estamos confiantes que o povo irlandês, na Irlanda do Norte e na República, será finalmente capaz de pôr fim à actual trágica situação e determinar satisfatoriamente o destino futuro de todo o seu povo.

Na Irlanda como na Grã-Bretanha, as perspectivas futuras estão intimamente ligadas com a luta imediata do presente.

Mas ter apenas uma política imediata não é suficiente.

O povo trabalhador quer saber o que se apresenta para além do presente, para que eles próprios, as suas famílias, as suas comunidades e o seu país, tenham uma perspectiva a mais longo prazo — querem saber o sentido da marcha.

É a razão pela qual no nosso programa sobre o caminho britânico para o socialismo desenvolvemos uma estratégia revolucionária, na qual não só apresentamos a nossa política para a resolução da crise capitalista britânica, como também mostramos como uma ampla aliança das forças democráticas lideradas pela classe operária pode conduzir, através de um processo revolucionário, ao fim do capitalismo e ao estabelecimento do socialismo.

Esta estratégia é uma aplicação criadora da ciência marxista à realidade do nosso país e à vida do nosso povo, e tem em consideração a riqueza da História e das tradições de luta do nosso povo e do seu movimento operário.

Mas essencial para a realização desta perspectiva é o impedimento da guerra nuclear.

Uma recente publicação governamental britânica calculava que uma guerra nuclear causaria 15 a 30 milhões de mortos na Grã-Bretanha.

Os comunistas britânicos não defenderão esta perspectiva para o nosso país e para o nosso povo.

O nosso humanismo comunista, o nosso amor à vida, a nossa preocupação com o ser humano e o seu direito inalienável de viver uma vida completa e feliz, impõe-nos a uma cada vez mais poderosa acção na defesa da paz.

Apesar de tudo, numa recente reunião da NATO, na qual o nosso governo foi participante activo, tomaram-se decisões para acelerar a corrida aos armamentos e a colocação dos mísseis Cruise e Pershing (na Europa Ocidental), incluindo a Grã-Bretanha.

Isto, apesar de um novo apelo da URSS reafirmando o apelo do presidente Brejnev, no XXVI Congresso do PCUS, para uma moratória imediata do número de mísseis nucleares na Europa, como um de uma série de passos que a URSS tem proposto para tornar possível o avanço do processo de desanuviamento e medidas reais para o desarmamento.

Estes acontecimentos e a grave situação presente em relação ao desanuviamento e desarmamento tomam claro que o perigo para a paz e a oposição à libertação nacional vem do imperialismo, particularmente do imperialismo norte-americano.

O movimento comunista internacional é a maior força na luta contra o imperialismo.

Apesar de haver divergências sobre algumas questões no movimento comunista internacional isto não afecta nem deve afectar a nossa unidade combativa e militante, com base no marxismo-leninismo, na nossa luta comum pela paz, a democracia, a libertação nacional e o socialismo.

É com este espírito que vemos a Portugal e continuamos a desenvolver as nossas relações fraternais com o heróico Partido Comunista Português.

As discussões que tivemos, as experiências que trocámos, o contacto pessoal com os dirigentes do PCP e com os trabalhadores nas organizações do Partido e outros trabalhadores militantes, aprofundaram o nosso conhecimento da vossa realidade e fortaleceram os laços de solidariedade entre nós.

Trazemos até vós saudações comunistas fraternais dos comunistas da Grã-Bretanha.

Desajam-nos grandes sucessos no desenvolvimento das vossas actividades e na concretização dos objectivos dos comunistas de Portugal que são vitais para os trabalhadores portugueses bem como para o futuro do vosso país.

Expressamos-vos e a todas as forças democráticas em Portugal o nosso completo apoio no vosso trabalho de levarem para a frente até à vitória final o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

Lutamos convosco para a vitória dos nobres ideais da paz, da democracia, da libertação e do socialismo aqui em Portugal, no nosso país, a Grã-Bretanha, e através do mundo.

Obrigado por nos terem aqui, pela vossa calorosa amizade, camaradagem, atenção e hospitalidade. Mais uma vez nos foi demonstrado o internacionalismo activo do Partido Comunista Português e do seu secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal.

Comunicado conjunto

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 17 a 21 de Maio, uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha, composta por Gordon McLennan, Secretário-Geral, e Gerry Pocock, responsável do Departamento Internacional.

A delegação do PCP exprimiou a sua satisfação por acolher em Portugal a delegação do PCG-B dirigida pelo camarada McLennan e expressou a solidariedade dos comunistas portugueses à luta dos comunistas e outras forças democráticas e progressistas da Grã-Bretanha contra a política antipopular e antipopular do governo do Partido Conservador.

A delegação do PCG-B saudou o PCP pela passagem do seu 60.º Aniversário e expressou a solidariedade dos comunistas da Grã-Bretanha para com a luta dos comunistas, dos trabalhadores e de outras forças democráticas de Portugal em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e por uma viragem democrática na vida nacional.

Debruçando-se de forma aprofundada sobre a situação dos seus países, as duas delegações puseram em evidência as desastrosas consequências para as condições de vida dos trabalhadores e das classes médias e para a independência e segurança dos povos português e britânico, da política antipopular e de alinhamento com o imperialismo norte-americano dos actuais governos reaccionários de Portugal e da Grã-Bretanha.

Constando embora a existência de diferenças fundamentais, ambas as delegações evidenciaram a existência nos respectivos países de um crescente descontentamento e de um amplo movimento popular de luta contra a política dos governos reaccionários da «AD», em Portugal e do Partido Conservador, na Grã-Bretanha. O PCP e o PCG-B expressaram a sua firme determinação de continuar a agir para fortalecer a unidade da classe operária e das massas populares e a cooperação entre comunistas, socialistas e outros democratas, factor de importância fundamental no combate contra a reacção e o ressurgimento de grupos fascistas e alcançar uma viragem democrática em correspondência com a situação concreta de cada um dos países.

Durante as conversações foi posto em relevo a crise generalizada em que se debate o sistema capitalista e, em particular, o agravamento da crise da CEE. A situação na Grã-Bretanha onde o desemprego atinge já mais de 3 milhões de trabalhadores e o desemprego noutros países da CEE são parte da crise em que se debate a Europa dos monopólios.

Ambas as delegações reafirmaram a apreciação dos seus partidos sobre a natureza e objectivos de classe do Mercado Comum, contrária aos interesses dos trabalhadores e da independência nacional. O PCP opõe-se firmemente à entrada de Portugal para a CEE. O PCG-B exige a retirada da Grã-Bretanha da CEE.

As duas delegações condenaram firmemente a política militarista agressiva do imperialismo norte-amer-

cano e dos círculos mais reaccionários da OTAN e sublinharam os graves perigos que ela comporta para a paz e a segurança dos povos da Europa e do mundo inteiro.

Condenaram em particular os planos dos EUA de uma «guerra nuclear limitada» na Europa e a teoria das «zonas de interesse vital» a coberto da qual o imperialismo procura impor a sua política de «dictar» aos povos que lutam pela sua libertação.

As duas delegações sublinharam a necessidade de prosseguir tenazmente os esforços pela mobilização das massas populares e por acções conjuntas de todas as forças democráticas e amantes da paz na luta em defesa do desanuviamento, pelo desarmamento, contra a projectada instalação dos novos mísseis norte-americanos na Grã-Bretanha, em Portugal, e outros países da Europa, contra o alargamento a outros países da extensão geográfica da OTAN, por negociações construtivas com vista à limitação e redução dos armamentos.

As delegações do PCP e do PCG-B sublinharam a importância das realizações dos países socialistas e da sua política de paz.

As duas delegações expressaram a sua solidariedade a todos os povos em luta contra as ditaduras fascistas e reaccionárias, contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo.

As duas delegações exprimiram em particular a sua solidariedade para com os povos de Angola, Moçambique e Zimbabwe face às agressões e ameaças da África do Sul, assim como à ANC e a SWAPO, da Namíbia, na sua luta de libertação nacional, e condenaram as manobras da Grã-Bretanha e de outros países capitalistas para impedir a adopção de sanções globais contra o regime do apartheid.

As delegações do PCP e do PCG-B manifestaram a preocupação dos seus partidos pela situação que se vive actualmente na Irlanda do Norte em resultado da política imperialista da Grã-Bretanha e expressaram a sua solidariedade à luta do povo da Irlanda do Norte para que sejam reconhecidos os seus direitos.

As duas delegações reafirmaram a sua determinação de continuar a agir pela unidade do movimento comunista internacional e para o reforço da amizade e cooperação das grandes forças revolucionárias da época contemporânea; o movimento operário dos países capitalistas, os países socialistas, outros países que seguem uma via progressista e o movimento de libertação nacional.

A visita a Portugal da delegação do PCG-B significa mais um passo no sentido do estreitamento e reforço das relações de amizade e cooperação entre os dois partidos.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação da Grã-Bretanha realizou encontros de informação com diversos organismos e sectores da actividade do PCP, visitou uma fábrica e uma cooperativa agrícola. O camarada McLennan deu uma conferência de imprensa em Lisboa. Realizou-se um comício de amizade PCP-PCG-B.

Lisboa, 20 de Maio de 1981

Juventude

«Assim Canta a Juventude» No próximo sábado a final em Lisboa

- Um programa aliciante
- A lista dos finalistas

A canção juvenil marcou encontro com o convívio, a amizade e o desejo de criar «coisas» novas neste país.

Assim Canta a Juventude, lema do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ), grande iniciativa de massas do jornal da JCP, será

a «palavra de ordem» do encontro marcado para o próximo sábado, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

É a final do MFCJ, grande jornada de convívio que durante as últimas semanas mobilizou milhares de jovens em diferentes pontos do país, num balanço mais do que positivo, como caracterizámos em pormenor na edição do «Avante!» da última semana.

No palco do Coliseu decorrerá, a partir das 15 horas, um belo espectáculo de música, cujo programa está assim definido:

Desfile das 10 canções apuradas; votação em público; actuações dos «UHF» e de Paulo de Carvalho.

Após uma segunda reunião, os elementos do júri

- (conhecidas personalidades da vida cultural e artística do país) seleccionaram as seguintes 10 canções:
- «Noite tão bela», Anibal Silva Fernandes (Festival da Amadora);
 - «metafísica», grupo «Arte Nova» (Moscavide);
 - «Terra calcinada», Brigada Povo Unido (Vialonga);
 - «Trilogia», grupo «Charanga» (Marinha Grande);
 - «Relógios da minha avó», grupo «Coisa» (Gouveia);
 - «Sr. Primeiro-Ministro desfaça esta confusão», Duo Despertar (Marinha Grande);
 - «Bomba nuclear», Jorge Rivotti (Tomar);
 - «Regresso», grupo «Pano Cruz» (Odivelas);
 - «Cão raivoso», grupo «Semente à Terra» (Beja);
 - «Caminhos de Abril», grupo «Voz de Abril» (Santo Tirso).
- O bilhete de ingresso custa 120\$00 e pode ser adquirido

Delegação da JCP visitou Angola

Visitou recentemente a República Popular de Angola, a convite da JMPLA-Juventude do Partido, uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa composta pelos camaradas Horácio Rufino, membro da Comissão Executiva e do Secretariado da Comissão Central da JCP e do CC do PCP, Teresa Conde, da Comissão

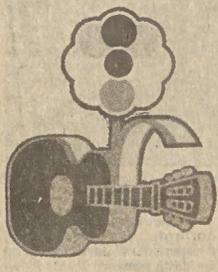
Executiva da CC da JCP e Francisco Lopes da CC da JCP.

A delegação esteve em Luanda e nas proximidades do Bié e Huambo, tendo a oportunidade de visitar empresas, escolas médias e superiores e diversos municípios.

Acolhida calorosa e entusiásticamente, recebendo por todo o lado manifestações de grande amizade e solidariedade, a delegação pôde constatar a mobilização e empenhamento da juventude e do povo angolano nas tarefas de reconstrução e de defesa nacional e no apoio inequívoco ao MPLA-Partido do Trabalho.

Durante a estadia os camaradas tiveram encontros com representantes da SWAPO e da FRETILIN.

No quadro das tradicionais relações de amizade e cooperação e em resultado desta visita, a delegação da JCP assinou com a JMPLA um protocolo de cooperação e um comunicado conjunto.



Na TV: discriminação e falta de pluralismo — acusam jovens comunistas

nos CT's do PCP, nas sedes da JCP ou no Coliseu dos Recreios.

- O júri atribuirá os seguintes prémios:
- «Grande Prémio» — uma viagem à URSS/40 LP's; «2.º prémio» — um gira-discos/30 LP's; «melhor música» — 20 LP's; «3.º prémio» — uma viola/20 LP's; «melhor letra» — livros no valor de 10 000\$00; «melhor intérprete» — 15 LP's.

«Inequivoca demonstração de discriminação anti-comunista e de falta de pluralismo na política informativa», assim classifica a JCP em nota da sua SIP distribuída aos órgãos de informação, o comportamento da RTP.

Esta acusação está contida num memorando que os jovens comunistas elaboraram e entregaram directamente na Direcção de Informação da RTP, local onde foram recebidos por dois funcionários.

Depois de reafirmar que a entrevista «confirmou que a falta de pluralismo e a discriminação anti-comunista são conscientemente assumidas e arrogantemente exibidas por Prouca de Carvalho e pelos seus homens-de-mão»,

o documento sublinha que perante o quadro explícito contido no memorando, «os funcionários da RTP limitaram-se a invocar a falta de meios técnicos e falsos critérios jornalísticos para justificar a injustificável conduta de informação da RTP».

Já na parte final o comunicado considera a demissão de Prouca de Carvalho como uma exigência de amplos sectores políticos e sociais e «condição indispensável para que uma política informativa pluralista e constitucional seja reposta na Radiotelevisão Portuguesa».

A verdade dos factos

- Ausência de qualquer cobertura à Reunião da Comissão Central da JCP de 21 e 22 de Fevereiro de 1981.
 - Ausência de qualquer cobertura de duas iniciativas nacionais de ampla repercussão noutros órgãos de informação (Conferência Nacional do Ensino Superior em 28 e 29 de Março, com a presença do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal; Tribunal Estudantil acusa o 12.º ano, em 10 de Maio).
 - De 24 notas com tomadas de posição da JCP, a RTP noticiou apenas duas,
 - num total de tempo aproximado de 30 segundos.
 - Ausência a 4 das 5 conferências de imprensa convocadas pela JCP, não tendo sido transmitido o serviço feito naquela em que esteve presente uma equipa da RTP.
 - Este panorama contrasta com a ampla cobertura de actividades de outras organizações juvenis, designadamente as que estão ligadas aos partidos do Governo (JSD, JC, JPM).
- NOTA: Estes dados dizem apenas respeito ao ano em curso.



Poder local

Porto levará à Conferência mais de 50 intervenções

Integrada na preparação da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local realizou-se no passado sábado, no Porto, uma reunião de quadros daquela organização regional, em que participaram cerca de trezentos camaradas entre eleitos para os vários órgãos de poder local e membros das Comissões Concelhias e de Freguesia.

Nos trabalhos, onde estiveram também presentes os camaradas, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, e Helena Medina, membro da DORP e do CC, foi feito o balanço da situação nas autarquias, da actuação dos eleitos do PCP e do papel da APU, dos principais problemas que se colocam nesta frente de trabalho e da ofensiva das forças de direita contra o poder local.

No que se refere à Conferência foi anunciado que só da área do distrito do Porto haverá mais de cinquenta intervenções relativamente a todas as secções, abordando experiências vivas, lutas, dificuldades e êxitos.

Assim, estão desde já previstas intervenções sobre o movimento popular nos concelhos do Porto e Gondomar; o funcionamento das Assembleias Municipais; a constituição e funcionamento dos Conselhos Municipais; a acção centralizadora e destruidora da autonomia do

poder local realizada pela Comissão Coordenadora da Região Norte; o problema da habitação, situação nos bairros camarários, processo SAAL e CRUARB na cidade do Porto; Bairro Mineiro de S. Pedro da Cova em Gondomar; luta contra o aumento das rendas de casa; problemas dos lixos; electrificação de uma zona clandestina em V.N. de Gaia; saneamento básico; etc., etc.

Pela sua relevância, os camaradas do Porto apresentarão ainda intervenções focando os problemas dos pequenos e médios agricultores, da segurança dos pescadores da Costa Norte, da navegabilidade do Douro, da poluição nos rios Leça e Ave.

As próprias conclusões e intervenções da reunião do passado sábado — que por falta de espaço só poderão ser abordadas em pormenor no próximo número — constituíram uma importante contribuição do distrito do Porto para a preparação da Conferência sobre o Poder Local.

O balanço efectuado permitiu a apresentação de um impressionante rol de casos escandalosos na grande maioria das autarquias do distrito dominadas pela «AD», cuja actuação — como salientaria o camarada Carlos Costa na conferência de imprensa dada no final dos trabalhos — se tem caracterizado pela não resolução dos principais problemas da população, corrupção, compadrio,

envolvendo também em muitos casos eleitos do próprio PS.

Em contrapartida, as realizações dos eleitos do PCP e da APU, mesmo em situações de minoria, constituem um quadro impressionante do que se pode fazer nos órgãos autárquicos.

A realização do recente Encontro do PCP sobre a Segurança dos Pescadores da Costa Norte, dos Encontros sobre os Transportes e sobre as Tarifas da Electricidade, no quadro da APU, definem um estilo de trabalho permanente virado para defesa dos direitos dos trabalhadores, procurando que os órgãos de poder local se solidarizem com a sua luta.

O apoio dos eleitos do Partido e da APU a todas as propostas justas, venham donde vierem, e a rejeição e denúncia de todas aquelas que prejudicam as populações seja quem for que as faça, o estudo das situações e a apresentação de propostas concretas e fundamentadas para a resolução dos problemas e a sua ligação com as populações e a sua luta, têm sido traços importantes da sua actuação que, como se sublinhou na reunião de quadros, há que prosseguir e aprofundar.



Illegalidades, impedimento de funcionamento em muitos órgãos autárquicos, choques entre os seus eleitos, fruto de divergências partidárias e conflitos de interesses,

Eleições em Murça escondem corrupção e compadrio

Os eleitores do concelho de Murça vão novamente às urnas no próximo domingo, dia 31, para eleger os seus representantes na Câmara Municipal, até há pouco presidida pelo PPD.

Estas eleições suplementares, provocadas pela demissão dos vereadores do CDS e do PS, culminam um processo obscuro cujo véu foi apenas levantado, onde a corrupção, o compadrio,

as ilegalidades, os conflitos de interesses e as divergências partidárias se sobrepõem à resolução dos problemas da população.

As razões invocadas para a demissão conjunta pareceram desde o início inconsistentes. Enquanto o CDS afirmava que os seus motivos "eram conhecidos de toda a gente", o PS apoiava-se nos atrasos de

algumas obras, na exclusão de uma Freguesia PS na atribuição de verbas, na elaboração do Plano de Obras sem o consenso das Juntas de Freguesia.

A posterior divulgação de um comunicado do ex-presidente da edilidade, do PPD, acusando os vereadores do CDS e do PS de encobrimento de negociatas de milhares de contos; suborno e sonegação de documentos, passando pela tentativa de encobrimento de um empreiteiro, familiar de um vereador do CDS, que terá lesado a Câmara, deu às demissões um carácter totalmente diferente.

Se se tiver em consideração que as acusações do ex-presidente ficaram sem resposta; que o mesmo foi afastado da Comissão Administrativa da Câmara, da lista do seu partido e da sua actividade política, não se pode deixar de concluir que outras razões mais (baixas) se levantaram na origem da queda do executivo de Murça.

Se a tudo isto juntarmos o facto da Comissão Administrativa, eleita pela Assembleia Municipal para assegurar a gestão até às próximas eleições, ser composta pelos homens que foram alvo das

graves acusações do anterior presidente, chega-se inevitavelmente à conclusão que não há forças interessadas em permitir uma "limpeza" de tudo o que pudesse ser mais comprometedor.

Espectadora atenta e indignada de todas estas tramas, a população de Murça vai no domingo poder escolher entre as seis listas concorrentes (PPD, CDS, APU, PS, PPM e MRPP) os novos membros do executivo. Excluindo o PPM e o MRPP, cuja expressão é praticamente nula, os eleitores não podem deixar de olhar com desconfiança as listas do PPD, CDS e PS, envolvidas como estão num jogo nada claro de utilização dos órgãos autárquicos em benefício próprio.

Apenas a APU, já representada na Assembleia Municipal, se apresenta ao eleitorado com a dignidade de quem não se envolve noutro jogo de interesses que não seja o da defesa dos interesses populares.

Por isso a sua presença na Câmara é importante. Porque quer esteja em maioria ou em minoria a APU dá sempre uma certeza ao eleitorado — a de que os seus interesses serão defendidos e de que nada do que for para denunciar será calado.

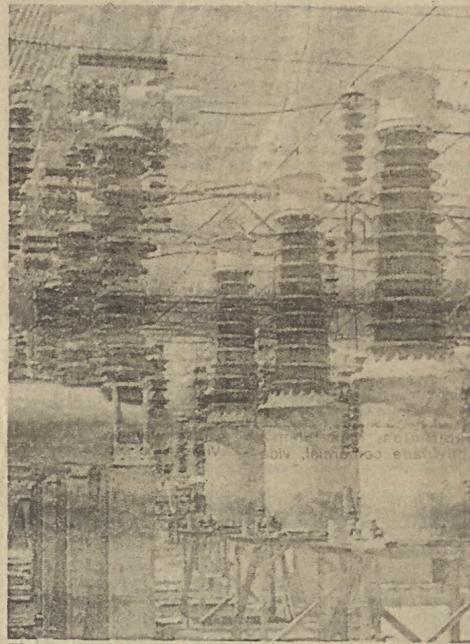
Pintar a Primavera

Pintar a Primavera é o nome do Projecto-Experimental de Acção Pedagógico-Artística que o Departamento do Infância do Centro Cultural de Almada vai levar a cabo nos próximos dias 28, 29, 30 de Maio e 1 de Junho (Dia Mundial da Criança), em dois jardins das Freguesias de Almada e Cova da Piedade (Jardim Dr. Alberto Araújo e Jardim da Piedade).

Destinado essencialmente à população escolar primária, o Projecto tem como principal

objectivo o desenvolvimento da consciência estética e das potencialidades criadoras da criança. Prevê-se a participação de cerca de quatro mil crianças, bem como os respectivos professores.

De salientar que no dia 1 de Junho as actividades incidirão numa intervenção activa da criança na alteração estética de vários locais da cidade de Almada, como alerta a toda a comunidade para a problemática da infância.



EDP — Electricidade de Portugal foi uma das empresas onde os trabalhadores conseguiram lutar o «tecto AD/Balsemão»

lhor forma de defender os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores consagrados na Constituição», preconiza que no quadro da revisão constitucional vai ser defendida activamente «a carta reivindicativa dos direitos constitucionais» de quem trabalha. Depois de confirmar a apresentação dessa carta por parte da CGTP-IN, o secretário da Central salienta repetida-

mente a importância da luta de massas, cuja «intensificação» refere expressamente ao prever o desenvolvimento das «acções dos trabalhadores contra os despedimentos, o desemprego, a repressão patronal e o escandaloso aumento do custo de vida», para criar, afinal, as condições «para uma nova política e um Governo que prossigam os ideais de Abril».

Trabalhadores

CGTP-IN põe em evidência êxitos nas lutas

Reafirmada a via da luta de massas na sessão plenária do secretariado

«Ao contrário do que afirma o Governo, a luta dos trabalhadores não tinha como objectivo o 1.º de Maio e não terminou com o 1.º de Maio», afirma o secretariado nacional da CGTP-IN que, no final da sua sessão plenária de 20 do corrente emitiu um comunicado onde acrescenta que «o Governo, face a combatividade revelada pelos trabalhadores, viu-se obrigado a solucionar alguns conflitos existentes, o que demonstra o carácter calunioso das considerações que fez à luta dos trabalhadores, bem como a exclusiva responsabilidade governamental nos prejuízos que elas causaram».

Os dirigentes da Central, reunidos para analisar a situação sindical e política, condenam em termos objectivos a acção do Governo AD/Balsemão que «tam promovida a redução drástica do nível de vida» enquanto, paralelamente, se luta «a discussão das reivindicações apresentadas pela CGTP-IN».

O secretariado nacional, que analisa também a actuação do Governo no plano externo, regista designadamente «o fracasso das negociações da adesão de Portugal à CEE».

Quanto aos êxitos alcançados, o secretariado da Central põe em relevo os aumentos salariais conseguidos na Petroquímica (24%), Marconis (27%), Rodoviária Nacional (26%), STCP — Transportes Colectivos do Porto (24%) e EDP (19,6%). Os êxitos referidos pelo secretariado tiveram na base várias

formas de luta e também a unidade.

Além do «tecto salarial» furado, nos 16 por cento anunciados por vários governantes AD, conseguiu-se ainda:

- Em vários casos, a passagem a efectivos de muitos trabalhadores contratados a prazo;
- Impedir o despedimento de trabalhadores, por exemplo no Hotel Florida, na Grundig, no cinema Europa;
- Defender os direitos e liberdades sindicais contra as tentativas repressivas do patronato e dos gestores da confiança do Governo.

Combater o divisionismo

Depois de referenciar a luta na Função Pública, a delação e julgamento de 3 dirigentes des-

se sector, a elevada adesão e o «grau de combatividade revelada pelos trabalhadores», o secretariado chama a atenção para o nível das lutas nas empresas «nunca até hoje alcançado». Nos primeiros quatro meses deste ano atingiu-se 80% do total registado em todo o ano passado. «A unidade forja-se na luta», acrescenta o secretariado: Ao assinalar a necessidade de combater o divisionismo, os dirigentes da Central única afirmam que essa orientação da unidade «tem obrigado em muitos casos os divisionistas a virem a reboque das posições de classe do movimento sindical unitário, porque de outro modo seriam abandonados pelo escasso número de trabalhadores que ainda os apoiam. Tais factos — adverte o secretariado — não devem, no entanto, levar a alimentar esperanças acerca dos desígnios do divisionismo, pelo que o seu combate continua a ser necessário a todo o momento».

Os processos reivindicativos do material eléctrico, indústria do calçado, EDP, Função Pública e indústria e comércio farmacêuticos são referidos pelo secretariado como exemplos do «comportamento dos divisionistas» e do «conluio que têm feito com o patronato e com o Governo».

Mais de 100 empresas em luta

Que a luta não era para o 1.º de Maio nem com ele terminou é uma realidade patente nas lutas que decorrem hoje. «Os sucessos alcançados pelos trabalhadores estimula-os a continuarem a procurar na luta de massas o caminho para a solução dos seus problemas», acrescenta o secretariado nacional da CGTP-IN. São mais de 100 as empresas onde se luta neste momento pela melhoria de condições de vida e de trabalho. Dentro em breve, «cerca de meio milhão de trabalhadores», assinala ainda o secretariado, «lutarão em torno dos seus contratos colectivos de trabalho».

A organização sindical na empresa, procurando-se diariamente as soluções para os problemas concretos dos trabalhadores, mobilizando-os à volta da defesa dos seus reais interesses, é uma frente de luta que os dirigentes da CGTP-IN justamente consideram de «especial relevância», exigindo «reforço e dinamização».

Carta reivindicativa e luta de massas

O secretariado nacional, depois de sublinhar que a luta de massas continua sendo «a me-

Função Pública e outras lutas

Abrangidas importantes empresas e sectores

Os trabalhadores da Função Pública prosseguem, por outras formas, a sua luta, designadamente através da permanência de membros da CNS em frente ao Ministério da Reforma Administrativa até que os dirigentes sindicais da Frente Comum (28 Sindicatos) sejam recebidos pelo titular daquela pasta, cujo comportamento tem sido inqualificável em todo este processo. Entretanto e ainda no mesmo sector, com cerca de 400 mil trabalhadores, a CNS (Comissão Negociadora Sindical) requeria audiências ao Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de trabalho do mesmo órgão de soberania e aos grupos parlamentares. Os

dirigentes sindicais representativos têm em vista analisar o decreto-lei com a nova tabela salarial. Esse diploma, imposto pelo Governo AD/Balsemão sem negociação com os Sindicatos, pretende legislar sobre matérias que levaram as direcções sindicais a pedir a respectiva ratificação por parte da Assembleia da República. Por outro lado, os novos salários impostos pelo Governo não atingem metade do que propuseram os Sindicatos reunidos na Frente Comum e não contemplam algumas das matérias principais que constam da PPI (Proposta Reivindicativa imediata) cuja negociação os trabalhadores continuam a exigir, como um direito, de



Aço lembra siderurgia, metalúrgica, metalomecânica, construção civil — grandes sectores abrangidos pela luta dos trabalhadores

acordo com a Lei Fundamental do País. Em ritmo bastante lento prosseguem entretanto as audiências do julgamento dos

3 sindicalistas detidos em 13 do corrente. Por este andar, o julgamento só deve terminar no fim desta semana.

Trabalhadores consulares

Pela 3.ª vez em dois meses e nas duas últimas (12, 13 e 14 do corrente) integrados na quinzena de luta da Função Pública, os trabalhadores dos serviços consulares e missões diplomáticas na Europa recorreram à greve pelo direito de negociarem com o Ministério dos Negócios Estrangeiros as suas reivindicações.

«A recusa do MNE em abrir negociações com o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas na Europa (STCDE) onde se encontram filiados 75 por cento dos trabalhadores consulares da Europa, enquadra-se na política prosseguida pelo Governo reaccionário da «AD» de agravamento das condições de vida dos portugueses, do recusa ao diálogo com os representantes dos trabalhadores em luta e de agudização dos conflitos sociais», afirma num comunicado a Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP. «Os trabalhadores — acrescenta num comunicado — recusam aquele organismo — recusam continuar a ser considerados "pessoal eventual localmente assalariado", sujeito a todo o tipo de ilegalidades e arbitrariedades, e lutam por um estatuto profissional que lhes reconheça os seus direitos e a dignidade profissional; lutam pela actualização das tabelas salariais e pelo direito a regalias sociais normalmente já atribuídas a outros trabalhadores; exigem a revisão dos despedimentos injustos e a anulação de "outros actos arbitrariamente cometidos". O comunicado da Comissão salienta ainda que a luta dos trabalhadores consulares

e das missões diplomáticas pelo reconhecimento da sua dignidade profissional inserem-se na luta dos emigrantes por uma melhor rede consular e um maior e mais eficaz apoio social, cultural, jurídico e administrativo por parte das autoridades portuguesas no estrangeiro.

Luta noutros sectores e empresas

Portucel, UTIC, Grundig, CIFA, Minas do Pejão, da Panasqueira, do Valongo, da Urgeira, CIFA, Magus, Frinil (grupo Lisnave), Progresso Mecânico, Metalúrgica Costa Nery, Aníbal H. Abrantes (Marinha Grande) Termec (Coimbra), Laboratórios Pfizer, Fernando Nunes da Silva Cardoso (Barreiro), Empresa de Concentrados de Tomate - ECA (Alvalade-Sado), Matrena (Tomar), Hotel Turismo da Ericeira, Cafeteria Manilla, (dependente de uma multinacional) são algumas das grandes empresas onde, sob várias formas, com predomínio da paralisação e da greve em curso, desenvolvida nos últimos dias, ou anunciada para breve, os trabalhadores fazem valer as suas reivindicações, designadamente através de cadernos que algumas empresas se recusam a negociar, e defendem postos de trabalho, recusam a repressão, exigem salários em atraso, reclamam a readmissão de companheiros ilegalmente despedidos, batem-se por aumentos salariais que reponham o poder de compra, combatem os aumentos selectivos, exigem garantias específicas como acontece com os trabalhadores mineiros.

«SAST-fusão no Sul»

Algumas linhas perdidas no final da pequena notícia sob o título entre aspas, na página 9 da nossa edição da semana passada, desfigurou por completo o sentido da informação que queríamos divulgar. Essa insuficiência — rara no «Avante!» — causou naturalmente algum reparo. Repomos a seguir, na sua totalidade (haja em vista a importância do assunto) o comentário que faltou na notícia sobre a criação do SAST:

O autodenominado e ainda não criado «Sindicato da Agricultura ao Sul do Tejo» é uma jogada divisionista de direita com a dose de camuflagem suficiente para parecer interessar aos trabalhadores.

Visível e conhecida de muitos deles, designadamente os filiados nos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas daqueles distritos, a manipulação conduzida pela UGT, depois da falhada todas as tentativas para a criação de "paralelos" no sector e na zona, virá-se agora para pequenos grupos partidários existentes em algumas herdades. Esses grupos, instigados pelos agrários e em conluio com eles, experimentam uma nova modalidade de fusão sindical: a fusão sem sindicatos. E além do mais repare-se no facto significativo de o SAST se apresentar não como Sindicato de Trabalhadores, mas como sendo da Agricultura, isto é, apto a incluir toda a escória ao serviço dos interesses políticos dos agrários e ainda os próprios agrários que lá estarão apoiando os seus serviços e locais para promover o SAST/AD/Balsemão».

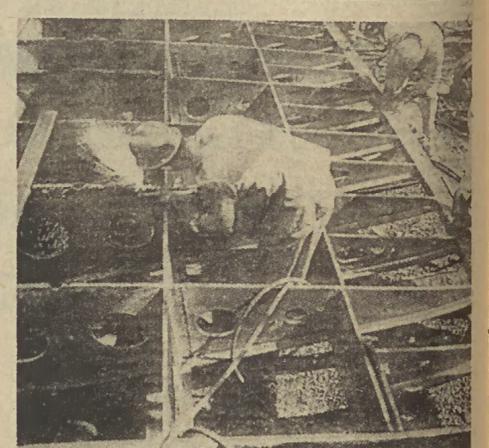
Dois senhores

Após a publicação da notícia sem o comentário que acabámos de transcrever, o «Avante!» recebeu alguns protestos contra a manipulação que os divisionistas estão a levar a cabo à volta da criação do SAST. Transcrevemos seguidamente um comunicado subscrito pela delegação de Alvalade do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal:

Os divisionistas da UGT, os amarelos como são conhecidos pelos trabalhadores, aparecem agora no nosso sector com o objectivo de formar o seu (dos agrários) sindicato. Nos distritos do Sul existem Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, não de agora mas de há muito, com muitas tradições de luta, e que dia-a-dia a continuam na defesa dos interesses dos trabalhadores e da Reforma Agrária.

Por que razão aparecem agora dois senhores (António Maria Cardoso e José Lopes Paulino Garcia) que se intitulam comissão promotora de uma assembleia constituinte de um sindicato da agricultura ao sul do Tejo? Será que os governos da «AD» ao serviço dos agrários e com o apoio da GNR concluíram que não têm forças para destruir a Reforma Agrária e que procuram agora dividir os trabalhadores para melhor os poder enganar e fazerem voltar de novo aos campos do Alentejo a fome, o desemprego e a miséria? Se assim pensam estão muito enganados! Os trabalhadores agrícolas com largas tradições de luta, quer antes, quer depois do 25 de Abril, não se deixarão enganar. Esta manobra dos agrários só nos mostra e confirma o desespero das forças reaccionárias e dá-nos mais força e alento para continuarmos com a nossa luta pela unidade de todos os trabalhadores, condição fundamental para defendermos as regalias e direitos alcançados, certos de que a vitória será daqueles que trabalham e não dos parasitas e lacaios que nada fazem.

A delegação de Alvalade do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal alerta todos os trabalhadores contra mais esta manobra dos agrários e seus lacaios e apela para que os objectivos dos amarelos da UGT sejam mais uma vez desmascarados e escorraçados da terra que nos dá o pão.



Construção naval, um dos sectores onde a luta tem sido mais prolongada e conseqüente em defesa das nacionalizações

ORTs em encontro de nacionalizadas

Hoje reunião em Setúbal

No sábado da próxima semana, 6 de Junho, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) das empresas nacionalizadas e participadas, isto é, no caso destas últimas, com parte do capital pertencente ao Estado, vão reunir-se no refetório da Tabaqueira, em Cabo Ruivo. O encontro, cujo objectivo principal é encontrar formas adequadas à defesa das nacionalizações protegendo as empresas dos ataques anticonstitucionais do Governo AD/Balsemão e salvaguardando ao mesmo tempo os interesses, garantias e direitos dos trabalhadores, é antecedido hoje, 28, de uma reunião de trabalho para dirigentes e delegados sindicais e membros do comitê de trabalhadores do distrito de Setúbal. Esta reunião está marcada para começar às 15 horas nas instalações do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal. Os temas do Encontro de 6 de Junho têm sido entretanto debatidos em plenários de trabalhadores nas empresas do distrito, informa a União dos Sindicatos.

Durante 3 dias Congresso têxtil amanhã em Guimarães



Por uma reestruturação que salve os empregos e defenda a economia nacional

Começa amanhã, sexta-feira, 29, em Guimarães, e prolonga-se por sábado e domingo, o III Congresso dos Trabalhadores do Sector Têxtil, cujo objectivo principal é discutir e votar um programa de acção com reivindicações capazes de corresponder às lutas que se avizinham. Organizado pela Federação sindical do sector, o III Congresso deverá corresponder globalmente aos grandes problemas que se colocam nos vários campos do emprego, dos contratos a prazo, da contratação, da formação sindical. O Congresso, que se realiza depois da Conferência Sindical da Covilhã, onde nas respectivas resoluções se assinala que o Governo AD/Balsemão prepara o descalabro dos têxteis nacionais, certamente denunciará vigorosamente as propostas de reestruturação desta importante actividade industrial apresentadas por este Governo com o apoio do grande patronato e que levarão milhares de trabalhadores ao desemprego. O Congresso proporá certamente alternativas de interesse nacional, que defendam o emprego e mantenham os direitos e liberdades actuais.

SEMANA Internacional

Internacional

Entre as pretensões da NATO e a vontade de paz dos povos não há equilíbrio possível

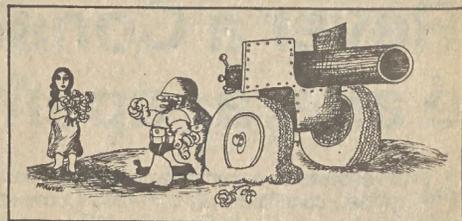
O último relatório divulgado pela NATO constitui mais uma "justificação" para a corrida aos armamentos. Reflete a intenção e a pretensão do imperialismo de continuar a apostar no agravamento da cena política internacional, mas também as dificuldades com que está a deparar nesse caminho.

Assim, o relatório aponta para a ingerência da NATO, fora da sua área geográfica, nomeadamente no Médio Oriente (e não só, pois é de notar que o imperialismo tem vindo a considerar áreas onde "estão em causa os seus interesses vitais" a maior parte do globo terrestre); destaca a "necessidade" de os EUA reasumirem as responsabilidades globais de "liderança"; aponta igualmente para uma melhoria da capacidade e preparação das tropas, e insiste em dois aspectos significativos: a necessidade de conseguir atenuar divergências internas, e a de aumentar, mais ainda, a campanha propagandística em torno do "perigo soviético".

Trata-se no fundo de insistir no prosseguimento da perigosa política de corrida aos armamentos. Um conjunto de factos actuais indica, no entanto, que esta política esbarra com dificuldades crescentes, e que o movimento de opinião contra os perigos da guerra assume uma envergadura que nenhum Estado está já em condições de ignorar.

Os casos do Japão e da RFA
O que se está a passar no Japão ilustra bem esta realidade. O antigo embaixador dos Estados Unidos em Tóquio, Edwin Reinschauer, fez declarações segundo as quais barcos e aviões dos Estados Unidos, carregados com armas nucleares, fizeram escala em território japonês, o que é formalmente proibido pela Constituição japonesa. Os desmentidos não

deram qualquer resposta cabal a estas afirmações. Pelo contrário, os factos avolumaram-se. O Partido Comunista japonês afirmou possuir provas de que os Estados Unidos estão a armazenar armas nucleares, numa base do Sul do Japão. Os sindicatos, organizações de mulheres e de juventude e o Partido Comunista do Japão condenaram a perigosa e ilegal política do governo japonês, exigiram um inquérito à introdução no Japão, com o aval oficial de Tóquio, de armas nucleares norte-americanas e intimaram o governo a anular o tratado de segurança nipo-americano e a adoptar os "três princípios nucleares" — não ter, não importar e não fabricar armas nucleares. O governo japonês reafirmou estes princípios. O que não significa necessariamente que os cumpra, mas reflecte sem dúvida a força do movimento popular contra as armas nucleares, contra a corrida aos armamentos.



Os factos indicam que é possível avançar na luta contra a corrida aos armamentos, também através do movimento de opinião, particularmente saliente na Europa. Indicam por outro lado que essa luta não só tem que prosseguir como adquirir uma maior envergadura. Basta lembrar que o projecto de orçamento aprovado pelo Senado do Congresso norte-americano atribuiu ao Pentágono créditos que atingem a soma recorde de 226,3 biliões de dólares, enquanto os fundos sociais se limitam a 40 biliões.

20 Quarta-feira

O Procurador-Geral adjunto de Milão acusa sete banqueiros da cidade de terem transferido ilegalmente para o estrangeiro 2,5 milhões de contos de 1973 a 1975; as prisões provocaram uma onda de pânico na bolsa de valores da cidade, a principal da Itália. Com a ausência dos EUA e da Grã-Bretanha, começa em Paris uma conferência da ONU destinada a conseguir sanções internacionais contra a África do Sul pela prática do apartheid. O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, inicia uma visita oficial a Washington durante a qual debaterá com o presidente Reagan as possibilidades do tratamento do diálogo Este-Oeste; o chanceler Schmidt tem sido submetido a severas críticas da ala esquerda do seu próprio partido — O Partido Social Democrata — relativamente à instalação de mísseis nucleares norte-americanos em território alemão-federal.

21 Quinta-feira

François Mitterrand é empossado como presidente da República Francesa, cargo para o qual foi eleito no passado dia 10 derrotando o presidente Valéry Giscard d'Estaing. Morre o patriota irlandês Raymond McCreech quando entrava no 61.º dia de greve da fome pela obtenção, por parte do governo conservador britânico de Margaret Thatcher, do estatuto de preso político; foi a terceira vítima da intranquilidade do governo britânico. O presidente francês François Mitterrand nomeia o dirigente socialista Pierre Mauroy para o cargo de primeiro-ministro do governo que superintenderá o processo eleitoral previsto para os dias 14 e 21 de Junho. A votação conjunta do partido governamental espanhol, UCD, e do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) faz aprovar no parlamento uma lei que confere ao governo poderes extraordinários a propósito de combate ao terrorismo. Um porta-voz da Casa Branca declara que a administração Reagan tinha ficado surpreendida com a proposta de chanceler Helmut Schmidt para que as conversações sobre a limitação do armamento nuclear se realizassem o mais brevemente possível; esta proposta foi revelada por Schmidt à partida para Washington. O chefe da ditadura fascista boliviana, general Garcia Meza, anuncia que o Exército vai deixar de participar em operações contra o "florescente" tráfico de cocaína, uma droga que se fabrica e transaciona no país a coberto de altos responsáveis da ditadura que esmaga a Bolívia. Começa em Pequim a primeira reunião ocidental na China da Comissão Trilateral (norte-americana-europeia-japonesa), para um "intercâmbio de pontos de vista" sobre "problemas regionais e locais".

22 Sexta-feira

Morre Patrick O'Hara na prisão de Belfast, a quarta vítima da greve da fome desencadeada por patriotas irlandeses contra a intranquilidade do governo britânico que ocupa militarmente o país. Grava espectacular escândalo em Itália, na sequência da publicação por ordem do primeiro-ministro Arnaldo Forlani, de uma longa lista de indivíduos pertencentes a uma associação maçónica secreta de nome «Loja P-2», reconhecida como centro de corrupção política e económica de vasta escala, lista onde estão nomes de dois ministros, 30 parlamentares, um dirigente de um partido da coligação governamental, o chefe do Estado-Maior da Defesa e os directores dos Serviços Secretos; dos grandes partidos de Itália, o único que emerge «limpo» deste escândalo é o Partido Comunista Italiano, que entretanto exigiu a demissão do governo declarando que, caso contrário, apresentaria uma moção de censura ao parlamento. O presidente soviético Leonidas Brejnev salienta a apreensão da URSS sobre a crise no Líbano, propondo uma conferência internacional sobre o Médio Oriente. É apresentado ao parlamento sueco o novo governo minoritário do primeiro-ministro Thorborg Fälldin. O presidente francês dissolve a Assembleia Nacional, até aqui dominada pela direita, marcando novas eleições para o próximo mês.

23 Sábado

Um «comando» fascista espanhol sequestra 230 pessoas dentro da cursal do Banco de Espanha em Barcelona, exigindo a libertação do tenente-coronel Molina e mais três militares de extrema-direita envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 23 de Fevereiro, que começou com um brutal assalto ao parlamento espanhol. O dirigente trabalhista britânico Tony Benn acusa o governo do presidente Reagan de ameaçar a paz mundial com uma política de «monetarismo brutal e militarismo descarado», prometendo que o próximo governo trabalhista encerraria todas as bases nucleares na Grã-Bretanha e criaria uma zona desnuclearizada na Europa. Embora «desmentindo» relação com a loja maçónica «P-2», o ministro italiano da Justiça, Adolfo Sarti, que figura na lista dos «filiações», apresenta a demissão do seu cargo governamental.

24 Domingo

Efectivos do Grupo de Operações Especiais da Polícia espanhola libertam os reféns que se encontravam em poder dos fascistas que ocuparam a filial do Banco de Espanha em Barcelona, tendo sido abatido um dos terroristas e libertados, ilenos, todos os reféns; nos meios políticos espanhóis e na imprensa comentava-se entretanto que os acontecimentos em Barcelona só foram possíveis devido à transigência mostrada pelo governo perante os implicados nas sucessivas conspirações de extrema-direita contra o regime constitucional. O Vietname acusa tropas chinesas de penetrarem nas suas províncias fronteiriças para colocarem minas e atacarem postos de guarda.

25 Segunda-feira

Unidades militares bolivianas revoltam-se na cidade de Cochabamba exigindo a demissão da Junta fascista de Garcia Meza. O presidente Jaime Roldós, do Equador, morre num desastre de avião juntamente com a sua mulher, o ministro da Defesa, ajudantes militares e uma hospedeira. Relacionando a questão com as próximas eleições parlamentares, o secretário-geral do PCF, Georges Marchais, anuncia a saída de um encontro com o presidente francês François Mitterrand, que o seu Partido está disposto a participar no governo a nível de ministério. As autoridades espanholas afirmam que o bando terrorista que assaltou o Banco Central de Barcelona «era apenas constituído por 11 indivíduos», o que levantou protestos generalizados em todo o país.

26 Terça-feira

Na sequência do escândalo da «Loja Maçónica P-2» o primeiro-ministro italiano Arnaldo Forlani apresenta a sua demissão ao Presidente Sandro Pertini. As tropas revoltosas de Cochabamba rendem-se à Junta fascista boliviana de Garcia Meza, que acusa o ex-ditador Hugo Banzer e o general Natush de serem os responsáveis por este levantamento. O Partido Comunista AKEL vence as eleições parlamentares em Chipre com 32,8% dos votos, não conseguindo a maioria absoluta.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

Em 24 de Maio de 1979 a África do Sul é expulsa da Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de ter sido confirmada a rejeição das credenciais apresentadas por uma delegação do governo racista, que ali se apresentara.

Mais um passo em frente VI Congresso do Partido Revolucionário Popular do Kampuchea

Iniciaram-se na passada terça-feira, os trabalhos do VI Congresso do Partido Revolucionário Popular do Kampuchea. O Congresso insere-se num processo difícil mas irreversível de normalização da vida nacional, que passou já pela eleição dos órgãos supremos do Poder de Estado e se concretiza igualmente no profundo debate nacional do projecto da nova Constituição.

Este processo de normalização abarca todas as esferas da vida social, económica e política do país. Em todos os planos são imensos os progressos alcançados em dois anos de liberdade, em particular neste último ano.

Phnom Penh, quase uma cidade-fantasma quando da libertação, renasceu como capital do país. Meio milhão de habitantes, uma intensa actividade comercial, vida cultural, restabelecimento de cinquenta empresas industriais, constituem um balanço impressionante se tivermos em conta que aqui até as canalizações tinham sido destruídas pelo regime de Pol-Pot.

Este renascimento é realidade em todo o país. Cidades e vilas são restauradas, criam-se comités de autogestão rural, organiza-se o movimento cooperativo nos campos, distribuem-se terras e instrumentos agrícolas. Graças a esta política foi possível ganhar a primeira batalha na recolha de arroz, afastando, como é reconhecido, nomeadamente pela ONU, o espectro da fome.

No domínio do ensino obtiveram-se já resultados apreciáveis. A escolarização de 900 000 crianças pode mesmo ser considerada como um dos maiores sucessos obtidos, se tivermos em conta a carência total de quadros especializados, em particular professores, vítimas da orientação maquista de perseguição dos intelectuais.

O mesmo se pode dizer no campo da saúde, tendo-se conseguido até à data a reconstrução dos hospitais na quase totalidade do país. O grande impulso foi dado. A participação e o apoio popular à política do governo são factos indimentáveis, a base fundamental dos importantes progressos alcançados. O que não significa que todos os problemas estejam resolvidos, como é evidente. Um problema central resalta: a continuação das ameaças externas, a acção de grupos provocatórios

China e com a concoltância destes países».

Poderemos dizer que este perigo já não existe?

É evidente que não. Basta recordar alguns poucos factos recentes. A China arma — oficialmente — grupos provocatórios no território da Tailândia, contra o Kampuchea. Mantém permanentemente tropas ao longo das fronteiras com o Laos e o Vietnam, e vem ultimamente a intensificar incursões no território destes países. Factos que se processam em aliança com o imperialismo norte-americano. Por exemplo, de acordo com notícias inseridas no «Washington Post», os EUA recrutaram, treinaram e enviaram secretamente para o Laos um destacamento de mercenários encarregados de organizar provocações contra este país.

Saudação do PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Revolucionário Popular do Kampuchea a saudação que a seguir transcrevemos:

«Queridos camaradas: «Comunistas portugueses saudam fraternalmente desejando grandes sucessos nos trabalhos do VI Congresso do vosso Partido, manifestam solidariedade com a luta dos comunistas e do povo kampucheano na reconstrução nacional, progresso social, socialismo, contra o imperialismo, o hegemonismo dos dirigentes chineses, pela defesa da independência da Pátria».

auxílio que as portas do renascimento nacional foram abertas. Para o povo do Kampuchea a questão coloca-se entretanto de forma bem diferente.

Laços especiais unem os três países do sudeste asiático. Nos últimos 35 anos, por duas vezes as unidades vietnamitas ajudaram os patriotas do Laos e do Kampuchea — uma contra os colonizadores franceses, outra contra os EUA. De ambas as vezes regressaram depois ao seu país. É evidente que não há quaisquer razões para pensar agora o contrário. Em recentes afirmações à revista soviética «Tempos Novos», o ministro dos Negócios Estrangeiros vietnamita, Nguyen Co Thach, reafirmou: «As tropas vietnamitas retirar-se-ão dos territórios da República Popular Democrática do Laos e da República Popular do Kampuchea depois de ter sido eliminado o perigo para os países da Indochina por parte da

A somar às agressões e provocações há a recusa em aceitar soluções políticas negociadas, para o restabelecimento da paz e da segurança na zona. Na sua terceira conferência, realizada nos fins de Janeiro de 1981, na cidade de Ho Chi Minh, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países da Indochina manifestaram-se prontos a assinar com a China tratados bilaterais de coexistência pacífica, respeito mútuo pela independência, soberania e integridade territorial, não-ingerência nos assuntos internos, igualdade, vantagem recíproca, boa-vizinhança e regularização de todos os litígios por via pacífica.

A ausência de resposta por parte da China é em si uma resposta, para quem tenha dúvidas, um sintoma mais dos perigos que a política chinesa acarreta para esta zona do mundo.

Um outro exemplo vem da RFA. O chanceler Helmut Schmidt propôs ao presidente norte-americano, Reagan, a realização de conversações sobre a limitação do armamento nuclear, no mais breve espaço de tempo possível. É evidente que esta proposta não corresponde a uma súbita conversão de Schmidt à causa do desarmamento. Na verdade, Schmidt recorreu mesmo à ameaça da sua demissão para impedir à ala esquerda do Partido Social-Democrata de tomar uma posição firme de recusa às pretensões norte-americanas. A proposta de Schmidt à Casa Branca reflecte sim a necessidade do governo da

Ventos de mudança na Europa

Agudiza-se a luta de classes

A vida política na Europa caracteriza-se neste momento por uma profunda agudização da luta de classes. Registaram-se em vários países avanços da esquerda e situações de clara crise política.

As eleições municipais na Grã-Bretanha, que se saldaram num repúdio claro da política de Thatcher, seguiu-se a vitória eleitoral da esquerda em França, e agora o êxito do AKEL nas eleições de Chipre, enquanto a persistente resistência popular à escalada na corrida aos armamentos dá frutos assinaláveis, traduzindo-se em hesitações por parte dos governos de países da NATO e recuos face às exigências da Casa Branca.

Neste momento o isolamento da política do governo conservador da Grã-Bretanha acentua-se ainda com a situação na Irlanda. Quatro grevistas da fome morreram já nas prisões do Ulster. As balas de plástico utilizadas pelas tropas britânicas na Irlanda do Norte mataram entretanto sete pessoas, incluindo crianças, e feriram várias dezenas. Dezassete mortos, desde a morte de Sands, somam-se aos mais de dois mil em doze anos. Os confrontos agravam-se, especialmente em Belfast e Derry. Toma-se de dia para dia mais evidente que a política colonialista da Grã-Bretanha em relação à Irlanda do Norte não tem saída.

A ameaça do fascismo em Espanha

A actual situação em Espanha reflecte os ecos do fascismo para se reimplantar na cena política nacional.

Por um lado invocando a necessidade de combater o terrorismo, o governo espanhol consegue fazer aprovar uma lei que significa, por exemplo, que sob a declaração de estado de emergência, o governo pode «intervir em todos os casos de comunicação incluindo correios, telégrafos e telefones», «os cidadãos podem ser deportados

Escândalo em Itália

Poder-se-ia dizer simplesmente: mais um escândalo. Escândalos que se acumulam a denunciar a profundidade da crise. Há apenas alguns dias fora o atentado contra o Papa por um terrorista fascista turco que, obviamente, não agiu sozinho. Segue-se-lhe um escândalo financeiro que leva à prisão de 7 banqueiros de Milão acusados de transferência ilegal para o estrangeiro de 2,5 milhões de contos. Acontece que estes banqueiros estão também implicados num outro escândalo — acusados de pertencem a uma organização, a loja maçónica P-2 — com amplos contactos com as formações neofascistas e golpistas, como é salientado pelo diário «La Repubblica». A esta mesma organização são acusados de pertencer os ministros da Justiça, do Trabalho e do Comércio Exterior, vários subsecretários, altas individualidades militares, parlamentares, financeiros, jornalistas, magistrados.

O general que coordena a luta antiterrorista no norte da Itália.

O ex-chefe da polícia fiscal, Ruffalo Giudice, hoje preso por implicação num outro escândalo — o escândalo de petróleo... A envergadura do escândalo levou à demissão do governo.

Espanha e Itália podem ser considerados exemplos típicos de desestabilização política para abrir portas a governos declaradamente de direita. Exemplos da crise, exemplos da resposta que o capital dá quando sente instabilidade e pretende fugir às exigências das massas trabalhadoras, numa Europa onde se assiste a uma viragem na situação política caracterizada pelo nitido ascenso da esquerda e pela clara vontade popular de mudança.

25 de Maio, ascenso da luta em África

Enquanto, em Paris, decorre a conferência internacional das Nações Unidas sobre as sanções contra a África do Sul, acções de sabotagem desencadeadas pelo movimento de libertação na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC), paralisaram durante horas a circulação ferroviária nos arredores das cidades de Joanesburgo e Durban.

Ainda na África do Sul mais de 500 alunos do ensino secundário foram expulsos por terem organizado um boicote às comemorações do 20.º aniversário da fundação deste

Estado racista. Dezenas de escolas, organizações sociais e da igreja participam no movimento contra tais comemorações e afirmam que a maioria esmagadora dos africanos não pretende comemorar tal data.

Assim fica este ano assinalada a data de 25 de Maio, 18.º aniversário da Organização de Unidade Africana (OUA), considerada internacionalmente como o dia de libertação de África, e que marca, em cada ano, o início de uma semana de solidariedade com a luta dos povos da África Meridional.

Se substituímos os problemas que se vivem naquele continente — o neocolonialismo que se mantém vivo em muitos países independentes, o domínio dos monopólios da Europa capitalista e dos Estados Unidos, o atraso, o tribalismo — o conjunto de factos que assinalam este 25 de Maio testemunham a importância da luta crescente que se regista, em particular na Namíbia e na África do Sul, principal sustentáculo das forças da reacção, do racismo e do apartheid em África, e do processo que se desenvolve a nível internacional contra o apartheid em África e contra os apoios de que goza para sobreviver.

A conferência das Nações Unidas que decorre em Paris é um exemplo deste processo. Destina-se a conseguir sanções internacionais contra a África do Sul, pela sua política de apartheid e decorre com a ausência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha — os mesmos países que, então com a França, vetaram um pedido do Conselho de Segurança da ONU para que fossem decretadas sanções obrigatórias contra a África do Sul por esta estar a sabotar o processo para a independência da Namíbia.

Esta cumplicidade tem vindo a ser amplamente denunciada em Paris por muitos dos participantes. Paulo Jorge, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola, salientou que a capacidade da África do Sul em fabricar armas e o prosseguimento e agravamento da sua política agressiva se deve à «cumplicidade, de que nunca deixou de beneficiar dos países ocidentais». Na sua mensagem ao Conselho de Segurança do movimento dos Não-Alinhados, Fidel Castro acusa «certas potências ocidentais, sobretudo os EUA, de apoiarem amplamente o regime racista da África do Sul que comete actos terroristas contra os países independentes da África Austral».

França: a importância de votar PCF

A França prepara-se para as eleições legislativas, a realizar a 14 e 21 de Julho. Eleições particularmente importantes pois os seus resultados terão reflexos não só na capacidade real do governo de Mitterrand de levar à prática as reformas inseridas no seu programa eleitoral, mas também na própria vontade do Partido Socialista de concretizar um programa que inserindo algumas reformas importantes, limitadas embora, não é do agrado de todos dentro do PS.

A formação do actual governo reflecte desde já os problemas que irão constituir pano de fundo da realidade política francesa num momento em que se abrem entretanto novas perspectivas de luta popular e de concretização de algumas aspirações das massas trabalhadoras francesas.

O governo escolhido por Mitterrand abarca, segundo opinião generalizada, todas as correntes dentro do PS, e algumas personalidades exteriores ao PS. Ou seja, parece pretender corresponder aos vários sectores do eleitorado que deram a vitória a Mitterrand. Todos — menos os comunistas. Exclusão significativa, tanto mais que sem o voto dos comunis-

tação de onze indústrias-chave).

Um conjunto de factos que parece chocar-se com a grande vontade de mudança uma vez mais manifestada quando da tomada de posse de Mitterrand, com as ruas de Paris cheias de uma multidão entusiasmada que, sob a chuva, organizou verdadeiras festas populares, improvisando mesmo pequenos espectáculos e bailes.

Um conjunto de factos que parece corresponder melhor às preocupações do mundo capitalista que, discretamente embora, não deixou de repisar a velha questão: sem os comunistas poderemos sempre entender-nos...

PCF — garante de uma mudança real

A reunião de 15 de Maio do Comité Central do PCF, para além de analisar quais os objectivos de acção imediata que se colocam — dentro do programa mais geral apresentado ao povo francês

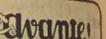
polo secretário-geral do PCF, Georges Marchais, durante a campanha eleitoral —, colocou também duas questões-chave para este momento: a necessidade de negociações com o PS, e a necessidade de uma votação massiva nos candidatos do PCF para as legislativas.

No que respeita às negociações com o PS, o PCF expôs, através de uma entrevista no «L'Humanité-Dimanche» com o membro do secretariado do CC, Gaston Plissonnier, as suas propostas, que se centram no debate de três questões fundamentais: «1) Como garantirmos em conjunto a vitória da esquerda nas legislativas; 2) a formação do governo de unidade de esquerda; 3) definir os elementos da política que levaremos à prática em comum».

Se as propostas dos comunistas franceses são claras, as dos socialistas são — no menos. Verificou-se entretanto um encontro entre os secretários-gerais dos dois partidos. Mas, para já, o governo Mitterrand está for-

mado, com a discriminatória exclusão dos comunistas.

Uma elevada votação nos comunistas franceses coloca-se assim, como uma premente necessidade, na ordem do dia. Como Plissonnier declara na mesma entrevista, «a presença de numerosos deputados comunistas na nova Assembleia Nacional é, claro está, um dos elementos importantes da estabilidade governamental. Mas, de uma forma global, esta presença numérica, a maior possível, dos que agirão pelos objectivos comuns é uma garantia indiscutível, não só da estabilidade e da eficácia governamentais, mas do apoio popular a esta nova política. Vou mesmo mais longe: muitas vozes comunistas, ou seja a influência geral do nosso partido, é um elemento essencial para a mudança. Isto quer dizer que votar comunista é o voto mais eficaz, é de facto votar útil porque é votar pelo partido que se empenha resolutamente na realização da mudança».



PCP

Rever a Constituição é alterar apenas o que é necessário

NAS vésperas de encerramento do prazo para entrega dos projectos de revisão constitucional, o Partido Comunista Português apresentou o seu na Assembleia da República. Não nos apressámos, disse Carlos Brito na Conferência de Imprensa realizada nas instalações do grupo parlamentar do PCP, quinta-feira passada. Mas o dirigente comunista não deixaria de lembrar que foi o PCP o primeiro partido a definir publicamente, em resolução do Comité Central de 14 de Fevereiro passado, as suas propostas.

Mais uma vez, e agora no próprio preâmbulo do projecto apresentado, o PCP expressa a sua posição em defesa da Constituição da República. Embora o Partido Comunista não considere ter com a lei fundamental do País qualquer relação privilegiada, entende que tal documento, sendo resultado do 25 de Abril e tendo dado expressão institucional às suas conquistas democráticas, se transformou em estatuto orgânico do próprio regime.

Qualquer projecto de revisão "global" que visaria no fim de contas a substituição desta Constituição por um outro documento, bem diferente no seu espírito e conteúdo.

Alterar apenas o que é necessário

A revisão deve pautar-se por um princípio de economia — afirma-se no preâmbulo — alterando apenas o que é necessário evitando toda a ideia perfeccionista de refazer o texto ou de introduzir alterações superficiais. Assim, o PCP esclarece que as suas propostas se limitam a alterar com o objectivo de corrigir soluções que indubitavelmente se mostraram

deficientes, de colmatar lacunas que não devem continuar em solução ou de eliminar disposições que se tornaram caducas.

Como já era público após a resolução do CC de 14 de Fevereiro passado, o PCP não tomará a iniciativa de propor na actual revisão a eliminação do Conselho da Revolução. Os motivos também são conhecidos: por um lado não consideram os comunistas que se tenham alterado no essencial as razões que justificaram a institucionalização do CR em 1976; por outro lado, porque não se aligura possível encontrar soluções alternativas que permitam resolver, sem algum perigo para a democracia, as atribuições e competências

actuais do Conselho da Revolução.

Mas o projecto esclarece que, uma vez que são conhecidas as propostas de outras forças políticas no sentido da extinção do CR, o PCP se empenhará na luta para que, a verificar-se tal extinção, sejam salvaguardadas as condições que evitem enfraquecer o regime democrático-constitucional, adiantando que contrapropostas serão apresentadas no momento oportuno.

Manter o equilíbrio entre órgãos de soberania

O PCP opor-se-á — pode também ler-se no preâmbulo — a qualquer solução que, a pretexto de uma viável concepção do princípio de "subordinação das Forças Armadas ao poder civil", se traduza numa alteração substancial do actual equilíbrio entre os vários órgãos de soberania.

Com efeito, o que pretendem as forças de direita com a manipulação do conceito de "poder civil", é instituir a dependência das Forças Armadas da situação política e do Governo de

cada momento, conduzindo à governamentalização das FA's e podendo implicar o abandono da necessária institucionalização do compromisso das Forças Armadas com o regime democrático-constitucional. Como também já adiantava a resolução de 14 de Fevereiro do CC, o preâmbulo do projecto refere, como alternativa possível para o desempenho das funções de regulamentação e administração das Forças Armadas que actualmente competem ao CR, a criação de um novo órgão, com nome adequado, presidido pelo Presidente da República e que deve incluir entre outros o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os outros chefes de Estado-Maior. Quanto às outras funções legislativas de nomeação fundamental no campo militar, o PCP adianta que tais devem ser mantidas na competência exclusiva, que passará a não ser delegável, da Assembleia da República.

Ainda em consequência do desaparecimento provável do CR, o PCP afirma opor-se à instituição de um órgão não de consulta mas de fiscalização, não de cooperação mas de hostilização ou de afrontamento de outros órgãos de

soberania, para substituir as funções de conselho do PR.

Quanto à nova instância superior de controlo de constitucionalidade, a criar em substituição do CR, o PCP também esclarece que a sua posição será a de lutar por que tal instância se não traduza num enfraquecimento ou perversão do controlo, devendo a composição desse órgão dar garantias de não vir a ficar enfiado a visões hostis à Constituição.

Respeitar os limites

Embora admitindo a possibilidade de encetar favoravelmente outras alterações, desde que se traduzam em aperfeiçoamentos da Constituição, o documento apresentado na AR sublinha uma vez mais que o PCP se oporá a todas as propostas que infringem os limites expressos no artigo 290.º, ou que atinjam princípios ou regras que o PCP reputa de essenciais no contexto constitucional.

E adianta-se: Tais serão, por exemplo, propostas que desfigurem os princípios fundamentais da República e do Estado; que diminuam garantias dos



direitos fundamentais, incluindo os dos trabalhadores; que ilidam ou debilitem a garantia constitucional das transformações económico-sociais do 25 de Abril (designadamente as nacionalizações e a reforma agrária); que alterem sensivelmente o actual sistema de governo misto, e o equilíbrio de órgãos em que ele assenta, designadamente através de uma governamentalização do regime; que decaracterize a autonomia regional dos Açores e da Madeira; que diminua as garantias de autonomia e democracia do poder local; que modifique

substancialmente o regime de apreciação de constitucionalidade no sentido de facilitar a violação da Constituição; que altere o regime da revisão constitucional, eliminando ou diminuindo os seus limites formais ou materiais.

Exprimindo a convicção de que, ao apresentar o seu projecto, está a dar uma contribuição para que a revisão constitucional venha a reforçar a Constituição da República, o PCP manifesta também a confiança de que a lei fundamental do País continuará a ser a carta das liberdades dos cidadãos e dos direitos dos trabalhadores, o Estatuto de um Estado assente na vontade e na participação popular.

Reforçar garantias e direitos definir melhor o sistema político

Apesar de insistir em que a revisão constitucional não deverá ser global, apesar de ter sido dos últimos partidos a apresentar projecto de revisão, o Partido Comunista Português adiantou nada menos de 63 alterações a artigos da Lei Fundamental, 4 novos artigos e propôs 15 supressões.

O projecto comunista, como disse Vital Moreira aos jornalistas, limita-se, no entanto, a benéficas necessárias, evitando as superfúas e, obviamente, suprimindo as malfetórias.

Dois grandes ideias são apresentadas como fundamentando as alterações propostas: uma delas é o reforço das garantias e da protecção dos direitos fundamentais; a outra, a definição mais rigorosa do sistema político.

e de independência e pluralismo dos meios de comunicação social públicos, designadamente constituindo os direitos dos jornalistas, bem como, o Conselho de Imprensa, explicitando o dever do Estado de impedir a concentração das empresas jornalísticas e exigindo uma maioria qualificada de apoio à designação dos responsáveis pelos órgãos de comunicação do sector público.

Direitos fundamentais

No que toca aos direitos fundamentais, salientam-se, entre outras propostas, as que visam reforçar as garantias gerais desses direitos, estabelecendo os princípios de não retroactividade, da necessidade e da proporcionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais; as que aprofundam as garantias de liberdade de imprensa em geral

Ainda nesta matéria, no projecto, outras propostas visam a definição mais rigorosa do direito de antena e consagração de um direito de espaço nos jornais, o aumento da dimensão do direito de petição e da acção popular e, ainda, no capítulo da função pública, consagrar o princípio geral do concurso público no recrutamento dos trabalhadores para a função pública de modo a dificultar as discriminações.

Direitos económicos, sociais e culturais

A consagração do princípio da diminuição progressiva da duração semanal do trabalho, reduzindo-a desde já para 45 horas, é a mais saliente das propostas do PCP neste campo. Mas outras se destacam no que diz respeito aos direitos económicos, sociais e culturais: A explicitação do direito de não despedimento sem justa causa é uma delas; outras são a constitucionalização expressa da protecção específica dos representantes dos trabalhadores e a concretização de alguns dos direitos constitucionais das organizações dos trabalhadores.

Organização do Poder Político

Várias garantias parlamentares e extraparlamentares dos partidos são elevadas a nível constitucional no projecto comunista, nomeadamente a consagração do direito de réplica política. No que respeita ao PR, as alterações propostas visam quase só aditar preceitos que constitucionalizem expressamente poderes já detidos pelo

Presidente da República na lei ordinária.

E propõe também a alteração do preceito respeitante ao estado de sítio, a fim de prevenir maior responsabilização da Assembleia da República em tão delicada matéria.

Assembleia da República

São várias, neste âmbito, as propostas do PCP. Visam elas dois objectivos: procurar dar corpo à ideia da existência permanente da AR, sem soluções de continuidade, colocando o seu funcionamento ao abrigo da arbitrariedade da maioria de cada momento. Em segundo lugar propõe-se um significativo reforço dos poderes da Assembleia, quer dos poderes legislativos, quer dos poderes de fiscalização. Assim, quanto ao primeiro aspecto propõe-se a reformulação da definição da legislatura, acabando com as assembleias intercalares, e da sessão legislativa, exigindo-se uma maioria de dois terços para suspender o funcionamento da AR.

Quanto aos poderes legislativos, propõe-se, entre outras coisas, a consagração do princípio da superioridade hierárquica

das leis da Assembleia da República sobre as demais fontes legislativas; o alargamento a novas matérias da competência simplesmente reservada, a exigência de autorização legislativa e nova filosofia da ratificação dos decretos-leis, abolindo a chamada ratificação tácita.

Particular significado assume a proposta, no âmbito dos poderes políticos, em especial de fiscalização, da necessidade de autorização parlamentar para o estacionamento ou trânsito de tropas estrangeiras. No âmbito da fiscalização é também de assinalar a proposta que abre a possibilidade da realização de inquéritos parlamentares sem

necessidade de deliberação da maioria do plenário, desde que a requerimento de um número significativo de deputados ou de grupos parlamentares.

Governo

Que baste uma moção de censura apresentada por maioria absoluta para fazer demitir o Governo, é a proposta que avulta neste capítulo, onde são numerosas as alterações avançadas pelos comunistas. Propõe ainda o projecto do PCP que os Governos destituídos se limitem às tarefas de gestão corrente, evitando-se os abusos de exemplos passados, e que sejam definidas com algum rigor as competências legislativa e regulamentar do Governo e sobretudo do Conselho de Ministros, pondo fim à situação caótica existente.

Outras propostas

Um aditamento ao Artigo 7.º da actual Constituição (Relações Internacionais), reza assim no projecto de revisão do PCP: Em conformidade com os princípios consagrados neste artigo, não é permitida a instalação ou estacionamento ou trânsito de armas nucleares em território nacional. Este importante aditamento

é a proposta que mais avulta numa série de outras, não negligenciáveis, mas de menor impacto.

Assim, quanto às Regiões Autónomas, existe uma alteração que visa extinguir a Comissão Consultiva para os assuntos daquelas regiões e consigna um novo regime para os conflitos entre diplomatas regionais e diplomatas da República.

No capítulo do poder local, as propostas visam eliminar o quadro central de pessoal, que constitui uma ingerência da Administração Central na autonomia local e, também, reformular o regime de administração distrital, para acabar com a ingerência do representante do Governo nos órgãos autárquicos.

No campo da fiscalização de constitucionalidade, as propostas de alteração procuram, sobretudo, solucionar alguns problemas que o regime actual tem suscitado e aperfeiçoar a protecção contra actos inconstitucionais. É de sublinhar a proposta que, neste campo, institui o direito de recurso de qualquer cidadão perante a suprema jurisdição constitucional quando se sinta lesado nos seus direitos, liberdades e garantias.



Encontro Sobre a Situação na Banca

A alta finança tenta recompor-se à custa de quem trabalha

• Resta aos bancários o caminho da luta

No seguimento de anteriores tomadas de posição, que a maioria dos órgãos de comunicação estatizados, designadamente a Rádio e a TV, se obstinam em ignorar ou a negar-lhes o relevo nacional que objectivamente têm nesta altura, membros das comissões de trabalhadores, de células do PCP e de outras estruturas organizadas no interior das instituições bancárias participaram, juntamente com outros bancários democratas, como intervenientes ou observadores convidados, no Encontro Sobre a Situação na Banca. Numa das intervenções mais importantes desta iniciativa do Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, que decorreu no último sábado na Voz do Operário, foi revelado "que se encontra em curso uma operação de interligação da banca nacionalizada ao grupo Espírito Santo".

Para esse efeito "os gestores AD na banca nacionalizada estão a estabelecer acordos de correspondente com os bancos que o grupo Espírito Santo mantém em diversas praças estrangeiras, com a correspondente abertura de contas para uma directa movimentação de capitais. A banca nacionalizada — foi ainda revelado — está neste momento oficialmente representada nos Estados Unidos, em Paris e noutros centros financeiros mundiais pelo grupo Espírito Santo".

Esse grupo financeiro pode agora, segundo a aludida intervenção, apresentar-se em qualquer parte do mundo, perante quem quer que seja e dizer: — aqui estamos em representação da banca nacionalizada portuguesa.

Não é difícil descorinar, com alguma atenção ao que se tem passado na banca nos últimos tempos, como isso foi possível e se verá no decorrer deste artigo.

Receta para reconstruir monopólios

O "Avante!", que acompanhou o decorrer dos trabalhos,

divididos por dois períodos, pôde verificar que a substância principal das três dezenas de intervenções — para além das que trataram de questões pontuais ou muito específicas (por exemplo, a informática, o crédito à agricultura) ou de problemas sindicais como seja a direcção divisionista dominada pelo PPD, repetidamente acusada de traição aos trabalhadores — foi a necessidade de irrecusável de lutar contra um Governo, contra os seus conselhos de gestão, as suas direcções e demais servidores que, citando uma passagem das conclusões do Encontro, pretendem abrir a actividade bancária ao sector privado e conseguir assim a acumulação de capitais indispensável à reconstrução dos monopólios.

A recente aprovação na Assembleia da República do projecto de lei de delimitação dos sectores público e privado aponta precisamente nesse sentido e inclui a actividade seguradora.

Perante essa realidade, as

conclusões do Encontro aprovadas por unanimidade e aclamadas denunciam o "carácter anticonstitucional" "daquele projecto de delimitação imposto "pela maioria reaccionária da Assembleia da República". Os participantes — ainda segundo as conclusões — "por todos os meios legais ao seu dispor, decidem alertar o País e mobilizar os bancários no sentido de procurar que os restantes órgãos de soberania se oponham à promulgação de semelhante diploma".

Foi afirmado repetidamente que não são apenas os interesses dos bancários a defender neste caso. O assunto ultrapassa as fronteiras do sector e interessa a todos os trabalhadores portugueses, a toda a economia nacional.

As conclusões que constam de dois extensos documentos intitulados "Os problemas, a luta e o papel dos bancários" e "Uma gestão ao serviço dos monopólios" referem ainda que "a legislação existente relativa à constituição e posterior regulamentação das sociedades de desenvolvimento regional e das sociedades de investimento contraria igualmente as disposições constitucionais em vigor e corresponde à criação de autênticos bancos privados". Os participantes no Encontro exigiram que seja revogada essa legislação.

Tarefas imediatas

Na primeira intervenção de fundo e sem prejuízo das conclusões, foram apresentadas aos trabalhadores bancários como "tarefas imediatas" as seguintes:

- Lutar pela declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei n.º 20/2 (delimitação dos sectores);
- Lutar pelo reconhecimento por parte dos conselhos de gestão do direito que cabe às CTs de um exercício efectivo do controlo de gestão;
- Lutar pela tomada de posse das gestões eleitos pelos trabalhadores, conforme o consignado na Lei 46/79;
- Lutar por uma gestão da

Injustiças e compadrios denunciados nas Conclusões

A presente situação requer o empenhamento das estruturas representativas dos trabalhadores no desmarcamento e na reposição da legalidade e dos seus direitos, de todas as injustiças e compadrios praticados pelos conselhos de gestão, nomeadamente:

- **Promoções por Mérito** — lutar contra os critérios subjectivos e extra-profissionais de avaliação do mérito do trabalhador e desmascarar todas as situações de compadrio e discriminação;
- **Carreira Profissional** — exigir a aplicação de todos os níveis de remuneração adequados às respectivas funções, com delimitação de carreiras e total aproveitamento dos lugares de chefia, dos recém licenciados e quadros técnicos;
- **Admissões** — controlar as necessidades de pessoal, combater os empolamentos de quadros, compadrio e a segregação política e ideológica. Obrigar os Conselhos de Gestão

a admitirem deficientes, a definirem critérios objectivos e de admissão de pessoal contemplando a intervenção das Estruturas;

- **Cumprimento Integral do CCTV e da Constituição** — Lutar contra a discriminação da mulher trabalhadora no acesso a certas funções; contra

exigir critérios objectivos no preenchimento de vagas; exigir a justificação do trabalho extraordinário e efectuar o seu controlo; vigiar e lutar contra as deficientes condições de trabalho obrigadas ao cumprimento do articulado contratual sobre higiene e segurança no trabalho;

Efeitos

Sucintamente apontados numa das intervenções do Encontro, os efeitos da privatização da banca seriam entre outros:

- a acumulação de capitais indispensáveis à reconstrução dos monopólios privados;
- um novo domínio do poder económico sobre o poder político e a consequente destruição da democracia;
- o aumento das dificuldades dos pequenos e médios comerciantes;
- o desemprego, a diminuição do salário real;
- o total controlo da economia pelos monopólios nacionais e internacionais.

a desigualdade relativa dos trabalhadores que desmontam para a Ex-Caixa de Previdência; contra os contratos a prazo e pela integração definitiva dos trabalhadores nestas condições;

• **Regalias sociais** — Conservar e aperfeiçoar as conquistas sociais alcançadas como: refeitórios, messes, cooperativas, fundos sociais e infantários e lutar pela sua extensão a todos os bancários. Nas actuais condições existem capacidades de mobilização e reivindicação por parte dos trabalhadores de uma política de pessoal mais justa que resolva os principais problemas dos bancários.

As lutas reivindicativas latentes contribuirão para o isolamento do divisionismo sindical e o desmarcamento da política AD.

O actual CCTV representa a negação da defesa das condições profissionais e sociais dos trabalhadores, da sua unidade como resulta claro das situações anteriormente referidas, pelo que:

- se impõe um levantamento de todas as situações gravosas e do sentimento dos bancários, dos seus anseios a consagração na futura revisão do CCTV;
- a revisão contratual deverá ser feita em condições de democraticidade actualmente inexistentes no nosso Sindicato;
- é necessário o possível lutar por uma Carreira Profissional justa, pela Segurança Social e Profissional mais favorável, por condições que assegurem a melhoria e a garantia da assistência médica e medicamentosa.

A operação Espírito Santo

A falta de espaço obrigou-nos a sacrificar alguns pormenores. Mas, sintetizando, a operação Espírito Santo é a seguinte:

Como se sabe, são homens da AD que dominam ou controlam os conselhos de gestão, filiais no estrangeiro e direcções da banca nacionalizada. Como se sabe também, uma política de compadres fez do pessoal dito superior gente muito moldável a decisões sigilosas em proveito do grande capital privado, quer nacional, quer estrangeiro.

Numa situação em que os interesses AD/Balsemão do Governo se identificam com os interesses do Espírito Santo, Mellos, Quinas, Bulhosa, com multa-

cionais e bancos estrangeiros (Chease Manhattan, Citibank, Banco do Estado de São Paulo e outros incluindo o grupo Mello-Deutsche-Morgan); numa altura em que "legiões de representantes da área dos Estados Unidos, da área do Mercado Comum e do Japão invadem diariamente o Banco de Portugal e a banca nacionalizada, os ministros, as secretarias de Estado, as empresas públicas e privadas perscrutando, investigando, pressionando e intimidando"; quando a "rede de bancos que, em Miami, Rio de Janeiro e São Paulo, Paris, Lausanne e outros centros financeiros internacionais, constitui o grupo Espírito Santo, aperta o cerco ao

sistema bancário português" — fácil é que à boca da cena financeira portuguesa para além dos encontros sigilosos, para além das contas que o BESCL pode abrir no estrangeiro, se vejam claramente os homens que controlaram a seu favor a economia nacional até à nacionalização da banca.

Dai que, neste contexto, possa estar em curso a operação que referimos. Dai que os antigos financiadores do CDS, do PPD e do Partido do Progresso possam agora colher os dividendos da ajuda que oportunamente deram aos homens que estão no Governo e controlam a banca nacionalizada.



Promovido embora pelo Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, o Encontro Sobre a Situação na Banca contou com a participação de outros bancários democratas e membros da Comissão Coordenadora das CTs da Banca como convidados. Na mesa que presidiu aos trabalhos, encerrados por Jerónimo de Sousa, membro do CC do PCP e do grupo parlamentar do Partido, estavam vários membros do Organismo, do Comité Local de Lisboa e das comissões de trabalhadores do sector